



MEU CORPO É TERRA-TERRITÓRIO

ORGANIZAÇÃO

PATRICIA BINKOWSKI &
ALINE REIS CALVO HERNANDEZ



MEU CORPO É TERRA-TERRITÓRIO

COMISSÃO CIENTÍFICA

Patrícia dos Santos Pinheiro (UNILA)

Rumi Regina Kubo (UFRGS)

Stella Maris Nunes Pieve

Valéria Viana Labrea (UFRGS)

CAPA

Cássio Adílio Hoffmann Oliveira

ASSESSORIA EDITORIAL

Larisa da Veiga Vieira Bandeira

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Meu corpo é terra-território [livro eletrônico] /
organização Patrícia Binkowski, Aline Reis
Calvo Hernandez ; curadoria Larisa da Veiga
Vieira Bandeira. -- São Francisco de
Paula, RS : Escrita Serrana : Universidade
Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), 2024.
PDF

Vários autores.

Bibliografia

ISBN 978-65-85186-15-5

1. Ciências sociais 2. Cultura indígena
3. Pesquisas 4. Territorialidade humana 5. Território
I. Binkowski, Patrícia. II. Hernandez, Aline Reis
Calvo. III. Bandeira, Larisa da Veiga Vieira.

24-243290

CDD-300

Índices para catálogo sistemático:

1. Ciências sociais 300

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

Patrícia Binkowski

Aline Reis Calvo Hernandez

(org.)

MEU CORPO É TERRA-TERRITÓRIO

**São Francisco de Paula
2024**

Editora Escrita Serrana

Sumário

<i>PREPARANDO BONS ENCONTROS...</i>	8
Patrícia Binkowski	
Aline Reis Calvo Hernandez	
<i>Parte I R-Existências e Cuidado da Vida nos Territórios</i>	15
<i>MEU CORPO É TERRA-TERRITÓRIO EM RETOMADA</i>	16
Transcrição da Conferência de abertura	16
Cacica Guarani Kerexu Takuá	
Debatedora: Pâmela Marconatto Marques	
<i>RESISTÊNCIAS CORPO-TERRITÓRIO DE MULHERES AO PROJETO MINA GUAÍBA</i>	33
Luana Silva da Rosa	
Josiane Carine Wedig	
Martha Giudice Narvaz	
<i>SOCIOBIODIVERSIDADE E SEGURANÇA ALIMENTAR: FORMAS DE ALIMENTAR O CORPO-TERRA</i>	50
Elaine Biondo	
Zenicléia Angelita Deggerone	
Mariana Muehlebeing Soares	
Lilith Schneider Bizarro	
Letícia Mairesse	
Gabriela Coelho-de-Souza	
<i>ENTRE OS MARES E FLUXOS DAS ANDANÇAS: SABERES DA TERRA, VIDA COMUNITÁRIA E ACADÊMICA DE UMA MULHER AFRICANA</i>	64

Lilian Mariacó Kumá Katchaki	
<i>MULHERES ASSENTADAS, TEMPORALIDADES, CUIDADO E LUTA: DIÁLOGOS SOBRE A FABULAÇÃO DE MUNDOS</i>	79
Dayana Cristina Mezzonato Machado	
<i>FLUXOS, CORPOS E ATRITOS NA CIRCULAÇÃO</i>	94
Clara Natalia Steigleder	
<i>TERRITÓRIO, CORPO E NATUREZA: VIVÊNCIAS NO PARQUE NATURAL MUNICIPAL DA RONDA</i>	110
Tatiane Takahashi Nunes	
<i>Parte II – Encontros, Fluxos e Grupos de Trabalho</i>	121
<i>“PRA” COMEÇO DE CONVERSA... O VENTRE DE GAIA</i>	122
Raquel Dal Magro Domingues	
<i>MOVIMENTOS SOCIAIS, LUTAS, CONFLITOS E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA</i>	126
Eduarda Garcia Ferreira	
Márcio Zamboni Neske	
<i>AGROECOLOGIA, BIODIVERSIDADE E SISTEMAS AGROALIMENTARES</i>	138
Adriana Carla Dias Trevisan	
Letícia Mairesse	
<i>OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) E POLÍTICAS PÚBLICAS</i>	155
Daniela Mueller de Lara	
Raquel da Fonseca Holz	
<i>Parte III – “ARTE-OCUPAÇÃO: Território de Invenção”</i>	168

<i>OS NEGROS DE PILÕES E A ÁGUA PROMETIDA</i>	169
Charles Evandre Vieira Ferreira	
<i>COMPOSSÍVEIS: QUANDO O AMBIENTE VIRA CORPO</i>	183
Tatiana Cardoso da Silva	
<i>ARTE-CORPO-TERRITÓRIO</i>	197
Gisele Bloete	
<i>TEXTO- CORPO: UM TERRITÓRIO CHAMADO SARAU</i>	212
Adriana Borella Pessoa	
Aline Reis Calvo Hernandez	
Kellin Mello	
Larisa da Veiga Vieira Bandeira	
<i>POR TRÁS DAS CÂMERAS: RELATOS DA “COXIA”</i>	228
Ana Paula Paim de Almeida	
Cássio Adílio Hoffmann	
Demétrio Ribeiro de Andrade Neto	
Ismael Jesus Klein	
<i>ÍNDICE DE AUTORAS(ES)</i>	240

PREPARANDO BONS ENCONTROS...

Patrícia Binkowski
Aline Reis Calvo Hernandez

A produção e socialização dos conhecimentos precisa de um “espaço comum” construído em coletividade e assentado em processos de encontro, diálogo e interação entre as pessoas. Tempos atuais se erguem sobre a tênue fronteira entre uma pandemia, um contexto de pós-pandemia e, mais recentemente, tentativas de resiliência após eventos climáticos extremos ocorridos no Sul do Brasil, clamando pela urgência dos encontros, a fim de vislumbrar outras possibilidades de habitar o mundo e produzir conhecimentos através de lugares de partilha.

O cenário pós-pandêmico e de enfrentamento à crise climática nos convida à reflexões sobre nossos modos de vida, sobre as novas disposições e tecnologias adotadas na vida cotidiana e sugere, de forma contundente, que novos pactos precisam ser firmados. Nesse rumo, o Observatório de Políticas e Ambiente (ObservaCampos/CNPq), grupo de pesquisa-ação sediado na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), toma parte neste movimento, abrindo espaços de reflexão, análise e proposição de ações de ensino, pesquisa e extensão, por meio das Ciências e territórios de saber em confluência interdisciplinar. Com essa intenção, a 4ª Mostra ObservaCampos “Meu corpo é terra-território” chega como proposta epistêmica Sul-Sul, feminista e comunitária de Abya Yala, um projeto cosmopolítico, que tensiona o paradigma do desenvolvimento neoliberal da Modernidade. Nesse projeto, assumimos a Universidade como um território científico-político que trabalha pela sociedade e deve combater, veementemente, qualquer tipo de violência e opressão.

A 4ª Mostra é decorrente de um processo de amadurecimento do grupo de pesquisa e se deve ao caminho percorrido até aqui. Tudo começou na 1ª Mostra ObservaCampos, ocorrida em 2017, que integrou os cursos de graduação em Bacharelado em Gestão Ambiental, Pedagogia, Administração Rural e Agroindustrial, e o Programa de Pós-Graduação em Ambiente Sustentabilidade (PPGAS) da UERGS, Unidade Universitária Hortênsias em São Francisco de Paula/RS. A 1ª edição organizou-se como um “salão de iniciação científica”, em formato reduzido, sem abrangência institucional, mas local. Os trabalhos apresentados pelos estudantes e mestrandas/os foram discutidos em sessões de debate com a Profa. Isabel Carvalho e o Prof. Marcos Reigota, pesquisadores importantes no campo da Educação Ambiental no país.

A 2ª Mostra, para além da Unidade Hortênsias, foi divulgada amplamente na instituição, nas redes sociais e junto a outras instituições parceiras e teve como tema “Redes, Pesquisa e Práticas Sociais em Políticas e Ambientes”. O evento foi realizado em dezembro de 2018, assumindo um caráter mais científico, ampliando sua rede de parcerias, buscando aprofundar o papel das redes na estruturação e fortalecimento da pesquisa e prática social. Os Grupos de Trabalho receberam e discutiram trabalhos de pesquisa e extensão que foram organizados em um livro eletrônico disponível em:

[REDES, PESQUISA E PRÁTICAS SOCIAIS EM POLÍTICAS E AMBIENTES](#)

O evento passou a integrar a agenda da Universidade, pois viabilizou a participação de estudantes e docentes de outras Unidades Universitárias da UERGS e de outras Instituições de Ensino Superior do Rio Grande do Sul, propiciando que apresentassem suas produções científicas.

A 3ª Mostra foi realizada entre novembro e dezembro de 2020, sob o tema “ImaginAções em Políticas e Ambiente para um Mundo Pós-Pandêmico”, no formato virtual, em meio à pandemia provocada pelo coronavírus (Sars-CoV-2). Sob o prisma da relação entre Ambiente e Sustentabilidade, o ano de 2020 era um marco, o 20º aniversário da Carta da Terra que formaliza um pacto entre nações e reconhece a corresponsabilidade da comunidade terrena pelo cuidado do planeta, diante da percepção de um destino comum - um futuro ao mesmo tempo perigoso e potencialmente promissor.

A 3ª Mostra ObservaCampos deu espaço à imaginação coletiva de um mundo “pós pandêmico” para o qual direcionamos nossos projetos e ações. Nesta edição, a Mostra cresceu, oportunizando que pessoas e grupos de todo o país pudessem participar, de forma remota, das mais variadas atividades promovidas ao longo de um mês de evento com conferências, apresentações de trabalhos científicos, painéis temáticos, além de um “Sarau em Chamas” em que foi abordado o desmonte das políticas ambientais e a grave situação das queimadas no Pantanal naquele ano. A conferência de encerramento tratou das Políticas Públicas de Educação Ambiental e emergência climática. No total, o evento contou com aproximadamente 200 participantes e se consolidou como um evento científico e institucional da UERGS.

Na 4ª Mostra ObservaCampos abraçamos o tema “Meu Corpo é Terra-Território” inspiradas na proposta do feminismo comunitário territorial de Julieta Paredes, militante feminista decolonial Aymara boliviana e Lorena Cabnal, ativista indígena guatemalteca. Partimos das experiências das mulheres em suas comunidades e fizemos uma Mostra feita por e para mulheres: mulheres da ciência, mulheres da terra, mulheres da luta, mulheres em movimento! Uma proposta-confluência que trama questões políticas e ambientais em uma só tela.

Desde a episteme contracolonial Sul-Sul buscou-se conhecer e promover alternativas possíveis a uma vida digna na terra, como forma de proteger e defender corpos-terras e territórios, superando desigualdades e regimes de opressão. O evento reuniu um conjunto plural de pessoas com suas prosas e práxis, dispositivos necessários a descolonizar e descapitalizar mundos. Muitos foram os temas tratados: Antropoceno, Capitaloceno e enfrentamento à crise climática-ambiental, agroecologia, formação de redes ativistas e movimentos sociais, participação e controle social de políticas públicas, conformação de novos mercados, defesa dos corpos-territórios emancipados em retomadas.

O evento reverberou longe e atingiu grandes proporções, foram mais de 500 inscritos de quase todos os estados brasileiros e Distrito Federal (DF), contando com participantes internacionais, comunidades tradicionais, povos originários, populações do campo, movimentos sociais, mulheres e grupos com diferentes representatividades. A modalidade virtual e a gratuidade foram fundamentais à democratização do acesso ao evento. Importante frisar que esta foi a primeira edição em que contamos com fomento pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS).

O evento propiciou a aproximação do ObservaCampos a outras Universidades e grupos de pesquisa do país e as parcerias se consolidaram e, em função disso, vamos mais fortalecidas/os para a 5ª Mostra ObservaCampos com o tema “Territórios em Retomada” e o 1º Seminário Internacional “Meu Corpo é Terra-Território”. Sim, a 5ª Mostra será nossa 1ª Internacional. A temática “corpo-terra-território” se mantém, pois mostra-se urgente às Ciências e à agenda ambiental do século XXI.

Esse livro eletrônico é, pois, uma tentativa de traduzir em palavras as experiências e aprendizagens vividas na 4ª Mostra ObservaCampos.

Organizado em 4 seções: I. R-Existências e Cuidado da Vida nos Territórios; II. Encontros, Fluxos e Grupos de Trabalho; III. Arte-Ocupação Territórios de Invenção; IV. Por trás das câmeras: Relatos da “coxia”, nele reunimos as principais conferências, os relatos, percepções e aprendizagens dos Grupos de Trabalho, relatos de experiência e as ações em Arte, forma potente de criar territórios sensíveis.



Há um rio debaixo das ruas da Cidade Baixa
e a Cacica sente ele correr em suas veias

Retomar

Há uma mina de carvão que querem fazer queimar
elas sabem que o que arde, é o que as impele ficar

Resistir

Há peixes na lagoa, grãos no campo
elas sabem pescar, colher, temperar

Alimentar

Há um oceano, uma família, uma língua, um estar
ela sabe que é preciso migrar, ensinar, falar

Atravessar

Há um manto azul sagrado no tronco que o rio faz balançar
ela sabe ver, coletar, pintar

Criar

Há na cidade um impedimento, um não deixar
Ela sabe que há outras maneiras de transportar

Circular

Há um Parque no coração da Cidade para trilhar
Ela aprende a sentir, tocar, respirar

Pulsar

Há os GTs que articulam um modo de partilhar

Elas sabem organizar, detalhar, executar

Escutar

Há uma água prometida que ainda não molha a terra

Mas ele aprende com elas a registrar

Pesquisar

Há corpos que performam com a natureza

E ela os junta em arte e imagem

Metamorfosear

Há na música um encontro em forma de *live* e sarau

Elas sabem que juntas podem seguir

Celebrar

Há no evento uma coxia, um lugar onde cuidam do som, da imagem,
da cor, da divulgação, eles e ela se revezam para garantir que as coisas
possam

Acontecer

E agora há o livro que conta tudo isso para o coletivo

Larisa Bandeira



PARTE I

R-EXISTÊNCIAS E
CUIDADO DA VIDA NOS
TERRITÓRIOS



MEU CORPO É TERRA-TERRITÓRIO EM RETOMADA

Transcrição da Conferência de abertura
Cacica Guarani Kerexu Takuá
Debatedora: Pâmela Marconatto Marques

Pâmela Marconatto Marques: Muito obrigada Patrícia por essa introdução. Que bom te ver, que bom te dar as mãos de novo aqui depois daquele nosso encontro, trabalhamos juntas no PGDR, e é uma alegria estar aqui essa noite fazendo a mediação, para a Cacica Kerexu Takuá. Eu quero dizer que junto com essa mesa, com o modo como me apresentaste, as instituições pelas quais eu passei, e o ensino formal que me traz aqui, eu sou uma bisneta, neta e sobrinha de benzedeadas, e esse é o modo como eu me encontro também, com Kerexu Takuá. E, é o modo como eu venho aprendendo a estar presente, a estar mais inteira na academia, com mais saúde, com mais força e com mais vitalidade. Acho que isso tem tudo a ver com o tema da abertura desta mostra, na verdade de todo esse evento.

O nosso corpo-território, é povoado de muitas outras intensidades. E é com muita honra, é com muito respeito, que eu apresento a nossa palestrante Kerexu Takuá, também conhecida como Cacica Alice, essa mulher Indígena, Guarani, em retomada do seu corpo-território, ela que é fundadora, que é a coordenadora do Centro de Referência Indígena do Rio Grande do Sul, localizado na cidade baixa e também coordena o Levante Indígena Urbano do Rio Grande do Sul e a Rede Indígenas do RS. Uma rede criada para recolher donativos para as mulheres indígenas. Ela é integrante da Articulação Nacional de Indígenas em contexto Urbano, além de integrar a Rede de Comunicação Indígena fundada e coordenada por Eliane Potiguara¹.

¹ Eliane Potiguara é uma escritora, poeta, professora, empreendedora social e ativista indígena que tem dedicado sua vida à preservação e promoção da cultura e dos

A Kerexu foi incentivada pela militância do seu pai, começou a sua trajetória nos movimentos sociais quando ela tinha só doze anos de idade, em 2018 ela foi a primeira mulher indígena Guarani a ingressar pelo sistema de ações afirmativas na Universidade Federal de Pelotas, para cursar pedagogia, e como coordenadora do Centro de Referência Indígena do Rio Grande do Sul, ela lidera ações muito importantes, como Ação do Inventário Participativo Caminhos Guarani e também a iniciativa do CRIA (Centro de Referência Indígena), em parceria com o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), ela protagoniza a organização do curso de extensão Corpo, Território, Ancestralidade e Memória, Resistências da População Indígena em Contextos Urbanos, esse em colaboração com cursos de arquitetura, relações internacionais, antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O CRIA tem sido palco de ações importantíssimas no sentido do termo que dá nome a esse evento e é muito importante que a gente comece esse evento situando esse termo, esse legado de mulheres indígenas tem que ser apresentado por elas, então é com muita honra e com muito respeito que eu passo a palavra a Kerexu Takuá, com quem eu venho aprendendo tanto, desde idos de 2020 quando ela também tem nos ensinado como é que a gente faz extensão universitária, de maneira mais dialógica e ética. Então Kerexu a palavra está contigo.

Cacica Guarani Kerexu Takuá: Em primeiro lugar quero dar boa noite a todes, agradecer a oportunidade de estar nesse momento com pessoas que são tão especiais para mim, professora Pâmela, não conheço o restante, mas acredito que hoje é o dia de contar um pouquinho de quem é esse

direitos dos povos originários do Brasil. Como autora de livros como "Mulheres da Terra: Mitos, Rituais e Histórias Indígenas" e "O Direito de Ser Índio", Potiguara oferece uma visão única da cosmovisão indígena, destacando a importância da ancestralidade, da conexão com a terra e da luta pela justiça social.

corpo-território também, dos que não se tornaram especiais, e que se aliaram na nossa grande luta e resistência do dia a dia, como corpo-território indígena no contexto indígena.

Eu me chamo Kerexu Takuá, tenho 40 anos, mas como a Pâmela falou, também sou conhecida como Alice Guarani, e coordeno esse espaço, essa retomada que segue junto do corpo território, que é o Centro de Referência Indígena. Um espaço de resistência, um espaço de formação, desformação, aprendizado, um caminho, um dos caminhos Guarani. Quando a gente fala de corpo-território e retomada, eu preciso partir do início de quem eu sou. Eu sou uma mulher indígena, de 40 anos, que nasceu na periferia aqui de Porto Alegre no bairro São José, então a minha Aldeia foi a periferia, foram as ruas desta grande cidade, então por isso falamos de retomada.

Muito cedo, a gente começa a tentar se entender, trago isso, pois é muito importante. Sou indígena e vivo na periferia, e as pessoas ficam perguntando: “você é índia?”. Aquele conceito de que o indígena, ou ele está ou dentro de uma aldeia, ou ele está lá no Amazonas, que também é uma das falas que a gente tem feito, pois a sociedade desconhece - inclusive aqui na cidade de Porto Alegre - a nossa presença. Então, o Centro de Referência também faz essa interlocução, ele dá visibilidade a quem nós somos. Quando se fala de corpos indígenas, se fala de corpos de mulheres que estão dentro de uma aldeia, em uma zona rural, e não é só dessa maneira que nós vivemos, que nós nos encontramos. Então eu tenho na realidade muitas coisas para compartilhar. E eu sempre fico muito nervosa quando eu falo, a gente sabe o que vai falar, mas quando chega numa atividade, que vai ter outras pessoas escutando, a gente acaba ficando um pouquinho nervosa, não quero vir a ser repetitiva. Quando a gente tá dentro da cidade, que é um território Indígena, pois foi a cidade que invadiu a nossa grande Aldeia, então quando as pessoas

me ouvem falando, elas perguntam: “Ai..., mas o que que é ser indígena? Como tu fala indígena? Mas, Indígena na cidade existe? Indígena na cidade? O que é isso? Retomada? Por quê você fala que está em retomada? O que quer dizer isso?”. Alguns vem com essa boa intenção, querendo se aproximar para saber, e muitos perguntam se eu sou Indígena, continuam perguntando, eu com 40 anos, se eu sou índia mesmo, e eu prontamente respondo “não, eu sou uma mulher Indígena Guarani”.

Então pra gente fazer a discussão e falar um pouco desse território da onde eu estou falando, que é o Centro de Referência que se localiza na cidade de Porto Alegre no bairro Cidade Baixa, bem pertinho do centro, bem perto do Rio Guaíba. Para quem conhece aqui, e estou trazendo a questão do Rio Guaíba para explicar também um pouco, de o porquê dessa retomada e o porquê deste espaço e aí sim vou falar de lugar, é uma palavra que eu não gosto muito de usar, mas para determinadas situações ela cabe.

Os meus ancestrais, o povo Indígena Guarani, é um povo que caminha, e nós somos a maior população, somos povos de várias nações, não ocupamos só esse território, que após a chegada do conquistador foi chamado de Brasil. Então o meu povo foi um povo que sempre caminhou, continua caminhando, em busca da terra sem males, e muito próximo daqui, da onde a gente fala do Centro de Referência está o Rio Guaíba. E a gente costuma sempre colocar isso em pauta para que as pessoas que estão nos escutando entendam o que que é a retomada, o porquê de estar neste lugar. O lugar onde está situado este casarão, que para algumas pessoas é só uma casa, mas a gente não fala da questão do espaço físico porque onde está o Corpo-Território Indígena, é o seu território ancestral. Então o nosso trabalho, toda a nossa luta, acontece dentro desse casarão, que é situado na Cidade Baixa. Ele se encontra numa região por onde antes passava o Arroio

Jacareí, já diz o nome em Guarani, depois ele vai se transformar no Arroio Dilúvio que ainda passa pelas avenidas aqui próximas, que é Avenida Ipiranga também muito conhecida na cidade. “Ah, mas por que que tu fala isso? Para que essa explicação geográfica?”, para que as pessoas compreendam e também passem a compreender a nossa resistência, a nossa trajetória, a nossa retomada de corpo território no contexto indígena. Então eu falo para você sobre os lugares, porque este lugar é um lugar de onde eu nunca saí, pois os meus ancestrais e as minhas ancestrais aqui passaram e deixaram as suas marcas, os seus passos, por isso que nós falamos sobre caminhos Guaranis, pois caminhamos e auto demarcamos esses territórios. Aí se fala em caminhos, mas não são povos nômades como outros povos, não são caminhos que ficam nas memórias, onde ficam pegadas, é onde, e quando a gente tem força, e é só assim que a luta se faz, é tendo muita força, a gente retorna para retomar.

Um corpo-território em retomada, também traz a cura, cura de muitas dores que carregamos, a cura de muitas dores que a minha mãe carrega, porque se não fosse a minha mãe eu não estaria aqui. Então esse corpo-território dela carrega muitas dores e das nossas ancestrais, que a minha avó também carregou, e na época da minha avó ela não pôde, ela não teve forças, proteção, a maneira dela de achar, de proteger a minha mãe, ela se recolheu. E a minha mãe, durante muito tempo, ela também me pediu que eu fizesse isso: “Recolha-se, deixe as pessoas dizerem que você é índia, dizerem que você é bugre, mas não faça esse enfrentamento de fato, realmente dizer quem você é”. Eu trago essa narrativa da minha mãe para que vocês compreendam como o corpo-território de nós mulheres indígenas é um corpo violentado, ele é um corpo silenciado, não só de quem já foi, mas de quem também está aqui. Então na realidade essa voz, esse grito, que eu

consegui ter essa força de ecoar e fazer essa resistência, ele traz esse grito da minha avó, da minha bisavó, da minha mãe, que também queria me proteger e não queria que eu fizesse a minha retomada. Quando a gente retoma, e que a gente tem essa força diária de se retomar também não é nada fácil, falo para que vocês entendam que isso também não é nada romântico, de dizer assim “A tá, mas ela sempre soube”. É que nem quando eu ouvi uma pergunta, uma vez: “Ah, mas você sempre soube que tu é indígena? Porque é só olhar para ti e ver”, e eu digo: “Sim, quando se nasce indígena, indígena se é até fazer a passagem daqui desse corpo”. Agora, como é que nós gritamos? Isso acontece porque nós temos força dentro de um Estado que mata, um Estado que extermina os nossos Corpos-Territórios, dentro de uma sociedade extremamente preconceituosa que só enxerga os corpos Indígenas naqueles que saem na matéria da televisão, ou em alguma matéria de jornal de um outro lado do país. Então, por isso, que quando a gente fala da resistência, às vezes parece que a minha fala pode ser prática, mas ela está falando que se a gente está vendo que ela é indígena, não é só o ver, é o pertencer, o pertencimento, o retomar e o diariamente ter esta força. Diariamente eu saber da força que tenho, quando eu me levanto e que quando outras pessoas, outros parentes, como eu chamo, chegam aqui, ou me procuram pelo celular, ou ali pela rede social do Centro de Referência.

A minha avó também era indígena, a minha mãe também é indígena e durante muito tempo elas foram chamadas de bugres, porque tem algumas pessoas que não conseguem dentro deste apagamento, dessa violação, dessa violência ter a certeza da sua etnia, então o não indígena sempre nos tratou como: “Ah, é bugre!”, não é indígena. E quando a gente faz a retomada a gente consegue sim, conversando com os nossos familiares, buscando devagar, saber aonde é que esses corpos-territórios começaram. Eu não venho a partir

da minha mãe, eu venho de uma geração de mulheres de Corpos-Territórios Indígenas. E, assim então, fico extremamente comovida e feliz quando a gente vai a uma periferia para fazer uma fala, ou quando eu chego numa periferia para fazer uma atividade também, e as pessoas dizem: “Que bom que tu veio, que eu queria falar contigo”, ou, como já fomos chamados em outros territórios aqui em Porto Alegre nas periferias: “Olha, aqui tem umas pessoas que são indígenas e que eles diziam que eram bugres”. Então é isso, fazer a retomada não é a retomada desse corpo que vocês estão vendo, fazer a retomada é trazer as vozes que foram silenciadas, que foram violadas, violentadas e que o conquistador queria que elas fossem apagadas. Fazendo essa retomada se retoma coletivamente com outros parentes, com outras pessoas, que chegam a esse espaço ou procuram também, contando a sua história, a sua trajetória, contando o que sua avó não quer que fale.

A retomada do Corpo-Território Indígena é um processo de cura em função de tudo isso que eu tentei colocar um pouquinho aí para vocês, e essa cura também é coletiva, é claro que a gente se cura primeiro, o corpo que está dia a dia na resistência, mas a gente faz uma cura coletiva quando outras pessoas vêm junto. Outras pessoas têm nessa força de gritar, o seu pertencimento e de vir junto, então é uma retomada do Corpo-Território, uma cura coletiva.

Eu fiquei bastante emocionada agora falando, lembrando dos parentes que nos procuram aqui, então passa muitas coisas na nossa mente, parece que estou vendo um filme, e para continuar falando sobre essa retomada sobre esse corpo indígena periférico no contexto indígena, corpo indígena no contexto indígena, porque todo o território brasileiro e latino-americano era território indígena, chamam por outros nomes, mas nós sabemos que o território é nosso ancestral. Eu gosto muito de fazer o relato

também, de quando eu entrei para a universidade no ano de 2018, quando eu entrei na Universidade Federal de Pelotas eu fui a primeira mulher Indígena Guarani a estar dentro da Universidade em Pelotas, até então tinham diversas etnias, diversos parentes e que coisa boa porque a gente precisa estar cada vez mais dentro desses lugares, principalmente da Universidade que é um lugar que não nos quer. Quando a gente chega, e acessa ela, ela não nos deixa acessar verdadeiramente, porque a universidade não tem um corpo para nos acolher. Mas eu trago isso para contar um pouco de como foi quando eu cheguei na universidade, e os professores e a sociedade também, digo assim, colegas e outras pessoas, perguntavam, me questionaram muito sobre eu falar o português, eu me expressar. “Ai, mas tu nem parece que tu é indígena por causa que tu fala muito bem, tu te expressa muito bem” eis aí o primeiro preconceito. Aquele de querer sempre dizer que nós somos seres inferiores, e aí eu lembro que em um determinado momento eu respondi “Você não fala português professora?”, e ela: “Sim, eu falo!”, “Mas é que eu pensei que vocês não falavam português, você por ser indígena tinha que falar o seu idioma, os indígenas que chegam aqui na Universidade falam muito mal português”. Aí eu respondi para ela: “Bom, a senhora fala português, eu também falo português porque assim a gente consegue se entender, afinal de contas foi essa a língua que o conquistador impôs para nós desde que ele aqui chegou”.

Nós éramos tidos como um povo selvagem, um povo sem alma, um povo que não sabia nada, traduzido na linguagem mais usada, ignorante, e aí eu disse para ela “Que bom que eu falo português, que assim eu posso também lhe entender melhor, mas não se preocupe com meus parentes que vêm das Aldeias, eles também, logo, logo, vão entender tudo, muito bem, o português.” Então eu trago isso para vocês, esse relato para vocês saberem também que em todos os lugares que nós estamos com os nossos

Corpos-Territórios, nós somos indagadas, nós somos subjugadas, nós somos desmerecidas por ainda ser aquele personagem que está lá naquele livro de história, naquele livro de história que também não conta a verdade, mas que é esse que a sociedade quer continuar a manter, porque se eu não vejo, não me incomoda, mas ao ter a presença, ao ver e ser obrigada a conviver, incomoda.

Um dia estava aqui no território e passaram as pessoas aqui na frente, a gente mora numa rua que é uma travessa na verdade, então nosso território está situado nesse espaço, assim como passam muitas pessoas, como tivemos a vizinhança que acolheu, tivemos também a vizinhança que não acolheu, tinha dois senhores aqui na frente olhando, eu estava saindo ali na porta e eles disseram assim: “Era só o que faltava agora, índio na Cidade Baixa”, aí eu prontamente dei aquela respirada, tomei aquele fôlego, porque se faz necessário e aí eu respondi para eles: “Bom, se era só o que faltava então não falta mais.”, e saí né, também não fiquei dando, como é que a gente diz, mais chances para o colonizador colocar suas frustrações, suas raivas para fora.

Então trago tudo isso para dizer para vocês que Corpos-Territórios e Retomadas em movimentos constantes no contexto indígena, eles continuam sim, diariamente sendo violentados, eles continuam sim, diariamente sendo violados, eles continuam sim, diariamente sendo marginalizados, infelizmente. Nós vivemos em uma época em que nós não sabemos o que nós vamos encontrar quando a gente sai às ruas, e eu acredito que essa não seja só uma colocação minha, também seja de muitas pessoas, nós vivemos tempos sombrios, vivemos tempos de muita marginalização dos corpos, dos corpos indígenas, dos corpos negros, dos corpos periféricos, dos corpos que segundo a sociedade e o Estado, não fazem parte desta dita sociedade. Que é uma sociedade que eu também não consigo entender e nem gostaria de

participar, continuarei não participando, porque é só o que ouço, não é mais para participar da sociedade, você tem que ser desta e desta maneira, em um papel na realidade ditado, colocado por um sistema patriarcal, hegemônico e dominante. Essa sociedade que o Estado diz que nós não fazemos parte, e boa parte da sociedade diz que nós não fazemos parte, de fato não queremos fazer. Queremos só ser respeitados, queremos ser respeitadas todas nós mulheres, e aí não é só as mulheres indígenas, as mulheres precisam ser respeitadas porque os nossos corpos são violados, porque nós somos silenciadas é por sermos seres femininos, e aí sim a gente começa depois a falar sobre esses seres femininos, mulheres indígenas, mulheres negras, mulheres ciganas, mulheres ribeirinhas, enfim, uma diversidade de mulheres. Vivemos em um tempo em que precisamos também de cura, uma cura, uma transformação que é necessária para que a gente não adoça em meio à sociedade em que se vive, esta que não nos quer corpos indígenas.

Então eu acredito que seja um pouco isso, trazer para vocês essa partilha do que é esse Corpo-Território que ocupa esse contexto indígena, que cura, que faz partilhas, que troca com outras mulheres, com outros povos e que se cura também para que possa aí continuar, nesse movimento esse corpo-território que é migrante no seu próprio território e que também está em diáspora, quando a gente fala da diáspora a gente não se refere só aos irmãos e as irmãs negras, não, os corpos-territórios indígenas também passaram, e estão em um processo, processo de migração, processo diaspórico e é por isso que a gente se levanta todos os dias e luta, que é para e não apenas só existir, não apenas só resistir, não é para auto demarcar que nós estamos aqui no lugar de onde a gente nunca saiu e é onde a gente vai continuar, é isso por enquanto.

Pâmela Marconatto Marques: Que importante essa fala! Gracias Kerexu, por trazer tanto para esse evento, eu acho que tu tocas aí em pontos fundamentais, eu sempre aprendo muito te escutando. Enquanto eu te ouvia eu me lembrava de uma parenta sua, a Silvia Rivera Cusicanqui, Chola Boliviana, que dizia que parte daquilo que se chama de Bem Viver entre as comunidades indígenas Aimaras Kexuas, tem a ver com falar, mas a fala tem que ser uma fala de saúde e como é que se faz isso, ela diz, tem que se ouvir muito, tem se falar daquilo que se vive, e tem que viver conforme o que se fala, se uma dessas três dimensões não é contemplada a pessoa faz barulho mas não fala, tá balbuciando mas não tá falando. Então, poder te ouvir falar é poder ouvir essa fala que é corpo que é Corpo-Território Indígena, é muito importante para a gente começar com saúde, com força esse evento.

E tem duas dimensões da tua fala, que me parecem incontornáveis para gente ir acumulando nesses dias de evento, a primeira delas é pensar Corpo-Território, e tu deixas muito claro que onde o corpo de uma mulher indígena está, é Território Indígena. Quando tu falas indígena em contexto indígena é isso que tá ali, o teu corpo de mulher indígena faz criar territorialidade indígena por onde ele passa, e a outra dimensão é essa casa que poderia ser vista como terra, também como corpo. Então tu estás falando do Arroio Jacareí que passava por aí, que foi aterrado para que essa cidade de concreto pudesse ser levantada e ele também se constitui como memória desta casa. Uma casa, que se a gente for pensar a partir do que tu falaste, também é um corpo indígena em retomada e isso se localiza no centro de Porto Alegre em plena Cidade Baixa, não é em uma aldeia, em uma excursão exotizada, folclorizada, é no Centro de Porto Alegre. Não tem como passar por essa Travessa Comendador Batista e não ver essa casa com a sua cobra coral na frente, esse corpo indígena em retomada fazendo convite para sua

vizinhança, fazendo convite para sua comunidade, para te ouvir, para entrar, para acessar essa sala onde tu estás falando conosco, que é sede da loja cobra coral onde fica a arte ancestral indígena que também compõem esse lugar, né Kerexu? Arte ancestral também feita por tuas parentas em diversas aldeias, e aí tu vais mostrando também, acho importante para encerrar esse momento, mostrar como essas corporeidades indígenas que estão aí compondo contigo essa tela, quem tá te vendo tá vendo essa arte ancestral, tá vendo essas camisetas que podem trocar, podem adquirir, pode fazer essa partilha e entrar em troca quando passar aí pelo centro, é corpo indígena, é corpo de mulher indígena constituindo esse espaço.

E talvez, se fosse possível eu gostaria de te ouvir, desculpem, eu quebrando o protocolo e pedindo para ela falar um pouquinho mais. Falar sobre o Poraró, eu acho que é um jeito importante da gente terminar, falar um pouquinho sobre essa prática que é tão discriminada algo de tanta interpretação equivocada, de preconceito com relação às mulheres indígenas e que também faz muito parte do teu trabalho de educação, de educação que tu cumpres aí, que tu tens cumprido aqui em Porto Alegre e enfim, em território indígena em Abya Yala. Então se tu pudesses falar um pouquinho sobre isso e sobre como Poraró tá compondo junto com o CRIA, junto com o Centro de Referência esses espaços, esses caminhos Guarani, eu acho que seria super importante para a gente ir finalizando também.

Cacica Guarani Kerexu Takuá: Bom, na realidade a gente deixa sempre no final essa coisa de apresentar. Tem alguns lugares que a gente precisa falar eu estou vestindo tal coisa, tal casaco, aí eu apresentaria ali atrás né, que eu estou na sede da loja que é onde me acompanhando tem arte ancestral, feita a muitas mãos de muitas parentas minhas, de muitas mulheres indígenas artesãs, de homens artesãos também. Mas que essas mulheres saem

diariamente de dentro de seus territórios nas zonas rurais e também na zonas urbanas, porque nós também temos aldeia aqui em Porto Alegre, no Bairro Lami, no Bairro Lomba do Pinheiro, no Bairro Agronomia, que são aldeias em territórios urbanos, para fazer então essa troca com o não indígena, com a sociedade, desta arte ancestral que para nós é Corpo-Território, faz parte do Corpo-Território, porque ela é uma arte ancestral, ela é uma arte milenar do Povo Guarani que é passada de gerações por gerações. É uma arte que estava aqui há 2, 3 mil anos atrás, e continua aqui, por isso o lugar de onde nunca saímos, Corpo-Território, memória passos, memória e arte ancestral, memória diária que pulsa, que é o que leva à subsistência. Falando de arte ancestral do meu povo Guarani, a gente fala sobre o Poraró no município de Porto Alegre. No município de Porto Alegre, nós temos alguns locais escolhidos, assim como trouxe lá atrás a fala de porque o centro de referências estar aqui, nós temos alguns locais no centro da cidade escolhidos para então se fazer o Poraró que é sair da Aldeia, levar a arte ancestral para o centro da cidade, para trocá-la por um dinheirinho, por um troquinho para levar para dentro da aldeia a subsistência. É importante que as pessoas saibam para que elas comecem a olhar e a tentar com respeito, com respeito a nós mulheres originárias, com respeito aos povos indígenas que ocupam e retomam o seu território ancestral no município de Porto Alegre, que ocupam a volta do Mercado Público, que ocupam a Rua dos Andradas, que ocupam ali a Rua Otávio Rocha dentre algumas outras no centro da cidade, na sua prática do Poraró. Um dia perguntando para uma mais velha, parenta minha, eu disse para ela assim “Por que quando saímos para vender a arte, os artesanatos para trazer troquinho para casa, tem que ser na volta do mercado?”, na Rua dos Andradas eu já sabia assim dessa coisa que é território Guarani, ela disse: “É porque onde era o mercado antes tinha

água também, e o mercado não era ali antes”, elas falam com muita dificuldade, daí sim o português, daí essa professora da Universidade ia gostar né, porque ela queria isso, mas é porque minhas parentas não querem falar o português, e aí ela me explicou a maneira dela, para que eu entendesse de que ali também é o nosso território, e é o lugar de onde nunca saímos.

Então, quando eu falo de um lugar onde nunca saímos, ele é o território ancestral, território sagrado das memórias e dos passos dos povos Indígenas Guarani, dentro dessa cidade. Quando as pessoas estão aqui conosco, hoje nos escutando, espero que estejam atentas e apreciando com respeito, quando elas forem ao centro da cidade, quando elas passarem na Redenção, enfim, que se atenham com respeito a esses corpos-territórios que estão no seu lugar de onde nunca saíram. Porque isso foi dito por uma mais velha do meu povo para mim, um dia dentro da aldeia, nós vamos levar artesanato para fazer troquinho aonde é nosso lugar, aonde Juruá acha que é o lugar dele, mas não é o lugar dele, é nosso, tudo nosso território, então nós retornamos até lá para fazer a troca. Então convido a todos, todes para caminhar no centro da cidade e respeitar nossos Corpos- Territórios, convido a todes para que também venham conhecer o Centro de Referência Indígena do Rio Grande do Sul que fica bem no coração da Cidade Baixa, que tem a sua loja de arte ancestral Guarani, a cobra coral lá no *Instagram*, e convido para que venham nas atividades, para que venham também ser aliades, aliados na luta, que também venham passar por um processo de cura. Eu faço um processo de retomada, então a minha cura tá nesse processo. Mas todos nós temos e necessitamos de cura, como citei antes, por viver em tempos tão sombrios, então acredito que tenha conseguido nesse tempo de diálogo acrescentar para esse evento que se inicia hoje com esse título, *Meu Corpo é Terra-Território* que tem tudo a ver comigo, e agradecer imensamente e dizer

que tenham um grande evento, momentos de trocas, aprendizados e partilhas para o fortalecimento de todas nós mulheres.

HA'VEEte, que quer dizer obrigada em Guarani.

Patrícia Binkowski: Obrigada, pela fala Kerexu, Pâmela, não sei se tu queres falar alguma coisa?

Pâmela Marconatto Marques: Não, eu já fiquei muito satisfeita, já pulei do meu lugar de mediadora, já fiz perguntas. É difícil não ocupar esse lugar de querer ouvir mais, de querer saber mais sempre, e eu espero, pelo que eu acompanhei agora, entrando rapidamente no *YouTube*, que a fala foi muito comentada. Que bonito, ver que essa escuta respeitosa de maravilhamento, de encontro e de respeito com esse corpo de palavras que a Kerexu nos lega aqui. Esse novo repertório para a gente pensar as dores da cidade, as dores trazidas pelo colonialismo e as nossas tarefas o modo como a gente pode ir se reconectando com possibilidades de narrar também a nossa própria história, de narrar também a nossa ancestralidade a partir de outros lugares, a partir de outras lembranças, resgatando lembranças, retomando lembranças. Acho que foi muito importante, agradeço ao ObservaCampos, por essa possibilidade de estar aqui hoje mediando essa fala tão importante.

Patrícia Binkowski: A gente que agradece muito todo o teu trabalho junto com a gente aqui Pâmela, nos indicando também a Kerexu, nós ainda não a conhecíamos, e agora a gente já conhece grande parte do trabalho do Centro de Referência Indígena. Inclusive Kerexu a gente está indicando para que o público aqui, para que os espectadores da Mostra possam assistir posteriormente no *YouTube*, o Corpo Terra Manifesto das Retomadas que vocês organizaram, que é um documentário sobre esses corpos no Território Urbano. A gente está indicando também para o nosso público aqui, que possam assistir, a próxima atividade a partir das 9 horas, no link do *YouTube*

para que então vocês assistam aí e possam acompanhar um pouquinho mais sobre a história do Centro de Referência, no documentário organizado pelo Centro. Queria te agradecer muito por estar aqui conosco, por poder te escutar também, a nossa mediadora que além da Pâmela, foi a professora Aline Hernandez, que sempre me contava como o processo estava se dando, se fechavam as datas, se não fechava, então a gente foi sempre se acompanhando aqui e queria te agradecer muito por ter aceitado esse convite e te convidar também, a participar, se possível, das próximas noites. Pâmela, muito obrigada também por fazer essa mediação e nos trazer também um pouco dessa vivência tua dentro da academia, a partir desses Corpos-Territórios.

Kerexu muito obrigada, Pâmela muito obrigada, e queria convidar então os espectadores aqui, nossos participantes da Mostra, para nos acompanhar as outras atividades, hoje foi a conferência de abertura, amanhã, quarta, quinta e sexta teremos mais noites de prosa, sempre à noite, às 21 horas. Estamos sugerindo uma programação cultural e amanhã inicia também a apresentação de trabalhos do grupo de trabalho GT1, Movimentos Sociais e Conflitos, e para quem está perguntando sobre os resumos do GT 2 e 3 estão saindo, hoje vocês devem receber já nos seus e-mails as confirmações dos resumos. E agradecer para quem nos assistiu, está aqui, ficou aqui conosco desde às 18 horas, tivemos um retorno bastante grande, mais de 100 pessoas nos assistindo online, mais as pessoas que estão dentro da plataforma Even assistindo por lá. Então é preciso dizer que a gente fica muito feliz por ter este compartilhamento dessas pessoas conosco. Por aqui deixo o meu boa noite, meu agradecimento mais que especial à Kerexu, à Pâmela e a quem mais está nos assistindo hoje, um grande abraço, boa noite.

RESISTÊNCIAS CORPO-TERRITÓRIO DE MULHERES AO PROJETO MINA GUAÍBA

Luana Silva da Rosa
Josiane Carine Wedig
Martha Giudice Narvaz

Resumo: Neste capítulo, analisamos as formas de resistências realizadas por comunidades contra um projeto de extrativismo de carvão no Rio Grande do Sul. Damos ênfase, especialmente, aos modos como as mulheres, que estiveram ameaçadas pela construção da Mina Guaíba, se opuseram a esse

empreendimento. A pesquisa de campo foi realizada a partir de observação participante e entrevistas com moradoras(es) do Loteamento Guaíba *City*, no município de Charqueadas, e com agricultoras(es) do Assentamento de Reforma Agrária Apolônio de Carvalho, em Eldorado do Sul, e com pessoas ligadas a organizações que se envolveram na luta contra a Mina. A análise está pautada na perspectiva decolonial, que permite compreender como o extrativismo foi a base do colonialismo e segue (re)produzindo formas de colonialidade, pautadas em opressões interseccionais de gênero, raça e classe, além de transformar a natureza em recurso econômico, provocando a atual situação de mutações climáticas denominada Antropoceno.

Palavras-chave: Colonialidade; Extrativismo; Mulheres; Mineração; Movimentos Sociais.

Abstract: In this chapter, we analyze the forms of resistance carried out by communities against a coal extraction project in Rio Grande do Sul. We emphasize, especially, the ways in which women, who were threatened by the construction of the Guaíba Mine, opposed this undertaking. The field research was carried out based on participant observation and interviews with residents of the Loteamento Guaíba City, in the municipality of Charqueadas, and with farmers from the Settlement of Agrarian Reform Apolônio de Carvalho, in Eldorado do Sul, and with people linked to organizations that were involved in the fight against the Mine. The analysis is based on the decolonial perspective, which allows us to understand how extractivism was the basis of colonialism and continues to (re)produce forms of coloniality, based on intersectional oppressions of gender, race and class, in addition to transforming nature into an economic resource, provoking the current situation of climate change called Anthropocene.

Keywords: Coloniality; Extractivism; Women; Mining; Social Movements.

1. Introdução

Neste capítulo, propomos analisar as resistências de duas comunidades contra um projeto de implementação de extrativismo no Rio Grande do Sul, fundamentalmente por meio do protagonismo de mulheres e suas lutas contra esse empreendimento. A pesquisa de campo foi realizada no Loteamento Guaíba *City*, localizado no município de Charqueadas, e no

Assentamento de Reforma Agrária Apolônio de Carvalho, em Eldorado do Sul. Evidenciamos que os processos de extrativismo atuais estão estruturados em práticas coloniais, produzindo a destruição nos territórios afetados por esses projetos.

Neste sentido, nos baseamos na perspectiva decolonial para compreender de que modo as mulheres e suas comunidades mobilizam formas de resistência que evocam a terra e o corpo-território como elementos centrais de seus modos de vida. Dessa maneira, inicialmente, abordaremos as interconexões entre os processos extrativistas e as bases coloniais que provocaram a destruição e os saques de territórios desde o século XV. Na sequência, aportaremos as dimensões de gênero e de corpo-território para considerar as lutas das mulheres contra a opressão, o patriarcado e o capitalismo predatório. Por fim, discutiremos de que modo as moradoras, que resistiram ao projeto Mina Guaíba, tornaram evidente a sua ligação intensiva com seus territórios ante os impactos gerados pela mineração.

2. Colonialismo e extrativismo

A forma moderna de extrativismo está diretamente conectada ao colonialismo – acontecimento que é marcado pela “descoberta da América”, no final do século XV, e que suscitou a criação de uma racionalidade eurocêntrica pautada no antropocentrismo, que instituiu a concepção do excepcionalismo humano, em que os demais seres – plantas, animais, solos, oceanos etc. – passaram a ser definidos como natureza e recurso a ser explorado (SVAMPA, 2019). A partir desse período, foram também estabelecidas dicotomias que classificaram e hierarquizaram os povos como

humanos e não humanos, racionais e irracionais, civilizados e primitivos, sendo que os primeiros se referiam aos europeus e os segundos aos demais povos, definidos como “outros”.

Desde a formação dessas relações, começaram a ser forjados procedimentos de acumulação de capital, que fundaram a geopolítica do sistema mundo moderno colonial, no qual territórios passam a ser controlados pelos Estados monárquicos e cristãos, definindo algumas nações como centrais e outras como periféricas, por meio de relações entre metrópoles e colônias (WALLERSTEIN, 2001; QUIJANO, 2005). O extrativismo (de florestas, de minérios, agrícola etc.) esteve na base desse processo, que provocou destruição e saques de territórios, como os de Abya Yala, desde o século XVI.

Nesse contexto, uma das bases da economia-mundo é a mineração da prata e, posteriormente, do ouro e de outros metais, deixando rastros de destruição da terra, dos povos e dos demais seres (ARÁOZ, 2020). Essa lógica colonial-extrativa é imposta também pelo modelo agrário, destinado a produção de mercadorias agrícolas para as metrópoles, alterando os modos como os povos se relacionavam com a terra, constituída, milenarmente, como bem comum. Ela passa a ser transformada na *plantation*, tendo como base a formação da propriedade privada, a monocultura, o sistema escravista, o latifúndio e a exportação.

O colonialismo ademais introduziu a classificação racial dos povos, estabelecendo a ideia de “raça” em torno de uma suposta distinção da estrutura biológica, que situava os povos dos territórios colonizados como inferiores em relação aos colonizadores europeus, instituindo um novo padrão de poder (QUIJANO, 2005). Essa hierarquização respaldou o genocídio e a violência contra os povos indígenas e africanos, perpetrada

pelos colonizadores europeus. Há, também, uma dimensão colonial de gênero que atravessa as formas de opressão, como tem assinalado María Lugones (2014), ao indicar como opera o sistema moderno colonial de gênero.

A sociedade colonial passou a ser organizada em termos patriarcais e heterossexuais, na qual o homem branco, europeu e cristão é considerado o ser humano por excelência. Nessa configuração, os povos, principalmente as mulheres dos territórios colonizados, foram desumanizadas(os) e brutalmente exploradas(os). Ao mesmo tempo, a história da colonização é contada pelos opressores, a partir de discursos gloriosos e patriarcais, por meio de regimes brutais de silenciamento daquelas(es) que foram mortas(os), escravizadas(os) e subalternizadas(os). (KILOMBA, 2019).

Mesmo com as independências dos países colonizados, a colonialidade segue presente, reproduzindo relações de poder extrativistas. Concomitantemente, as violências coloniais são enfrentadas há mais de 500 anos, por meio das formas de resistência dos povos, na defesa de seus corpos-territórios em oposição àqueles que visam transformar tudo em mercadoria, lucros e destruição. Marisol de La Cadena (2018) demonstra que, nesse embate, estão em questão aspectos ontológicos que envolvem mundos heterogêneos.

Nesse sentido, a partir da perspectiva de análise decolonial, é possível analisar como o extrativismo na América Latina ocorre desde o início da colonização europeia, quando os territórios dos povos indígenas foram alvos de destruição e saques, processo que segue ativo nas atuais políticas neoextrativistas, pautadas na concepção de desenvolvimento em que estão envolvidas “quantidades cada vez maiores de matérias-primas e energias” (SVAMPA, 2019, p. 28), ao lado da destruição massiva de seres e territórios.

Essa destruição planetária, provocada pelo modelo de produção e acumulação de capital, ocorre de forma cada vez mais acelerada e com sincronicidade, acarretando alterações em escala geológica, decorrente do desmatamento, da monocultura, da mineração, da enorme carga de produtos tóxicos lançados na terra, na água e no ar, dos grandes genocídios de pessoas e outros seres. Cientistas de diversas regiões do mundo têm nomeado esse período como Antropoceno (e também Capitaloceno e/ou Plantationoceno), remetendo à nova era geológica que sucede ao Holoceno (HARAWAY, 2016).

No entanto, o termo *anthropos*, presente no conceito de Antropoceno, é questionado por distintas(os) autoras(es), por considerarem que ele mascara a pluralidade de humanos e os diferentes impactos que têm causado na terra (FERDINAND, 2022). Neste texto, nos aliamos à análise do Antropoceno conectado ao colonialismo, que teve (tem) o extrativismo como sua base de acumulação (CADENA, 2018). Entendemos que o extrativismo e suas consequências nefastas não atingem todos da mesma maneira.

Nesse sentido, Malcom Ferdinand (2022) analisa a articulação entre racismo e injustiça ambiental, apontando para o modo como a destruição planetária, provocada pela mineração, pelos produtos químicos poluentes, lixões e aterros, incidem mais diretamente sobre os territórios delimitados em termos de raça e classe. Para o autor, as atuais mutações climáticas planetárias são decorrentes do colonialismo, que construiu um mundo pautado na destruição ambiental, centrado na acumulação capitalista e nas agressões sistemáticas aos diferentes seres e territórios.

Tal fato pode ser observado, ainda mais intensamente, no período da grande aceleração, que ocorreu a partir de meados do século XX, quando houve a ampliação de mercados de minérios, petróleo e energia, expandindo a transformação dos territórios em investimentos (CADENA, 2018). Além

disso, ocorre a difusão da Revolução Verde – o avanço da industrialização da agricultura –, que intensificou a destruição dos biomas e territórios de vida, por meio do uso intensivo de máquinas, agrotóxicos, fertilizantes sintéticos e sementes geneticamente modificadas, controladas por oligopólios internacionais (SHIVA, 2003; CARSON, 2010).

O auge dessas *commodities* ampliou a expropriação das terras de comunidades indígenas, quilombolas e camponesas, produzindo contrastes, cada vez maiores, entre lucros opulentos e pobreza extrema (SVAMPA, 2019). Contestando esse avanço do capitalismo sobre os territórios, diversos coletivos têm se organizado por meio de lutas sociais contra esses empreendimentos necropolíticos (MBEMBE, 2018). Na seção seguinte, enfatizamos alguns aspectos das lutas empreendidas pelas mulheres, em defesa de seus territórios, e o modo como elas têm enfrentado os projetos de neoextrativismo.

3. As lutas das mulheres por seus corpos-territórios

Desde o colonialismo, as formas de controlar e manipular a natureza estão pautadas em lógicas de acumulação econômica, que seguem operantes nos atuais projetos de neoextrativismo, atualizando a colonialidade. Em contraponto, as alternativas a esse modelo e o desejo de proteger a vida seguem uma ética biocêntrica representada por modos de existência que se opõem ao antropocentrismo dominante, visto que são relacionados com outros seres, para além dos humanos (GUDYNAS, 2019). Nessa perspectiva, são questionadas as relações entre sociedade e natureza, nas quais os humanos não são compreendidos como entes externos a ela, mas sim como uma parte integrante (SVAMPA, 2019).

Nas lutas das comunidades rurais e subalternizadas por seus territórios, as mulheres assumem o protagonismo. A dimensão da luta

feminista ocorre pela garantia de direitos, como o de viver em um território livre de mineração. Para Teresa González (2016), os movimentos feministas são fundamentais na luta contra os projetos extrativistas, pois tem o próprio corpo como o primeiro território a ser defendido, a primeira fronteira, o lugar no qual tanto de forma individual quanto coletiva se defende o sagrado, a própria vida e a da comunidade, além de saberes, identidades e memórias. Aliada a essa resistência, ocorre também a defesa do território-terra, visto que a libertação dos corpos está ligada à libertação da terra.

As mulheres, a partir da classificação e hierarquização imposta pelo mundo colonial, dominado pelo patriarcado, vivenciam distintas formas de opressão, que perpassam seus corpos-territórios. As desigualdades interseccionais de raça, classe, etnia, geração, localidade, incidem sobre suas vidas (COLLINS; BILGE, 2020). Ao mesmo tempo, elas encontram no próprio corpo um território de resistência, no qual as lutas pela terra perpassam os enfrentamentos contra a opressão, o patriarcado, o capitalismo, a colonialidade e se fundem com as lutas pela natureza como sujeito de direitos.

Um dos pontos centrais dos feminismos é dar visibilidade às desigualdades, entre homens e mulheres, que são forjadas na naturalização de identidades femininas e masculinas. Para os feminismos do Sul, a coletividade é fundamental para se entender a criação de conhecimentos, militâncias e afetividades, o que torna possível criar pontes com outros movimentos para que, em conjunto, possam permitir transformações sociais, políticas e ambientais que atravessem a corporeidade (HERNÁNDEZ, 2015).

Delmy Hernández (2015) ressalta a importância de posicionar a autonomia dos corpos femininos, reforçando que o corpo-território das mulheres precisa ser livre da violência sexual, patrimonial, econômica e

simbólica. Horácio Aráoz (2020, p. 131) sinaliza para o fato de que “a violência contra os corpos é igualmente a violência contra os ecossistemas culturalmente territorializados”. Desse modo, as lutas das mulheres e as lutas pela natureza caminham de mãos dadas.

A partir de uma perspectiva decolonial, é possível compreender como a opressão de mulheres e a superexploração da natureza fazem parte de um mesmo fenômeno, pautado no patriarcado e no capitalismo como ordem econômica, que invisibiliza, violenta e se apropria da vida, exaltando a superexploração dos corpos (CADENA, 2018). Além disso, os projetos de extrativismo, em toda a América Latina, têm incidido mais intensamente sobre territórios de povos que foram empobrecidos economicamente com o colonialismo, como indígenas, quilombolas, camponeses e, fundamentalmente, as mulheres dessas comunidades (SVAMPA, 2019).

Na seção seguinte, abordamos um estudo de caso que envolveu luta e resistência intensa, realizadas por coletivos, principalmente de mulheres, contra a implantação de um projeto de extrativismo, de mineração de carvão, no Rio Grande do Sul.

4. Resistências das mulheres para barrar a Mina Guaíba

Os conflitos socioambientais podem ser identificados tanto em áreas urbanas quanto rurais. Porém, no meio rural, o principal conflito ocorre pela apropriação da terra por grandes latifúndios e corporações, em oposição à luta pelo acesso à terra, defendida por diferentes segmentos dos movimentos sociais do campo (FRANCHI, 2011).

Esses conflitos muitas vezes se configuram por meio da desapropriação e da desterritorialização de comunidades que habitam os territórios.

Esse seria o destino de moradoras(es) do Loteamento Guaíba *City*, no município de Charqueadas, e do Assentamento da Reforma Agrária Apolônio de Carvalho, em Eldorado do Sul, caso o projeto Mina Guaíba, proposto pela empresa Copelmi Mineração Ltda., fosse implementado. O plano previa alocar a maior mina de carvão a céu aberto do Brasil, em uma área de aproximadamente 5000 hectares, entre esses dois municípios, com a retirada total das pessoas que ali viviam. Contudo, sua implantação foi derrotada por mobilização popular.

Cabe ainda salientar que o atual governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, é favorável aos projetos de megamineração e se consolidou como neoextrativista, efetivando ações políticas governamentais que favorecem grandes mineradoras e prejudicam a população. Sua tendência política recai sobre o viés econômico do desenvolvimento, ignorando as causas de cunho socioambiental.

O Assentamento, que seria atingido pela Mina, é uma comunidade onde vivem 72 famílias que obtiveram suas terras por meio da luta, há 15 anos. Esse território é dividido em áreas de moradia e de cultivo de alimentos. Os cultivos agroecológicos são a principal atividade realizada pelas(os) moradoras(es). Nele há, também, uma área coletiva, na qual é plantado arroz orgânico. Já o Loteamento Guaíba *City* é formado por mais de 100 famílias, muitas delas vivendo no local há mais de 20 anos. A produção agroecológica é realizada nos quintais, onde as(os) moradoras(es) produzem tanto para seu próprio consumo como para comercialização.

Moradoras(es) do Loteamento e do Assentamento relataram que foram procuradas(os) por representantes da empresa Copelmi, que apresentaram uma promessa de reassentamento, porém, eles não indicaram onde seriam realocadas as comunidades, nem como seriam indenizadas.

Portanto, as formas de luta e resistência, bem como os medos e anseios, compartilhados pelas pessoas que seriam atingidas pelo empreendimento, requerem diferentes olhares sobre esse contexto.

Luana Silva da Rosa (2021), em sua pesquisa de Mestrado, observou que existiam diferenças de perspectiva entre mulheres e homens que seriam atingidas(os) pela Mina Guaíba. A autora percebeu as diferenças de gênero e os olhares distintos sobre a problemática dos conflitos socioambientais, resultantes da atividade mineradora. Ao entrevistar moradoras(es) da área diretamente afetada pelo projeto, observou que, embora o conflito e os impactos possam parecer equivalentes para todas(os), mulheres e homens têm formas distintas de lidar com o problema e, principalmente, se mobilizam de maneiras diferentes na luta. São, também, afetadas(os) de maneiras específicas, já que os impactos não são distribuídos da mesma forma.

As consequências da mineração atingem, primeiramente, as mulheres, devido a responsabilidade atribuída a elas pelo cuidado com a casa, o marido e as(os) filhas(os). Suas formas de resistência, nesses espaços, envolvem lutas pela soberania alimentar, preservação da natureza e cura, através dos saberes populares de saúde. Elas consideram que permanecer no território em que vivem não é apenas uma necessidade, mas também uma decisão política de luta por direitos para concretizar o sonho de acesso à terra e a uma vida melhor (OLIVEIRA, 2020).

As moradoras, que resistiram ao projeto Mina Guaíba, tornaram evidente a sua ligação com o território. Uma delas, ao ser informada que seria retirada dali, respondeu: *“o que eu faço com o meu arvoredor? E essa laranjeira, o que eu faço?”* Para ela, *“o que plantar aqui cresce”*. Já outra moradora relatou: *“Eu cresci debaixo dessa figueira, minhas raízes estão ligadas às raízes*

dela". Ela demonstrou sua relação intensiva ao território, afirmando: "*é disso aqui [terra] que eu vivo! Sem isso, eu não sei viver*". Uma agricultora familiar lamentou a possibilidade da desterritorialização que então ameaçava sua comunidade: "*Vão me tirar de um lugar onde eu tenho as minhas raízes, onde eu me criei, onde eu construí a minha casa, o meu pátio, que eu construí pensando em ficar o resto da minha vida*".

A partir dessas falas, observa-se o vínculo que essas mulheres possuem com os seus espaços, o pertencimento à terra onde plantam seus alimentos e na qual estão firmadas as suas próprias raízes. Nesse sentido, elas resistem a partir de seu corpo-território e não possuem qualquer interesse em quebrar esse vínculo. Elas enfatizaram seu posicionamento em resposta à empresa, mostrando-se contrárias à Mina Guaíba. Conforme uma das moradoras do Assentamento, que é historiadora e militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST):

O medo da desapropriação abala o ânimo das pessoas. Abalou e abala muita gente! No âmbito coletivo esse desânimo se traduz em desorganização coletiva. As pessoas acabam se desmotivando. Se eu fosse trocar o Apolônio de Carvalho por outro lugar, teria que ser uma situação semelhante, nada próximo do que a Copelmi está propondo. Essa dimensão emocional, a Copelmi não vai levar em conta nunca.

Essas mulheres não se veem habitando em outro espaço, o que aumenta, ainda mais, a luta para manter a região livre da mineração. Elas foram contrárias à Mina e à violação de direitos que as impelia a sair do espaço escolhido para viver. As profundas alterações socioambientais que seriam provocadas nos ecossistemas pela construção da Mina, acabariam recaindo, mais intensamente, sobre elas, que são responsáveis pela garantia da alimentação e da saúde das famílias (GONZALES, 2016).

Uma liderança da ONG Amigos da Terra Brasil, entrevistada durante pesquisa de campo, expressa como se desenvolveu a luta contra os projetos de extrativismo, principalmente pelas mulheres:

Então tudo é uma luta! Entrar no debate seja para defender, seja para dizer como deve ser. A primeira coisa que sofre é isso: 'mas quem está falando aqui?' Então, até chegar no lugar de fala, até chegar e ser reconhecida, já é uma luta. Fora que, para isso, para a mulher estar na luta, ela tem que vencer essa divisão sexual do trabalho. Ela tem que vencer essa opressão que é: 'bom, mas o que a mulher está fazendo aqui, que não está cuidando dos filhos em casa?' Mas ela está ali! A água está contaminada pela mina e ela tem que caminhar até não sei onde para pegar água, senão, não vai ter comida. O marido está plantando com agrotóxico e ela tem que plantar uma horta agroecológica para ter comida em casa. Então é assim, é a jornada doméstica e mais o trabalho remunerado que ela tenha, se for o caso, e mais a jornada da militância. Para a mulher chegar lá, ela tem que vencer várias lutas diárias. A mulher está neste lugar de opressão e ela sofre mais toda essa violência. E esse olhar tem que existir! Por outro lado, quando as mulheres se organizam para fazer isso, aí a potência é outra, justamente porque elas têm esses múltiplos olhares dentro delas mesmas. Elas já têm múltiplas funções, e isso não é questão de naturalizar que as mulheres são mais femininas, são mais da natureza. Não é uma questão biológica ou de uma sensibilidade. Não é um ecofeminismo de naturalizar a posição e a divisão sexual do trabalho, jamais! É dizer assim, que por conta de que as mulheres já têm outras camadas de opressão, e que elas precisam fazer a crítica e precisam vencer para estar na posição de defesa dos territórios. E, além disso, quando elas se colocam em união com essas outras mulheres nessa mesma luta, elas descobrem, elas vão desvelando essas camadas de opressão. Para as mulheres a luta é uma forma de se descobrir, de se desenvolver como feministas e não só lutar pelo seu território. Essa solidariedade internacionalista, a partir da luta das mulheres, quando elas se juntam, ela é muito potente, e ela vai além dessa luta individual pela minha água, pela minha terra,

pelo meu... Então, é uma outra percepção. Mas isso não é naturalização. Passa através da luta, reconhecer todas essas formas de opressão e se colocar contra (Geóloga e Ativista Socioambiental).

A maioria das mulheres que vivem nesses territórios, asseguram seu sustento na própria região, seja na agricultura seja no comércio. Elas trabalham com agricultura familiar e produzem hortaliças orgânicas, que são vendidas nas feiras agroecológicas locais. Essa ação, de colocar um alimento de qualidade, sem veneno, na mesa de sua família, já é um ato de resistência. E, apesar da árdua labuta, elas possuem muito orgulho dessa atividade.

Além disso, as mulheres do Assentamento tomam a frente em ações do MST e promovem atividades e cursos para as moradoras da comunidade. Na maioria das vezes, elas mesmas captam recursos e firmam parcerias com outras entidades que apoiam as iniciativas. Nessa organização, uma professora do movimento lidera a construção de projetos, apoiada pelo coletivo de mulheres.

Dessa forma, foi possível reconhecer como essas mulheres lutam para romper com as formas tradicionais de organização social, política e econômica, estruturadas a partir do patriarcado (OLIVEIRA, 2020). De acordo com a liderança da ONG Amigos da Terra Brasil:

Os conflitos, especialmente os que envolvem as mulheres que se colocam na luta contra o sistema, seja o capitalismo ou seja a mineração, atingem o seu próprio território, o seu próprio corpo com as violências do patriarcado, com as intimidações, que no caso de resistências masculinas ou lideranças masculinas são muito diferentes. Os tipos de violências a que a gente está sujeita é a violência psicológica, as intimidações, perseguições, os abusos, aquelas com relação ao nosso corpo físico. Por exemplo, até isso de uma cidade virem trabalhadores de outros lugares, quem é que sofre com isso? São as mulheres que sofrem com isso. Tem essa diferença das mulheres enquanto defensoras. O

grau de violência e de ameaça à sua atuação como defensoras é maior e é diferente de outros tipos de violência. Elas também são muito desqualificadas e deslegitimadas, porque afinal de contas, em geral, na sociedade patriarcal a gente está num território, mas a terra não pertence às mulheres, a terra está no nome do marido (Geóloga e Ativista Socioambiental).

Desse modo, percebe-se que a luta das mulheres é pela manutenção de seus corpos e territórios livres de violações. Durante a pesquisa, foi possível observar as práticas coletivas de resistências, principalmente das mulheres do Assentamento que, dentro da militância, em um dos maiores movimentos sociais da América Latina, o MST, reivindicam seus direitos e lutam por uma terra livre de mineração. Através de protestos, pesquisas, contra laudos, falas em audiências públicas, elas se posicionaram e demonstraram ser protagonistas na luta contra a megamineração no Rio Grande do Sul. A ligação que possuem com o território é fundamental para esses enfrentamentos.

Elas descreveram a ligação com a terra como o “*porto seguro*”, no qual fixaram suas raízes e construíram suas identidades. Essa ligação não pode ser apagada ou substituída apenas com uma mudança de endereço. E, como elas expressam, não existe outro espaço no mundo que possa substituir o atual, pois foi ali, no seu território, que elas decidiram viver, plantar e resistir. A Mina Guaíba representou risco social, ambiental e econômico, tanto para as comunidades locais quanto para as do entorno. Resistir a esse empreendimento neoextrativista se mostrou necessário na luta contra a megamineração no Rio Grande do Sul.

As resistências dessas mulheres, nas áreas que seriam impactadas, representaram uma importante ferramenta de luta contra a empresa Copelmi Mineração Ltda. Elas demonstraram que não querem mineração em suas terras. A mobilização política, a articulação de movimentos sociais e os atos

de resistência, expressam como a sociedade civil organizada reivindica e luta por seus direitos, fazendo o enfrentamento ao avanço de empreendimentos que causam riscos sociais e ambientais de grande magnitude. O conflito em torno da implementação da Mina Guaíba demonstrou que as lutas têm se fortalecido através da mobilização popular, em cujo processo o protagonismo das mulheres foi fundamental.

Referências

ARÁOZ, Horácio Machado. **Mineração, genealogia do desastre: O extrativismo na América Latina como origem da modernidade**. São Paulo: Elefante, 2020.

CADENA, Marisol de la. **Natureza incomum: histórias do antropo-cego**. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, n. 69, 2018, p. 95-117.

CARSON, Rachel. **Primavera silenciosa**. São Paulo: Gaia, 2010.

COLLINS, Patrícia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2020.

FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho**. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

FRANCHI, Nilda. **Trajetória do movimento de mulheres camponesas no RS: da invisibilidade ao protagonismo das lutas sociais**. 2011. 211 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, 2011.

GONZÁLEZ, Tereza Pérez. **A defesa do território corpo-terra: uma alternativa para os movimentos sociais em resistência**. 18 out. 2016. Disponível em: <https://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/a-defesa-do-territorio-corpo-terra-uma-alternativa-para-os-movimentos-sociais-em-resistencia-1/> Acesso em: 06 jan. 2023.

GUDYNAS, Eduardo. **Direitos da Natureza: Ética biocêntrica e políticas ambientais.** São Paulo: Elefante, 2019.

HARAWAY, Donna. **Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes.** *ClimaCom Cultura Científica*, n. 5, p. 139-146, 2016.

HERNÁNDEZ, Delmy Tania Cruz. **Todos los días mi cuerpo es un territorio que libra batallas: dialogando con el concepto cuerpoterritorio.** *In: Primer Congreso Internacional de Comunalidad*, 2015, Puebla, México. 8 p.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano.** Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LUGONES, María. **Rumo a um feminismo descolonial.** *Revista Estudos Feministas*, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte.** São Paulo: n-1 edições, 2018.

OLIVEIRA, Tatiana. **Uma leitura (eco)feminista sobre a CFEM.** *In: INESC. Mulheres Amazônidas: ecofeminismo, mineração e economias populares.* Brasília: INESC, 2020. p. 8-27.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder: Eurocentrismo e América Latina.** *In: LANDER, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.* Buenos Aires: Clacso, p. 117-142, 2005.

ROSA, Luana Silva da. **Mineração no Rio Grande do Sul: Neoextrativismo e lutas territoriais junto ao projeto Mina Guaíba.** 2021. 156f. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Sustentabilidade) – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, São Francisco de Paula, 2021.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia.** São Paulo: Editora Gaia, 2003.

SVAMPA, Maristella. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: Conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências.** São Paulo: Elefante, 2019.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo histórico e civilização capitalista.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

SOCIOBIODIVERSIDADE E SEGURANÇA ALIMENTAR: FORMAS DE ALIMENTAR O CORPO-TERRA

Elaine Biondo
Zenicléia Angelita Deggerone
Mariana Muehlebeg Soares
Lilith Schneider Bizarro
Letícia Mairesse
Gabriela Coelho-de-Souza

Resumo: As experiências das mulheres pescadoras no PAN Lagoas do Sul e do grupo de mulheres agricultoras familiares do território rural do Vale do Taquari/RS, possibilita pensar o mundo pela escala do corpo-território e o de interpretá-lo através da pluralidade de suas expressões. Com base nesta abordagem, este estudo apresenta uma discussão sobre o trabalho realizado por mulheres em suas comunidades para promover a sociobiodiversidade e a segurança alimentar em seus territórios. Os relatos dessas experiências demonstram a proteção e o cuidado com o território. Os saberes e a reafirmação da identidade dentro de processos plurais, revelam a importância dessas vivências dentro de um contexto socioeconômico, cultural, político e ambiental para os seus territórios.

Palavras-chave: Territórios; Mulheres; Pescadoras; Agricultoras.

Abstract: The experiences of fisherwomen in PAN Lagoas do Sul and the group of women family farmers in the rural territory of Vale do Taquari/RS, make it possible to think the world on the scale of the body-territory and to interpret it through the plurality of its expressions. Based on this approach, this study presents a discussion about the work developed by women in their communities to promote socio-biodiversity and food security in their territories. The report of these experiences demonstrate the protection and care for the territory. The knowledge and the reaffirmation of identity within plural processes, reveal the importance of these experiences within a socioeconomic, cultural, political and environmental context for their territories.

Keywords: Territories; Women; Fisherwomen; Farmers.

1. Introdução

“Meu Corpo é Terra-Território” tema da 4ª Mostra ObservaCampos é inspirada na proposta do feminismo comunitário de Lorena Cabnal. A ativista procura promover alternativas possíveis a uma vida digna na terra, superação de desigualdades sociais e regimes de opressão. Para Cabnal (2010) a defesa do corpo-terra-território implica na retomada do poder feminino sobre o seu próprio corpo enquanto território de luta e de tomada de decisões. Esse corpo está ligado diretamente à terra, pois é ela que garante as condições de vida digna para as mulheres e para as comunidades.

A relevância de pensar o mundo pela escala do corpo-território é o de interpretá-lo através da pluralidade de suas expressões, de suas crenças, de suas concepções, práticas e saberes que são partilhados para o viver coletivo. Este é o objeto deste estudo, que procura elucidar duas experiências apresentadas durante a realização da 4ª Mostra ObservaCampos. A exposição realizada sobre a sociobiodiversidade e segurança alimentar - formas de alimentar o corpo-terra - trouxe a experiência de povos e comunidades tradicionais no território do Plano Nacional para Espécies Ameaçadas de Extinção PAN Lagoas do Sul, em especial das mulheres pescadoras artesanais, e do grupo de mulheres agricultoras familiares do território rural do Vale do Taquari/RS.

Por muitos aspectos, as experiências apresentadas demonstram a proteção e o cuidado com o território. Os saberes e a reafirmação da identidade dentro dos processos plurais, revelam a importância dessas experiências dentro de um contexto socioeconômico, cultural, político e ambiental. Desse modo, o objetivo deste capítulo é apresentar uma discussão sobre o trabalho realizado por mulheres em suas comunidades para promover a sociobiodiversidade e a segurança alimentar em seus territórios.

As reflexões aqui tecidas partiram do diálogo entre as pesquisadoras, as vozes dos territórios de pesquisa, as autoras feministas comunitárias do sul Global, as categorias corpo, terra, território e o evento aqui proposto pelo ObservaCampos. Essa experiência se constituiu na consolidação do debate sobre territórios junto ao Núcleo de Estudos e Pesquisas em Sociobiodiversidade, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (NesSsAN) e também das atividades realizadas pelo Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica do Território Rural Vale do Taquari (NEA VT).

2. Corpo-Terra-Território: reflexões a partir de diálogos com categorias analíticas, mulheres pescadoras e vozes indígenas no PAN LAGOAS DO SUL

A abordagem corpo-terra-território, emerge dos feminismos populares do Sul, que vêm agindo através de diferentes estratégias de ação política, não apenas participando ativamente na denúncia do despojo territorial histórico e constante, como vem construindo laços comunitários e pensando outros caminhos em defesa dos territórios e dos bens comuns (BARBOSA, BUSTAMANTE, CISNEROS, 2020). Esse movimento integra outros na América Latina, voltados à luta anticapitalista, anticolonial, antipatriarcal e antirracista, os quais emergem de diferentes perspectivas de natureza propositiva, de cunho comunitário, com ênfase na agroecologia, no bem viver e na ética do cuidado.

A feminista comunitária Maya-Xinka, Lorena Cabnal, nascida na Guatemala, ressalta que a defesa do corpo-território se trata de uma proposta integradora, aliando a luta histórica e cotidiana dos povos para a recuperação e defesa do território-terra, como uma garantia do espaço concreto territorial, onde se manifesta a vida dos corpos (CABNAL, 2010). Além disso,

tendo em vista o processo colonial que passa pelo racismo estrutural - imposto ao país, às instituições, aos grupos etno-sociais, aos corpos e à biodiversidade -, os horizontes do feminismo comunitário lutam pelo fim das violências cometidas sobre os corpos interligando ao enfrentamento das violências cometidas contra a natureza.

Assim, tratar da defesa dos corpos-territórios na sua completude passa por compreender os corpos das mulheres em relação com seus territórios, ou seja, o corpo físico da mulher, seu corpo social, bem como o corpo físico do ambiente que os abriga, tramados na construção de seus territórios de vida individuais, coletivos e do espaço que habitam.

Para o fortalecimento dessa concepção, os trabalhos acadêmicos se desafiam a contribuir com a visibilização e análise desses contextos. Desse modo, destacam-se as reflexões sobre a relação entre corpo-terra-território tecidas pela pesquisadora Mariana Soares em interlocução com as mulheres pescadoras das lagoas do Sul do Brasil. Ao dialogar com a perspectiva de Cabnal (2010), a relação corpo-terra-território, nesse contexto de pesquisa, pode ser analisada a partir de três níveis:

a) corpo físico da mulher e do ambiente - onde suas práticas e de seus corpos, interagindo com as águas e com as territorialidades dos peixes, em íntima relação com os ciclos das espécies, manejam e preservam os corpos-território dos pescados a fim de garantir sua subsistência criando, então, um território que integra a terra e a lagoa, interligado pelas territorialidades dos pescados;

b) corpo social de produção - as pescadoras, ao produzirem comida de qualidade, nutritiva, fresca, leve e diversificada, de fácil acesso e baixo custo, muitas vezes sendo doada, tecem relações sociais que passam pelo mercado e pela noção de territórios alimentares saudáveis. Na construção

dessa noção de território, a territorialidade das pescadoras e “das consumidoras” interage, muitas vezes não havendo contato direto. Mas sendo tecida pela territorialidade do pescado, cujo corpo, sem vida e como mercadoria, passa a integrar territorialidades de grupos humanos entre terra e lagoa;

c) corpo social de reprodução - as pescadoras, a partir de suas relações com as demais pescadoras e com as associações, criam um corpo social que interage com o território terra - lagoa e com os territórios alimentares sustentáveis.

A interlocução da pesquisa com as mulheres pescadoras no sul do Brasil é uma dinâmica que está ocorrendo no território onde o Plano de Ação Nacional para Espécies Ameaçadas, o PAN Lagoas do Sul, está estabelecido (STEENBOCK, 2020). Este plano com enfoque territorial exercita uma governança que dialoga com concepções de território indígenas, acadêmicos e de gestão da conservação da biodiversidade. De acordo com Bizarro:

Território Kaingang é desde onde tem araucárias - Paraná até a região dos Campos de Cima da Serra (no Rio Grande do Sul, inserção nossa), no caso da etnia Kaingang, eles são fixados no seu território, onde eles nasceram, onde seus ancestrais nasceram, onde eles enterraram os umbigos dos seus bebês. (entrevistado A. Guariba, na pesquisa de mestrado de BIZARRO, 2023).

Nesta concepção aparece claramente a relação entre o corpo, terra e território, na medida em que parte dos corpos Kaingang, como os umbigos dos recém nascidos, e mesmo os corpos de seus mortos, passam a fazer parte dos elementos que compõem a terra que integra o seu território. Ao mesmo tempo em que o território Kaingang que contempla o seu espaço de vida, de interação social, de interação com a natureza e com os elementos presentes em sua cosmovisão; é o mesmo território das araucárias, onde a

territorialidade dessa planta coexiste com a territorialidade Kaingang. Entre os integrantes da governança do PAN, a representante quilombola afirma: “... A natureza é meu território, a terra é meu território, a terra é de todos” (L. Arambarensis).

Essas são noções de território, que consideram as relações ancestrais e culturais com os territórios. Constata-se que não há separação entre o corpo, a terra e o território, além disso, reforçam a compreensão de que eles podem ser considerados um corpo só, coadunando com as noções de Cabnal (2010) onde o corpo físico da mulher, integra o seu corpo social, bem como está tramado ao corpo físico do ambiente que os abriga.

O vínculo corpo-território, a considerar sobre as relações entre gênero e a questão alimentar, se evidencia no fato de que geralmente são as mulheres as responsáveis pela alimentação e cuidado da família. São parte de suas responsabilidades, a produção direta dos alimentos, por meio das hortas, criação e captura de animais, bem como a transformação de produtos como queijos, doces, pães e outros.

Assim, passa pelas mãos das mulheres pescadoras que capturam o pescado, limpam e filetam, descascam, embalam, vendem e cozinham não somente no contexto familiar como em empreendimentos gastronômicos, a segurança alimentar e saúde integral de seus territórios. Portanto, observando a qualidade dos alimentos, a possibilidade de contaminação, a diversidade da dieta, a regularidade de oferta e outros fatores que afetam a alimentação, as mulheres pescadoras podem ser consideradas sujeitos distintos para a promoção da segurança alimentar.

3. Mulheres, agroecologia e a sociobiodiversidade no território rural do Vale do Taquari/RS

As mulheres rurais compõem boa parte da força produtiva e organizativa da agricultura familiar no Rio Grande do Sul. Segundo Spanevello, Gourlart e Linke (2017) elas são responsáveis pela manutenção econômica familiar, mantendo as famílias no meio rural, no entanto ainda são necessários avanços para que sejam reconhecidas como tal. De acordo com Biondo *et al.* (2022) dar visibilidade ao trabalho destas mulheres é fundamental.

O trabalho feminino na agricultura familiar envolve diversas atividades diárias, que vão desde o cuidado essencial com a família, escolhendo e preparando as refeições, mantendo a higiene e o bem estar nas suas residências, passando pelas atividades nas propriedades rurais. Ademais, também possuem o conhecimento tradicional associado ao uso da sociobiodiversidade e agrobiodiversidade (POLESI *et al.*, 2017; MAIRESSE, BIONDO, 2022) no cotidiano das famílias no meio rural.

Este conhecimento associado ao uso de diferentes tipos de plantas está relacionado à sabedoria que vem das práticas ancestrais, atreladas ao conhecimento transmitido pelas mães, avós e bisavós o qual foi transmitido por gerações. O alimento para o autoconsumo é cultivado nas hortas e quintais produtivos, que envolvem a adoção de práticas de manejo, de modos de processamento e o reconhecimento de espécies consideradas alimentícias e medicinais. Além disso, a produção alimentar excedente é comercializada para garantir a reprodução socioeconômica das famílias (MAIRESSE, 2022).

As mulheres além de atuarem na produção direta de alimentos para o autoconsumo, também se envolvem em ações coletivas voltadas à organização e mobilização social. Mairesse e Biondo (2022) citam que as agricultoras familiares se envolvem em atividades externas à sua residência e propriedade rural. Elas atuam em diferentes organizações, como os clubes de

mães e as organizações sindicais, que acabam propiciando o acesso em outros espaços coletivos (ações e eventos), a exemplo dos encontros de sementes crioulas, gerando as sinergias necessárias para a consolidação da agroecologia no território.

Nesse sentido, o Vale do Taquari, situado na região central do estado do Rio Grande do Sul, através da articulação da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), órgãos de assistência técnica rural e social e agricultores familiares criaram a Articulação de Agroecologia do Vale do Taquari (AAVT). Esta associação, segundo Müller e Schäfer (2021), procura propiciar ações e incentivos de promoção à transição agroecológica junto aos agricultores familiares, além de propor novas tecnologias de base ecológica para ampliar a sustentabilidade dos sistemas produtivos. Além dessa associação, atua também no território o Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica do Território Rural Vale do Taquari (NEA VT). Essa organização é formada por agricultores agroecologistas, consumidores, técnicos, estudantes de escolas públicas e de universidades da região. Este grupo articula e congrega diversas ações realizadas em prol da Agroecologia no território (ZANETTI, BIONDO, 2021) além de fortalecer as redes de articulação agroecológicas já existentes.

A promoção da agroecologia neste território é fomentada por estas organizações da sociedade civil e públicas, que além de incentivar a produção de alimentos saudáveis também tem atuado na conservação e uso dos produtos da sociobiodiversidade para a segurança alimentar e nutricional.

A sociobiodiversidade de acordo com Bécker (2021) é o resultado de práticas muitas vezes seculares, desenvolvidas por comunidades tradicionais que domesticaram espécies de plantas, mantendo e, em alguns casos, ampliando a diversidade local, estando assim associada a riqueza

sociocultural e representando processos coevolutivos entre humanos e a natureza. Além disso, a sociobiodiversidade é elemento fundamental das ações em agroecologia para a produção sustentável de alimentos e como estratégia fundamental para a segurança alimentar (CHEROBINI, MARQUES, BIONDO, 2022).

E neste caso, especialmente no território do Vale do Taquari, diversas pesquisas e ações de extensão vêm sendo desenvolvidas com o uso de plantas alimentícias não convencionais (Pancs) (ZANETTI *et al.*, 2020; SANT'ANNA *et al.*, 2021; BIONDO *et al.*, 2021a; BIONDO *et al.*, 2021b; MAIRESSE, BIONDO, 2022). As atividades realizadas tem por objetivo incentivar o consumo e a conservação da diversidade alimentar através do seu uso sustentável.

As Pancs ou hortaliças não convencionais, são muitas vezes consideradas “inços ou matos”², e não são reconhecidas como alimentos. Estas espécies vegetais não possuem uma cadeia produtiva estruturada e, ainda não são encontradas para a aquisição comercial em supermercados. Entretanto, elas apresentam um alto valor nutricional, incluindo minerais, vitaminas e compostos bioativos, além de serem espécies consideradas chave na resiliência dos agroecossistemas.

No Vale do Taquari, as diversas atividades realizadas em torno da sociobiodiversidade foram promovidas com o propósito de propiciar às mulheres momentos de trocas de experiências e o reconhecimento do seu papel na conservação destas espécies e no seu uso cotidiano. Ademais, as

² Algumas espécies de plantas alimentícias não convencionais (PANC) são consideradas inços ou matos, pois competem com algumas culturas produzidas em maior escala (KINUPP; LORENZI, 2014) por serem espécies hábeis em ocupar diversos ambientes e rústicas, ou seja, muito bem adaptadas às condições ambientais no território. O conceito de PANC inclui muitas dimensões e, esta é uma delas, sendo fundamental que sejam reconhecidas como alimento pelos atores sociais nos territórios, especialmente as mulheres que as reconhecem e utilizam como alimento.

atividades realizadas propiciaram a identificação botânica correta das espécies, haja vista que as Pancs desenvolvem-se no entorno das residências, em terrenos baldios e nas áreas produtivas rurais.

As ações realizadas no âmbito do território permitiram que a população local se apropriasse dos benefícios e uso das Pancs, e por esse motivo, estas espécies passaram a ser comercializadas nas feiras agroecológicas da região, estando disponíveis aos consumidores.

A exposição desta experiência envolvendo mulheres, agroecologia e sociobiodiversidade no território rural do Vale do Taquari, revela a relação existente de práticas e saberes conectados ao território – tanto o corpo quanto a terra – e os faz coletivos e partilhados. Nesta relação, pode ser constatado, que a terra fornece o sustento, e constitui um elemento dos fluxos da natureza que interliga água e biodiversidade. Nesta conexão, a segurança alimentar é garantida através do cultivo e consumo de alimentos, que se expressam em saberes transmitidos e reafirmados coletivamente de geração em geração nos quais as mulheres assumem uma posição relevante de guardiãs. No território do Vale do Taquari constata-se a existência e a resistência das mulheres agricultoras familiares cujos corpos-territórios abrigam e sustentam a vida.

4. Considerações finais

As experiências aqui relatadas sobre as mulheres pescadoras no PAN Lagoas do Sul e as mulheres agricultoras familiares do Vale do Taquari/RS, revelam a relação com a terra-corpo e território para promover a valorização da sociobiodiversidade e segurança alimentar.

Nos contextos dos povos e comunidades tradicionais do território do PAN Lagoas do Sul, em especial das mulheres pescadoras, fica evidenciado

por meio de suas visões, o conceito de território como sinônimo de espaço de vida, alcançando, a partir da perspectiva feminista, a escala primordial do corpo (ALVES, 2021). Nesse momento, o território passa a se relacionar desde o íntimo, assim, o “corpo-terra-território” é ao mesmo tempo objeto de exercício do poder e sujeito (corporificado) de resistência. Os saberes e as práticas de pesca, a cosmovisão integrada de natureza e território das mulheres quilombolas e a territorialidade Kaingang e das araucárias ressignificam as relações sociobiodiversidade e segurança alimentar construindo territórios de resiliência e resistência.

Ao mesmo tempo, as mulheres agricultoras familiares, procuram valorizar o território por meio da promoção da agroecologia, da sociobiodiversidade além do engajamento social em prol da valorização e empoderamento feminino. Nesta experiência, fica clara a relação da terra enquanto meio produtivo, que oportuniza a produção de alimentos que garante a segurança alimentar familiar. A soberania produtiva é garantida através do cultivo e consumo de alimentos, que se expressam em saberes transmitidos e reafirmados coletivamente de geração em geração, e são aprimorados pelo trabalho coletivo desenvolvido por diversas organizações que atuam na promoção do corpo-terra-território.

Nos contextos analisados, é reforçada a visão de Cabnal (2010), quando a concepção de território está relacionada à defesa da existência, à defesa da própria vida. Essas experiências revelam que por meio de práticas de cuidado entre si e com a terra, as mulheres defendem sua liberação, produção e alimentação a partir de conhecimentos adquiridos na experimentação, conservando participativamente a biodiversidade e como guardiãs de saberes e práticas associadas. Por isso, as práticas e memórias

sobre alimentação são também referências que influenciam ações coletivas e fortalecem os corpos-terra e territórios.

Referências

ALVES, H. V. S. **Contribuições decoloniais e feministas ao debate geográfico sobre corpo e território: mulheres da Terra Indígena Kaxarari e Rio Guaporé e a defesa do corpo-território.** Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia, n. 53, 2021.

BARBOSA, L. P.; BUSTAMANTE, M.O.; CISNEROS, A.C. **O histórico caminhar das mulheres indígenas e camponesas na defesa dos territórios e dos bens comuns na América Latina.** O Público e o Privado, v. 18, n. 35, 2020. Disponível em: <<https://revistastestes.uece.br/-/index.php/opublicoeoprivado/issue/view/237>> Acesso em 10 out. 2020.

BÉCKER, C. **Sociobiodiversidade.** In.: HERNANDEZ, A. R. C.(orgs.). Glossário de verbetes em ambiente e sustentabilidade. São Francisco de Paula - RS: UERGS, 2021. p. 205-208.

BIONDO, E.; *et al.* **Plantas Alimentícias não Convencionais (PANC): Agrobiodiversidade alimentar para a segurança Alimentar e Nutricional no Vale do Taquari,** RS. In: BIONDO, E.; ZANETTI, C. Articulando a Agroecologia em Rede no Vale do Taquari, São Leopoldo: Oikos, 2021a,p. 177-196.

BIONDO, E.; *et al.* **Wild strawberries (*Rubus rosifolius* Sm.) from Southern Brazil: centesimal and mineral composition, total polyphenols, antioxidant, antibacterial and anti-hypertensive activities.** Ciência Agrícola, Rio Largo, v.19, n.1, p. 71-78, 2021b.

BIONDO, E. *et al.* **As Mulheres e o NEA VT: criando sinergias para uma agricultura sustentável.** In.: FEIL, A. A.; SINDELAR, F. C. W.; MACIEL, M. J.

(Org.) **Sistemas Ambientais Sustentáveis**, Lajeado: Editora da Univates, 2022. p. 134-144.

BIZARRO, L. **Políticas de conservação da biodiversidade no Brasil: uma análise da coexistência e territorialidades nos planos nacionais para espécies ameaçadas de extinção**. Dissertação (Desenvolvimento Rural), UFRGS: 138p. no prelo.

CHEROBINI, L.; MARQUES, F. L.; BIONDO, E. **Cultivo e consumo de plantas alimentícias não convencionais incentivam práticas de educação ambiental em escola de Igrejinha (RS)**. Revista Brasileira de Educação Ambiental, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 199-219, 2022.

CABNAL, L. **Feminismos diversos: el feminismo comunitario**. ACSUR-Las Segovias Catalunya, 2010.

KINUPP, V.F.; LORENZI, H. **Plantas alimentícias não convencionais (PANC) no Brasil**: guia de identificação, aspectos nutricionais e receitas ilustradas. Nova Odessa: Instituto Plantarum de estudos da flora Ltda., 2014.

MAIRESSE, L.; BIONDO, E. **Mulheres rurais e sua atuação nas organizações do Vale do Taquari, RS**. Estudos & Debates, v.29, n. 3, p. 163-185, 2022.

MULLER, A. M.; SCHAEFFER, M. **Trajetória histórica da Agroecologia no Vale do Taquari**. In.: BIONDO, E.; ZANETTI, C. (orgs.) Articulando a Agroecologia em rede no Vale do Taquari/RS, São Leopoldo: Oikos, 2021.

POLESI, R. G. *et al.* **Agrobiodiversidade e Segurança Alimentar no Vale do Taquari: plantas alimentícias não convencionais e frutas nativas**. Revista Científica Rural. v.19, n.2, p.118-135, 2017.

STEENBOCK, W. **Conservar espécies, ambientes e modos de vida tradicionais/sustentáveis na região das lagoas costeiras do sul do Brasil... esse é o Plano**. In: COELHO-DE-SOUZA, et al. (orgs). Conservação da biodiversidade e modos de vida sustentáveis nas lagoas do sul do Brasil: a experiência de um plano de ação com enfoque territorial. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2020. p. 23-32.

SANT'ANNA, V. *et al.* **Compostos bioativos em plantas alimentícias não convencionais do Vale do Taquari, RS.** In: BIONDO, E.; ZANETTI, C. *Articulando a Agroecologia em Rede*, São Leopoldo: Oikos, 2021, p. 197-21

SPANEVELLO, R. M.; GOULART, H. S.; LINK, P. M. **O trabalho feminino nas atividades agropecuárias no contexto do Rio Grande do Sul.** In: TERRITÓRIOS, REDES E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: PERSPECTIVAS E DESAFIOS, 2017, Santa Cruz do Sul, RS, Brasil. **Anais...**, Santa Cruz do Sul, 2017. Disponível em: <https://online.unisc.br/-acadnet/anais/index.php/sidr/article/view/16692/4216>. Acesso em: 16/08/2021.

ZANETTI, C. *et al.* **Mulheres e Panc's: resgatando hábitos e saberes alimentares no Vale do Taquari, RS.** *Revista Ciência em Extensão*, v. 16, p. 84-100, 2020.

ZANETTI, C.; BIONDO, E. **Introdução.** In: BIONDO, E.; ZANETTI, C. *Articulando a Agroecologia em Rede*, São Leopoldo: Oikos, 2021, p. 19-33.

ENTRE OS MARES E FLUXOS DAS ANDANÇAS: SABERES DA TERRA, VIDA COMUNITÁRIA E ACADÊMICA DE UMA MULHER AFRICANA

Lilian Mariacó Kumá Katchaki

Resumo: Artigo autoetnográfico que fala do caminhar de uma jovem africana desde o seu retorno físico à terra, narrando a força da espiritualidade africana, os ensinamentos da terra e a sua formação acadêmica na diáspora brasileira. O desabrochar da escrita situada que ela vai chamar de sintonia da mente e o coração com a obediência das mãos que teclam vai ser sua conquista no exercício da arte de escrever o que vai de contra a validação do conhecimento euronorte ou euroestadunidense. A gratidão pela materialização do oral na escrita com possibilidade de engrandecer a terra, a dimensão coletiva e os espíritos, a perspectiva generosa de cuidado com todos, tudo e todas. Entender, aceitar e se disponibilizar no processo de continuidade, da responsabilidade de dar seguimento na restauração e manutenção dos saberes dos nossos territórios-corpos.

Palavras-chave: Autoetnografia; Espiritualidade; Escrita Situada; Territórios-Corpos.

Abstract: Autoethnographic article that talks about the journey of a young African girl since her physical return to the land, narrating the strength of African spirituality, the teachings of the land and her academic training in the Brazilian diaspora. The blossoming of situated writing, which she will call the harmony of the mind and heart with the obedience of the hands that type, will be her achievement in the exercise of the art of writing, which goes against the validation of Euronorth or Euro-American knowledge. Gratitude for the materialization of the oral in writing with the possibility of enlarging the land, the collective dimension and the spirits, the generous perspective of caring for everything and everyone. Understand, accept and make yourself available in the continuity process, the responsibility to continue restoring and maintaining the knowledge of our territories-bodies.

Keywords: Autoethnography; Spirituality; Situated Writing; Territories-Bodies.

1. Meu retorno físico à terra

A Medicina convencional diagnosticou minha mãe como uma mulher que não poderia conceber uma criança no seu ventre, ela, não satisfeita, recorreu à cura tradicional por via das *balobas*, *Irãs* e todas as forças e entidades que poderiam abençoá-la com uma criança. No momento em que quase ia desistir da jornada de me ter, sua amiga (tia Helena) de etnia *Pepel* a aconselhou que tentasse na *tabanka* de Blom como última chance. Minha mãe, já cansada, disse-lhe que já não aguentava mais a busca, que também já havia feito de tudo e nada havia conseguido e que talvez devesse aceitar o ocorrido como seu destino. Naquela noite, como minha mãe me contou, durante seu sono, o Irã de tio Zé Có (balobeiro) a procurou e puxou-lhe a orelha, falando: “não duvides de mim, vais amanhecer com essa orelha que estou puxando inchada e se quiser que ela desincha, venha até a mim e depois vamos ver se não vais gerar uma vida”. Minha mãe contou que amanheceu com a orelha inchada e o relatou para meu pai e sua amiga. Assim foram para Blom e quando lá chegaram, Zé Có as recebeu em sua *baloba* rindo e lhe disse “ah você veio?”, minha mãe explicou-lhe as andanças que vinha fazendo em busca da gravidez, e assim ele a acolheu, lhe tranquilizou e fez as preces ao Irã e lhe deu orientação com ervas, que ela ia tomando, e garantiu que minha mãe iria ter uma criança.

Assim aconteceu. Semanas depois, minha mãe constatou que estava grávida. Apesar de toda minha família, tanto lado de mãe quanto de pai ser do povo *Mankanha*, fui *malgosadu* e trazida de volta pelo povo *Pepel*. Tio Zé Có escolheu dois nomes, para caso eu fosse menino ou menina. Caso eu viesse menino, repetiria o nome dele, e como vim menina, me deu o nome de Mariacó (Có di Bandé - da terra sagrada) que é como todos e todas que não me conheceram na escola me chamam.

Na atual Guiné-Bissau temos um nome de casa (comunidade). Este nome, na maioria das vezes, é nome dado na língua étnica que a colonização portuguesa tentou banir dos documentos e não conseguiu com todos os povos que habitam esse atual país, esses nomes ainda se dão e estão na comunidade ou então é o nome carinhoso. Lembro dos meus colegas de turma não me encontrarem no meu bairro com o nome Lilian, antes de saberem que lá me chamam de Mariacó ou Có di Bandé. Outro nome é de escola (nome de documento), este é o nome que colonizadores portugueses impuseram nas suas ditas colônias. Na minha família tanto materna, quanto paterna foram nomeadas por Mendonça. Há três anos venho me apresentando com o sobrenome original da minha família paterna (Katchaki), esperando conseguir alterar isso no documento, um dia. Lilian não tirei porque tem significado na minha etnia, significa “vos satisfaz” ou então “a vós é agradável”. O sobrenome da minha família materna, descobri recentemente, no ano de 2022, Kumá, então por isso inclusive já na minha tese e neste artigo me apresento por Lilian Mariacó Kumá Katchaki.

Sou quarta filha do meu pai e primeira e única da minha mãe, hoje tenho um irmãozinho que divide o lugar de *kode* (casulo) comigo, segundo meu pai e nossos irmãos mais velhos, eu, *kode* menina e ele, *kode* menino. Quando nasci, ainda morávamos na casa dos meus avós paternos, onde vivemos até os meus nove anos, depois só íamos de visita ou realizar ritos. Fomos para a casa que meus pais construíram, então minha infância foi na casa dos meus avós, juntinho de tias, tios, primos, primas e da vizinhança, lembro com muito carinho. Com os meus dois anos de idade já seguia meus irmãos para suas salas de aula com minha tigela de comida no braço, a escola deles ficava a apenas duas casas da gente. Esta história minha irmã mais velha chamada Nhatch, sempre me contou: não frequentei jardim (creche).

Quando assunto é escola é comigo mesma: até terminar o liceu (conhecido no Brasil por ensino médio) onde fui muito feliz com o meu jeito calmo de ser, colegas que se destacavam, a maioria não deve lembrar de mim, ou me lembram como "*nerd*", emprestando a classificação ou termo que conheci na diáspora para pessoas como eu no liceu. Me lembro sempre de falar para os meus pais minhas notas finais e já dizia que "passei de classe", mas me diziam "acreditamos em você, mas vamos aguardar a saída das notas". Por começar alfabetização com cinco anos de idade (tempo social), já fazia cálculo e dizia para meus pais que iria terminar liceu com 17 anos, são 12 anos na escola antes de entrar na universidade. E assim aconteceu. Minha mãe fez a passagem quando eu estava no décimo segundo e último ano do liceu, no dia seis de maio de 2011. Iniciei a Universidade em Bissau, onde comecei a cursar Gestão Empresarial.

O sistema de ensino da atual Guiné-Bissau é colonial. Após a expulsão dos portugueses (1973 - autoproclamação da independência) não houve reforma de ensino, as pessoas preparadas pelo sistema colonial (assimilados) passaram a lecionar nas escolas. Assim, as escolas passam a ser armas coloniais dentro de um solo que fez uma luta anticolonial. As escolas, junto das igrejas e mesquitas, vão contribuir para o distanciamento de si de uma pessoa africana - que, nesse caso, vai ser chamado de guineense por pertencer a uma nação forjada pelo colonialismo. Esse distanciamento das suas práticas e costumes étnicos pode ser parcial ou pode ser mais grosseiro, como se vê na capital do então país (palanque da colonização).

Mesmo com todas as bombas de minas coloniais soterradas neste território, povos que habitam esse lugar chamado hoje Guiné-Bissau, principalmente nas suas *tabankas*, seguem incansavelmente trabalhando na manutenção dos saberes espirituais, ancestrais, valores culturais e zelo do

equilíbrio com as águas, animais e florestas. O preparo desse corpo africano deste território é dado dentro de casa, de acordo com o grupo étnico da pessoa e na vizinhança, que pode ser da mesma etnia ou não, se juntam na experiência coletiva da formação dele, enraizando a essência nele desde pequeno.

Retomando a Blom, eis o motivo forte que me leva a retornar a essa *tabanka* que depois de muito caminho me puxou para digitar em sintonia do coração, a mente e os meus dedos, aceitar ser fruto dela e engrandecê-la perante o mundo a integrando ao campo para minha tese e esse artigo. A escolha dos interlocutores e interlocutoras não foi feita, simplesmente aconteceu de forma natural, num *djumbai*, elas e eles foram chegando por uma simples conversa que estava acontecendo na casa do tio Zé Có, inicialmente. Os laços foram se trançando no que se tornou um círculo para mim, que escrevo, e elas e eles, que falavam comigo. Em Blom reconheço o lugar de quem saiu para o ocidente, a flexibilidade de papéis presente entre contrapartes nas *moransas*, a relação de cuidado entre as plantações e os animais. Dos desafios encarados traziam a necessidade do viver da natureza como antigamente como solução.

Neste artigo não vou ter a oportunidade de detalhar minha escolha de me formar no Brasil, essa viagem que após 10 anos me trouxe até essa escrita, onde me empenho em fazer diálogo entre vivências ancestrais na *tabanka* Blom na atual Guiné-Bissau e o aprendizado adquirido na academia, na diáspora. Ressalto que falo da *tabanka* Blom sem querer promover a homogeneização das *tabankas* deste então país, reconhecendo que cada *tabanka* é única e muito menos meu caminhar pela terra é igual para toda mulher mankanha ou mulher africana.

2. Colocar no *djumbai* a dança da escrita

Aqui compartilho a minha caminhada até essa escrita. Porque hoje estou conseguindo fazer uma escrita situada? Ainda me custa acreditar que estou escrevendo minha tese de doutorado a partir da minha experiência, a partir do meu lugar e dialogando com o povo que compartilha este mesmo solo comigo, nunca pensei que isso fosse possível. Depois da passagem da minha mãe, em 2012 embarco para o Brasil para cursar Economia na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) através do intercâmbio do Programa Estudante Convênio - Graduação (PEC-G). Mas, antes, quando saiu o resultado, desisti de sair de casa, também para não deixar o meu pai - na época estávamos nós três em casa: eu, meu pai e minha outra irmã, Mira. Minha irmã mais velha estava fazendo sua formação em Fortaleza (Brasil) e meu irmão Quadi, segundo filho do meu pai, estava em Fez (Marrocos) também estudando. De nós quatro, eu sou a mais grudenta no nosso pai, um dos motivos de não o querer deixar, outro motivo também é o fato de ainda estar acompanhando minha mãe na sua passagem, por ser filha única, *n'malgosadu*. Meu pai me encorajou a sair de casa, ainda faltava dois meses para encerrar a caminhada de passagem da minha mãe - isso dura um ano - então, assim, em março de 2012, desembarquei em Recife para cursar Economia no Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA), da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Essa é a história do porquê o Brasil, o lugar onde vou trilhar a vida adulta, navegando separadamente dentro da academia, comunidades quilombolas e nas ditas favelas.

Onde vou deixar de ser uma menina *mankanha* para tornar-me uma negra, ser vestida de pobreza, miséria e entendida como desprovida de conhecimentos, alguém que, com sua passagem pela academia poderia, finalmente, contribuir com seu lugar de origem.

No segundo semestre de 2012, na graduação, participei como co-fundadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Autobiografias, Racismos e Antirracismos na Educação (GEPAR) vinculado ao Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco. Durante o período da graduação, aprovamos três projetos de extensão: primeiro (2012 – 2013) “Babalorixá Ivo de Xambá e seu terreiro - Memória e História do Portão do Gelo - 1º Quilombo Urbano do Brasil”, que visava contribuir na construção e na socialização, junto aos sistemas de ensino, de referenciais de implementação da Lei 10.639/03. Em 2014 – também bolsista no projeto de extensão “10 anos da Lei Federal 10.639/03, Políticas e Práticas Curriculares das Escolas Pernambucanas para sua implementação” e em 2015 – 2016, “Estudantes Cotistas, Suas Famílias e a Luta Contra a Pobreza no Século XXI”, onde a permanência desses estudantes na universidade, a interação das suas comunidades com a universidade era o objetivo do projeto. Por conta do GEPAR, passava mais tempo no Centro de Educação (CE) do que no Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) onde fazia graduação. Lembro-me da sensação do não lugar no meu centro, não só por ser uma menina africana, mas por ver que naquele lugar não tinha pessoas parecidas comigo, como no Centro de Educação, também por ser tratada de forma diferente no CE.

Desde criança, a minha relação com a cajucultura é íntima, como muitas pessoas que partilham esse território comigo, por ser o produto principal da base exportadora deste então país e também por seu valor no mercado. A planta *Anacardium occidentale* hoje decora cada canto do país. Sou de uma etnia de agricultores e agricultoras, minha família tem uma plantação de caju. Toda a família se reunia no processo da colheita, da separação do pseudo fruto da castanha, do preparo do vinho e do suco/cajuína. Conseguia ver de perto o não aproveitamento do fruto no seu

todo, o mesmo com as plantações vizinhas, o desperdício do fruto é notável e se sente prejuízo pela não agregação de valor da castanha e do pseudofruto, ou melhor, de seus beneficiamentos. Os próprios produtores são os menos beneficiados com as suas plantações, os intermediários e as poucas fábricas de beneficiamento são os que têm o bolso cheio do lucro da produção anual.

Apesar de muito satisfeita com o que vinha fazendo em paralelo à minha formação na academia, sentia que ainda precisava continuar na academia pesquisando o setor de caju, pois sentia que ainda faltava algo aí, e, assim, segui até terminar o mestrado, quando decidi, desta vez, estudar países da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) que também são produtores de castanha de caju e descobri que o cenário da atual Guiné-Bissau não se diferencia do restante dos nove países da CEDEAO (MENDONÇA, 2019). Me propus a pesquisar no projeto para ingressar no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR), estratégias a seguir na produção e comercialização da castanha de caju e pseudofruto enquanto uma comunidade de integração regional para assim competir no mercado internacional no sentido de desenvolvimento rural com a Ásia e América Latina.

Depois de aprovada no doutorado, só no primeiro ano pude me sintonizar com as minhas colegas e os meus colegas de uma maneira que não tinha acontecido antes, nem na graduação e nem no mestrado. As disciplinas cursadas criaram um ambiente fértil para as trocas ricas e partilhas, docentes motivadores e motivadoras, isso tudo me trouxe um certo sossego e tranquilidade em compartilhar a caminhada que vinha fazendo fora da academia, meu caminho como ativista, uma mulher africana engajada na restauração dos saberes e valores das comunidades africanas, e da espiritualidade africana e a força da mãe terra, localizar o meu e nosso corpo

como um território habitado pelo espírito que transita entre várias dimensões que nos formam enquanto uma pessoa africana. Um ano e meio de doutorado já tinha certeza que não daria continuidade à proposta inicial, apareceram muitos temas, mas ainda carregava aquela obrigação de fazer pesquisa apenas quantitativa, usando índices, modelos econômicos para calcular e recalcular, pois este seria o perfil prestigiado de uma economista, memórias carregadas da graduação e mestrado. Depois de cursar a disciplina DER 401 – Seminário de Pesquisa Multidisciplinar em Desenvolvimento Rural, de carácter obrigatório, que se propõe a criar um espaço de mediação entre orientador, orientando, colegas e conteúdos, com o objetivo de elaborar e discutir o projeto de pesquisa, lembro-me de ouvir muito “Lilian não te sentimos nesse trabalho” e inclusive nem eu me sentia também, e isso foi me consumindo.

Faltando menos de um mês para a arguição do projeto, meus dedos decidiram ouvir o meu coração e foi assim que surgiu o tema final da minha tese. Uma escrita que, posso dizer, é de retorno para casa. Uma escrita contracolonial num lugar feito para colonizar e validando o conhecimento produzido pelos corpos vindos das *tabankas*. Sepultamento do colonizador que perturba minha essência, sepultá-lo pelo fato de que o colonizador quer matar essa mulher *mankanha*, não dá para conciliar essa presença na subjetividade sem ser aniquilada para assim poder restaurar os domínios *mankanha* sobre esse território-corpo. Sem esquecer da tranquilidade em não ter de traduzir tudo para português, uma vez que nem tudo se consegue traduzir. Eu penso em crioulo, para escrever, tenho que traduzir para o português, muitas vezes me faltam palavras para teclar, além de tirar a potência do sentido na tradução. Escrever em um idioma não dominado, ou melhor, num idioma do ocidente é mutilar-se. A língua carrega a força do seu

povo e sua relação com o mundo, carrega e representa a potência, uma língua conta a história do seu povo. Pode surgir a pergunta, mas a atual Guiné-Bissau não tem como língua dita oficial o português? A resposta é sim, no papel consta como oficial e de forma forçosa é exigido seu uso em lugares tidos como “formais”. Ainda nos dias atuais é obrigatório falar português nas escolas. Por conta da força do *Kriol*, a língua portuguesa é um monstro para muitos. Nas escolas, as pessoas preferem se calar a falar o português, isso por medo de falar errado, já que pouquíssimas são fluentes, eu mesma vim a me aprofundar mais nessa língua após chegar à diáspora, e ainda me atropelo. Chancellor Williams foi um sociólogo, historiador e escritor afro-americano, autor da obra intitulada “The rebirth of African civilization” (1961), traduzido depois por Carlos R. Rocha (Fuca), da Insurreição CGPP, (2020) do Rap, Ativismo e Educação. No capítulo seis, (A Base Cultural Africana para a Civilização) o autor faz uma associação do idioma à cultura, que a cultura reflete no idioma, e salienta que cada idioma, por menor que seja o grupo, é querido por esse grupo. Pedir aos membros de qualquer grupo étnico que substituam sua própria língua por uma língua estrangeira é o mesmo que pedir que eles se substituam, e substituam partes de sua subjetividade, eliminem algo. Pois sua língua nativa é uma parte inseparável de si e de suas personalidades.

Quando fui fazer meu campo, muitos colegas que estudaram também no Brasil, já docentes nas universidades em Bissau, me convidaram para conversar com a turma deles e sempre que chegava nas salas de aula falava para a turma que a troca seria em *Kriol*, apesar das paredes das universidades estarem decoradas com papéis que obrigavam o uso da língua portuguesa ainda que discentes e inclusive os docentes só falassem *kriol*. Docentes falam português só dentro da sala de aula, podendo usar *kriol* para

auxiliar na explicação. Vinha sempre um “ufa! que bom!” e “ainda bem”, quando dizia que a conversa que teria com elas, e eles, seria em Kriol. No final da troca e da turma toda falar, sempre aparecia um “eu só falei, ou melhor, só participei, porque foi em Kriol, expressar o que sinto em português é muito difícil”. Esses desabafos e outros, são pistas que a juventude guineense vem dando há muito tempo sobre o sistema de ensino colonial, e o quanto esse mutila o produzir de conhecimento. Deixar de pensar com a sua própria cabeça, de expressar à sua maneira de compreender o mundo, deixar de falar sua língua, aprender uma língua estranha que violenta o seu ser é a condição de um colonizado. Quando o expressar em língua estrangeira é difícil, imagina escrevê-la! Então, a escrita para muitos e muitas vai se tornando algo distante, principalmente quando é voltada ao enaltecer da sua realidade, algo que é subalternizado pelo ocidente, fica mais difícil ainda de escrever.

Tomando emprestada a fala do mais velho, escritor e político beninense, Albert Tévoédjrè (1981), a língua é como instrumento e meio de dominação, sendo melhor representante comercial, transformando-nos em clientes dos produtos de todo tipo, que o exterior nos envia construções para o uso, que já sabemos ler. Reforçando com a expressão do estudioso e sociólogo islâmico francês, J. Berque, especializado na descolonização da Argélia e Marrocos, "morada do ser", a língua é um dado fundamental, base vital para toda a política de construção nacional. Se é verdade que as línguas estrangeiras nos dão acesso a grandes tesouros culturais, do momento em que não são mais "estrangeiras" e se transformam em línguas nacionais, elas entregam aos outros, como observa Joseph Ki-Zerbo, "a chave dos tesouros de nosso espírito"(apud Tévoédjrè, 1981).

Escrever em português para mim é um exercício muito profundo, poder me expressar pela escrita e senti-la igualmente enquanto falo é o meu

desafio, quero que me leiam na minha versão total, que eu possa transmitir a sintonia do meu coração e da minha mente na escrita e fazer minhas mãos me obedecerem, pois é fácil reproduzir o aceitável na perspectiva euroestadunidense ou euronorte, reproduzir aquilo com que a instituição feita para colonizar se contenta, mas o meu lugar epistêmico é outro, vou contrapor essa escrita que para mim é uma lâmina, uma corda de enforcar e escrever um projeto contracolonial, agora que compreendo melhor esse sistema, tendo acesso à lógica, seus modos operandis, seus mecanismos e sutilezas e entendendo como funcionam contra meu continente.

Essa minha experiência me lembrou Gloria Anzaldúa (1980), que associa a escrita a um monstro na sua carta intitulada “Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo”. Trecho que me fez refletir bastante meu caminho antes dessa minha fusão da vida vivida e a academia é onde a autora se questiona:

Quem nos deu permissão para praticar o ato de escrever? Por que escrever parece tão artificial para mim? Eu faço qualquer coisa para adiar este ato — esvaziar o lixo, atendo o telefone. Uma voz é recorrente em mim: Quem sou eu, uma pobre chicanita do fim do mundo, para pensar que poderia escrever? Como foi que me atrevi a tornar-me escritora enquanto me agachava nas plantações de tomate, curvando-me sob o sol escaldante, entorpecida numa letargia animal pelo calor, mãos inchadas e calejadas, inadequadas para segurar a pena? Como é difícil para nós pensar que podemos escolher tornar-nos escritoras, muito mais sentir e acreditar que podemos! O que temos para contribuir, para dar? Nossas próprias expectativas nos condicionam. Não nos dizem a nossa classe, a nossa cultura e também o homem branco, que escrever não é para mulheres como nós? O homem branco diz: Talvez se raspem o moreno de suas faces. Talvez se branquearem seus ossos. Parem de falar em línguas, parem de escrever com a mão esquerda. Não cultivem

suas peles coloridas, nem suas línguas de fogo se quiserem prosperar em um mundo destro. “O homem, como os outros animais, tem medo e é repelido pelo que ele não entende, e uma simples diferença é capaz de conotar algo maligno.

Racialização de conhecimento nos “imbecilizou”, a corrida do ocidente em patentear tudo por um tempo nos fez acreditar que toda a ciência, a escrita, a tecnologia são invenções da Europa. Um africano se limitar à transmissão de conhecimento pela oralidade, vendo-a como única forma plausível, sermos convencidos de que a escrita não começou no Continente Africano, torna fácil de derrubar essa tradição tão ancestral quanto a escrita que é a transmissão de conhecimento pela oralidade e colocá-la no lugar inferior de produção de conhecimento, ou melhor rejeitá-la, levando à subalternização do conhecimento africano dentro das academias eurocêntricas. Foram caminhos longos percorridos, com suporte e muitas mãos e abraços até chegar nessa tese e para mim a escrita começou a fluir quando me transitei a um *bantaba*. Posso associar o trecho da música “Bissau kila muda” com essa minha história, até esse instante em que escrevo. Música da orquestra que me ensinou muito sobre luta de libertação de atual Guiné-Bissau, “Super Mama Djombo”: *Hora ku odja kon, riba di montanha ina malkria, ina gasali tchon, ina kebra ramu, ina fertcha pedra. Ka bu pukenta, kon ku na bim lanta i bai, montanha nunka, nunka ika na muda.*

Em tradução para português, significa “quando encontrares um macaco insolente sobre a montanha, a ciscar o chão, a quebrar o ramo e a atirar as pedras, não se esgote, o próprio macaco é que vai se cansar e ir embora, pois a montanha jamais vai se movimentar”. Aqui vou associar o “macaco” a todas as tentativas de desequilíbrio, de distrações, globalização, ocidentalização que se deu no processo da escolarização colonial e de cristianização que tive e a “montanha” à minha vinda ao mundo, à formação

que tive dentro de casa, nas vizinhanças e na família em geral. Cada vez que tirava um pedaço da colônia que havia em mim, recuperava memória e ensinamento ou da minha mãe, ou das minhas tias, minhas avós, meus tios e o meu pai, que ainda participam na minha formação enquanto uma mulher *mankanha*. Vim de uma família muito grande: lado materno, meu avô casou com 16 mulheres e teve mais de 40 filhos; lado paterno, meu avô casou com seis mulheres e teve 19 filhos. Com todos e todas, eles e elas, eu escrevo. Dito isto, agora posso afirmar que estou ousando escrever aqui com o meu coração, meu espírito, junto das árvores, dos rios, dos mares e do vento, me transportando para a memória compartilhada com colaboradores e colaboradoras dessa escrita. E dizer que estou escrevendo e produzindo conhecimento com suas próprias contradições internas, de modo a validar mesmo essa ambivalência, quebrando a postura unilinear, dita coerente, de fazer ciência e produzir conhecimento válido.

Referências

ANZALDÚA, G. **Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo**. 21 de maio de 1980

FOX-KELLER, E. **Reflexiones sobre género y violencia**. Valencia: Alfons el Magnánim. 1991.

HARAWAY, Donna. **“Conocimientos situados” en Donna, Haraway Ciencia, cybogs y mujeres** (Madrid: Cátedra). 1995.

HARDING, Sandra. **“Existe un método feminista”**. 1987. Disponível em: <http://www.cholonautas.edu.pe/modulo/upload/existe_un_metodo_feminista.pdf> acesso 2 de dezembro de 2022.

TRUJILLO, Carmela Cariño. **Epistemologías otras en la investigación social, subjetividades en cuestión.** - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2013.

TÉVOÉDJRÈ, Albert. **A pobreza, riqueza dos povos.** São Paulo: Editora Cidade Nova. Co-edición Petropolis: Editora Vozes, 1981.

Williams, Chancellor. **The rebirth of African civilization.** Public Affairs Press. Rights Public Domain. 1961. Trad. de Carlos R. Rocha. Insurreição CGPP, 2020. Rap\Ativismo\Educação.

MULHERES ASSENTADAS, TEMPORALIDADES, CUIDADO E LUTA: DIÁLOGOS SOBRE A FABULAÇÃO DE MUNDOS

Dayana Cristina Mezzonato Machado

Resumo: Este texto foi produzido a partir do encontro organizado pela 4ª Mostra ObservaCampos cuja roda de conversa buscou refletir Fluxos, Existências e Cuidado da Vida nos Territórios. Na ocasião compartilhei parte da pesquisa-vivência de doutorado realizada junto às mulheres do Assentamento Filhos de Sepé, localizado em Viamão, no sul do Brasil. Esses corpos-territórios, geralmente lidos como pobres pelo imaginário colonizado moderno, vão tramando modos de estar no mundo que na relação com a pesquisa eclodiram enquanto texturas de existências desejantes por viverem ao seu modo. Numa temporalidade abraçada ao cuidado da vida e da morte, do belo e do sagrado, ancoradas nas batalhas cotidianas em um país marcado pelas continuidades coloniais de violência de classe, raça e gênero, o cuidado com a luta se apresenta como modo de produzir existências, anúncios de esperança e confiança pelo gosto do bem viver.

Palavras chave: Pobreza, modos de existência, mulheres assentadas, bem viver.

Abstract: This text was produced from the meeting organized by the 4ª Mostra ObservaCampos whose conversation wheel sought to reflect Flows, Existences and Care of Life in the Territories. On the occasion, I shared part of the doctoral research-experience carried out with the women of the Filhos de Sepé Settlement, located in Viamão, in the south of Brazil. These body-territories, generally seen as poor by the modern colonized imaginary, weave ways of being in the world that, in relation to the research, emerged as textures of existences desiring to live in their own way. In a temporality embraced by the care of life and death, of the beautiful and the sacred, anchored in everyday battles in a country marked by colonial continuities of class, race and gender violence, care for the struggle presents itself as a way of producing existences, announcements of hope and confidence for the taste of good living.

Keywords: Poverty, modes of existence, settled women, good living

1. Introdução

Gostaria de iniciar essa fala agradecendo às organizadoras do evento pelo convite e localizar de onde eu falo, de onde vem as pequenas contribuições que eu vou compartilhar com vocês no dia de hoje. Eu sou neta e bisneta de mulheres sem-terra. Descobri e me reconheci nesse lugar depois de muitas conversas com a minha avó. Ela conta que quando era bem pequena, sua mãe, minha bisavó Laura, ficou viúva. Minhas ancestrais viviam no interior de Minas Gerais, num pequeno pedaço de terra e tinham um armazém. Após a morte de seu marido, em pouco tempo, Laura ficou sem nada. Viu-se obrigada a viver e trabalhar como agregada nas terras de um homem que minha avó sempre fala com muita raiva, Oscar Maurício. São estórias de um período de muita dificuldade, de diversos tipos de violências, mas ao mesmo tempo são estórias de resistência, de produção de re-existência dessas duas mulheres. São tempos dos quais minha avó gosta de falar, da alegria que tinha em plantar, colher e comer do próprio alimento, destacando sempre a admiração pela mulher lutadora que foi sua mãe, Laura.

Em 2012, reencontro-me, de certo modo, com a estória das minhas ancestrais quando venho viver junto a outras mulheres no Assentamento Filhos de Sepé, em Viamão, que é também o território onde atualmente estou fazendo a pesquisa do doutorado, por isso trata-se de uma pesquisa-vivência. Pesquisa-vivência estou denominando como a pesquisa qualitativa em que iniciei com entrevistas em profundidade com mulheres que se expandiram para participação em reuniões, festas e dinâmicas específicas da vida cotidiana de quem vive no local onde se faz a pesquisa. Assim, as pequenas reflexões que gostaria de compartilhar e conversar com vocês nessa noite é parte dessa pesquisa que está em andamento, é feita junto com mulheres e que está interessada na igualdade dos conhecimentos produzidos desde

esses corpos-territórios. Na primeira parte apresento brevemente o assentamento Filhos de Sepé e uma cena que eclode no campo, possibilitando reflexões do cuidado com o belo e seus emaranhamentos. Na segunda seção trago breves elementos que se fabulam nas temporalidades e em corpos-territórios em luta. Por fim, apresento algumas considerações que podem, quem sabe, render a continuidade dessa prosa.

2. Cuidando do belo, produzindo emaranhamentos

O assentamento Filhos de Sepé está situado no município de Viamão, na região metropolitana de Porto Alegre. Em dezembro de 2022 completará 24 anos e foi formado por famílias que vieram de dois grandes acampamentos, organizados pelo MST, Santo Antônio e Palmeirão, aos quais se uniram pessoas dos acampamentos Camaquã e Viamão.

O acampamento se forma quando famílias sem-terra se unem para denunciar a inconstitucionalidade do latifúndio, reivindicando a reforma agrária, prevista na constituição. O Assentamento Filhos de Sepé deu lugar à antiga Fazenda Santa Fé, a qual já não cumpria sua função social. É formado por 376 famílias que vieram de diferentes regiões do Rio Grande do Sul, sendo a maioria da região noroeste do estado.

À esquerda, mapa com a localização do município de Viamão, em vermelho. À direita, mapa do Assentamento Filhos de Sepé, em marrom.



No dia 26 de julho de 2022, quando estava indo para casa, vi Joseane pintando a fachada de sua casa. A imagem paralisou-me: o belíssimo dia de sol, como uma ilha em meio ao nosso chuvoso e prolongado inverno, ancorava a beleza da tinta azul usada por Joseane. Era aproximadamente uma hora da tarde e eu aguardava ansiosa pelo almoço. A bela imagem que seguia reverberando parecia pedir-me para ser registrada, uma espécie de pressentimento para compor potentes reflexões junto às outras narrativas da tese. Tal sensação se contrastava com minhas dúvidas éticas sobre a legitimidade de solicitar imagens a alguém que até então não conhecia a pesquisa, como era o caso de Joseane. A questão que eu me colocava era da possibilidade de estar me aproximando de certo extrativismo acadêmico, em que a imagem serviria aos exclusivos interesses do argumento explicativo do autor. Entre dúvidas, privilegiei o desejo pelo registro do belo, confiando mais nos desdobramentos do encontro que na dúvida. Voltei até a casa de Joseane. Chegando a sua casa cumprimentamo-nos e diretamente apresentei o motivo pelo qual estava ali. Disse que estava fazendo pesquisa com as mulheres do assentamento e que achei bonita a imagem dela pintando a casa. Perguntei se poderia fazer algumas fotos.

Apesar de não termos contatos frequentes, a gente já se conhecia – Joseane é filha de dona Eva – isso pode ter facilitado sua aceitação. Ao final das imagens, que fiz com o celular, mostrei para ela e perguntei o que achava. Ela me disse que estavam boas e que depois que terminasse me enviaria a pintura final da casa. Anotei o número do seu celular e nos despedimos. À noite, enviei para ela as fotos que havia feito. Reproduzo aqui como foi nosso diálogo pelo *WhatsApp*.

Dayana: [Envio das sete fotos que registrei]

Dayana: Olá! Boa noite!

Joseane: Ficou assim [Foto com a fachada da casa toda pintada e seu marido na frente roçando (imagem 4)].

Dayana: [Emoji de palmas]. Ficou linda. Pintou rápido hein?! [Emoji de Coração]

Joseane: Sim cansei.

Dayana: Usou que tinta?

Joseane: Cal colorante azul.

Joseane: Era assim. [Foto da casa antes da pintura com seu sobrinho Murilo dentro de uma bacia (imagem 5)].

Dayana: Ficou lindíssima, já quero fazer aqui.

Joseane: Que bom! [emoji de coração e mãos unidas]. Gastei 15 reais pra pintar a frente.

Dayana: Bem econômico né?

Joseane: Super.

Joseane: Eu adoro azul, olha meu fogão que eu fiz. [Foto do fogão aceso (imagem 6)].

Dayana: Bah! Que lindo que ficou!

Imagem 1: Joseane e a pintura de sua casa, Assentamento Filhos de Sepé



Fonte: Dayana Machado, 2022.

Imagens 2 e 3: Joseane pintando sua casa, Assentamento Filhos de Sepé



Fonte: Dayana Machado, 2022.

Imagem 4: Foto ao final da pintura da casa de Joseane, seu companheiro Maia roçando o pátio



Fonte: Joseane Silveira, 2022.

Imagem 5: A casa de Joseane antes da pintura e seu sobrinho Murilo na bacia



Fonte Joseane Silveira, 2022.

Imagem 6: O fogão azul feito por Joseane: “Eu adoro azul”



Fonte: Joseane Silveira, 2022.

Quando pedi para fazer as fotos, não tinha muita coisa para apresentar a Joseane. Não fazia sentido tentar explicar toda minha pesquisa buscando racionalmente argumentos para convencê-la da importância de tais fotos para a pesquisa. Até porque os argumentos racionais simplesmente não existiam. O que existia era a minha vontade de registrar aqueles momentos, impulsionados por uma espécie de pressentimento da possível manifestação daquelas cenas – imagens do cotidiano de pessoas comuns – como modos potentes de estar no mundo. A maneira de ser a mais ética possível foi dizer o pouco que eu tinha e seguir os desdobramentos a partir de nossa interação. Era uma aposta, como toda abordagem, na qual poderia haver, ou não, desdobramentos. No dia 06 de setembro comuniquei-me com Joseane informando que havia escrito sobre a nossa conversa. Disse que gostaria de mostrar a ela como estava o texto e explicar um pouco mais sobre a pesquisa. Perguntei se ela teria interesse em conversar e se estaria em casa no dia seguinte, quarta-feira, 07 de setembro de 2022. Respondeu-me que sim, e então acertamos o horário. Voltar com o rascunho do texto para dialogar com Joseane era uma tentativa de experimentar a coprodução em nossas pesquisas. No dia agendado fui a sua casa com o texto impresso. Ela estava junto com o companheiro, na parte dos fundos do quintal, lidando em uma

atividade que não pude identificar. Convidou-me para sentar na varanda onde lemos o texto em voz alta. Terminada a leitura ela disse que estava bom, disse-me para corrigir a informação sobre a criança que estava na bacia. Eu havia entendido que era seu filho, mas me informou que era Murilo, seu sobrinho. Em seguida, iniciamos uma conversa sobre a motivação para fazer os registros e a pintura. Eu comentei sobre a foto do fogão à lenha. Ela me contou que aprendeu vendo sua mãe fazer. Disse-me que na época do acampamento as pessoas não podiam ter fogão de ferro, pois com as constantes mudanças, o fogão se despedaçava, então faziam o fogão de barro que, com materiais locais, se construía com facilidade. Quando precisavam mudar, em função dos despejos, faziam outro fogão. A prática ficou até os dias atuais.

Nesse momento eu disse que ela parecia gostar de trabalhos manuais e artísticos. Ao que me respondeu: “Sou devota de Nossa Senhora Aparecida, que inclusive é a padroeira aqui do assentamento. Eu tenho uma santinha que eu mesma fiz, lá em Herval. Então logo que eu cheguei aqui achei um toco de uma árvore bem grande que estava oco por dentro e achei o lugar perfeito pra fazer ali a capela pra minha Santa. Lá em Herval tem um rio onde a água mesmo faz as coisas. Sempre que posso eu trago alguma coisa que o rio oferece. Têm as pedras também. Quando vou pro rio eu já levo a sacola. Então eu achei um toco que visto de costas era a imagem pronta do manto da Santa. Peguei pra fazer e colocar no meu altar”.

Perguntei se poderia ver a Nossa Senhora. Saiu por alguns instantes e voltou com a Santa. Mostrou-me o encantador trabalho talhado pelas águas do rio de Herval, pelas suas mãos e pintado de azul. Joseane começou a me apresentar, de um modo mais profundo, um pouco mais do seu mundo. Notei sua relação próxima e atenta com o rio, observadora das águas que fazem

obras de arte com pedras e paus; e das árvores, que com seus troncos ocos, oferecem possibilidades para co-criações humanas e não-humanas.

Imagem 7 e 8: Nossa Senhora Aparecida feita por Joseane: “Sou devota de Nossa Senhora Aparecida, que inclusive é a padroeira aqui do assentamento”



Fonte: Joseane

Nessa tarde, passeamos e nos divertimos pelo seu quintal onde ia me mostrando suas plantas ornamentadas em arranjos de madeira, em garrafas pets, em vidros ou pneus. Mostrou-me também a rica diversidade e seu vasto conhecimento em plantas medicinais presentes no pátio.

Depois de nosso encontro, Joseane enviou-me, no mesmo dia, à noite, as fotos de sua capela finalizada, com a delicadeza de apresentar o antes e o depois. Enviou-me ainda fotos de seu filho diante da capela e depois dela junto a seu companheiro de mãos dadas também em frente a capela. Uma foto de seu filho dando banho no seu cavalo e de um prato de amoras. Por fim, a foto com a seguinte legenda: “E ficou assim. Minha casa azul protegida pelo manto azul de Nossa Senhora Aparecida”. O raro azul do céu de inverno no

encontro com a tinta azul da pintura de Joseane, encontra-se também com os olhares despreziosos da pesquisadora, de tais encontros vão eclodindo texturas de mundos emaranhados de relações onde o real se fabula no acontecimento.

Seguir os rastros das conversas com Joseane me fez perceber que os sentidos e significados apresentados por ela parecem indicar que a existência se faz no estar emaranhada com as coisas da terra (INGOLD, 2012; KRENAK, 2019) em seus fluxos de vida e morte. Coisas da terra entendidas aqui como natureza selvagem (KRENAK, 2019). Do profundo conhecimento de vida ao lado das ervas medicinais e das plantas nativas se faz o cuidado da saúde e da nutrição, mas também o cultivo do belo, da arte, da permissão para criar. Da intimidade com as águas se vê produções artísticas que podem ser continuadas por mãos humanas e alcançar o lugar do sagrado e da proteção. Aprendi com Joseane uma perspectiva dadivosa da vida, essa que te oferece e você está totalmente habilitado para receber, para se sentir pertencendo a.

3. Temporalidades e corpos-territórios em luta

Parece-me que esse emaranhar-se com a vida acontece numa temporalidade específica. A pesquisa-vivência na qual estou envolvida tem apresentado possibilidades reflexivas que apontam os corpos-territórios de mulheres envolvidas nos cuidados dos mortos e dos doentes; no cuidado com a alimentação farta e saudável; no cuidado das festas e das celebrações e também no cuidado com a luta pela reforma agrária e pela vida. A temporalidade da luta se apresenta nos espaços dos grupos de mulheres, nas mobilizações por direitos e políticas públicas para os territórios camponeses, na denúncia contra as violências às mulheres, contra as monoculturas e os agrotóxicos. A luta mostra como um modo de existir. Como sempre fala dona Teresa: “Tudo que eu tenho foi conseguido na luta. Se nós não lutar, o que vai

ser de nós?”. Nesse exato momento, elas estão em Porto Alegre, mobilizadas em um ato na defesa da democracia, contra a continuidade do governo Bolsonaro.

Assim, viver os impulsos do desejo, ou seja, os impulsos de onde se quer estar – seja pela alimentação com fartura, pelo cultivo do belo, pela cura por meio das plantas, por fazer festa, por estar na luta política, cuidar dos doentes e dos mortos – é viver uma temporalidade específica.

Corpos-territórios como os de mulheres assentadas são comumente associados à pobreza, como elas têm relatado, e que muitas vezes são definidos pela falta. Quando, pelo imaginário colonizado, pensamos em pobreza no espaço rural rapidamente se associa aos territórios indígenas, quilombolas e assentamentos. Entendidos como corpos-espacos carentes de condições básicas. Sendo que o básico não é definido por aqueles de dentro do território, o básico é genericamente definido por especialistas *outsiders* ao território.

Para a ciência ocidental existe uma guerra pela sobrevivência (por ter o básico a partir de um padrão estabelecido a priori) que demanda tanto tempo que tais sociedades não teriam condições para tempo livre (SAHLINS, 1969). Em seu ensaio, *A sociedade afluyente original*, Marshal Sahlins (1969) nos convida a deslocar o imaginário sobre as sociedades de caçadores e coletores enfatizando que não viviam com dificuldade ou escassez. Trazendo à reflexão um compilado de estudos científicos sobre comunidades de caçadores e coletores em diversas regiões do mundo, o autor evidencia que ao contrário do que se pensava, nessas sociedades há um padrão tecnológico adequado e seus membros desfrutam de tempo livre. A partir dessas análises Sahlins coloca em questão teorias econômicas clássicas que afirmam ser a

natureza humana ávida por desejos insaciáveis, já que o que se deseja está sempre além daquilo que materialmente é possível alcançar.

Geralmente comparados às sociedades atrasadas são considerados espaços de subsistência, no sentido negativo do termo (POLANYI, 1977). Polanyi traz a palavra “subsistência” para o centro do debate, o que torna evidente o modo como o mesmo tem sido vulgarmente utilizado ao longo da história das ciências sociais, sendo insistentemente associado a modos “precários” de satisfação das necessidades em sociedades “arcaicas” – e, evidentemente, àquelas sociedades que na contemporaneidade carregam os traços desse suposto arcaísmo, traduzidos hoje como comunidades “rurais” e “pobres”.

Ao produzirem o que desejam em abundância, muitas vezes sem atribuição utilitarista dos seus alimentos, as mulheres evidenciam, assim como Polanyi nos mostrou com sua produção intelectual, que a economia humana não é necessariamente estruturada pela lógica da escassez. Ao contrário, as mulheres nos mostram que a subsistência humana pode ser com fartura, com desejo e com prazer. Mostram-nos isso ao produzirem seu próprio alimento, em abundância e com qualidade (elas afirmam que o alimento que comem, é comida de verdade, não é “bobajada”. Esse alimento agroecológico é um alimento de qualidade e que proporciona saúde), ao mesmo tempo em que comer aparece como atividade de grande importância, seja para os momentos comunitários das festas e cerimônias, seja nas reuniões e no cotidiano, seja na comercialização em feiras e outras modalidades ou ainda na partilha com aqueles que estão precisando – num momento de urgência como foi a pandemia.

Assim, elas vão apresentando a dimensão da luta como um modo de estar no mundo aqui e agora, numa vida que se mostra em constante

transformação pela sua própria ação individual e coletiva no mundo. Existe habilidade em identificar que a partir de suas ações de luta e mobilizações, enquanto classe trabalhadora e mulher, suas vidas vão se transformando. Vive-se intensamente o tempo em espaços onde se deseja e se organiza para estar inteiramente presente. Assim, parece-me que esses corpos-territórios não estão dispostos a negociarem suas existências no balcão da temporalidade moderna capitalista.

4. Algumas considerações para se continuar proseando

Muitos são os aprendizados junto às mulheres, dentre eles, a possibilidade de levar a sério os conhecimentos elaborados por corpos em luta. Como seria então sustentar a igualdade de conhecimento nas tão reivindicadas diferenças de modos de existir? E ainda, seria possível conversarmos sobre isso sem discutir que alguns modos de existir vêm sendo invisibilizados e/ou sistematicamente exterminados?

Gostaria de agradecer às mulheres com as quais tenho tido o privilégio de aprender sobre pertencimento na diferença, de me conectar com minhas ancestrais e a receber da vida as belezas que ela nos oferece.

Referências

INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. *Horizontes antropológicos* 18 (2012): 25-44.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

POLANYI, Karl. **A subsistência do homem**. *Translated by Vera Ribeiro*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

SAHLINS, Marshall. **The Original Affluent Society**. In Stone Age Economics. New York: Aldine de Gruyter, 1972.

FLUXOS, CORPOS E ATRITOS NA CIRCULAÇÃO

Clara Natalia Steigleder

Resumo: Dialogar sobre nossos fluxos, existências e cuidados a partir dos territórios cotidianos da circulação significa de alguma forma repensar sobre como circulamos, que movimentos fazemos, por onde andamos, se estamos sós ou acompanhados/as etc. Esta breve reflexão propõe pensar nas dinâmicas sociais a partir da circulação e do uso dos meios de transportes, especialmente do transporte coletivo como um dos espaços de construção de uma atitude ética por parte do indivíduo em relação à coletividade. Qual é o lugar reservado à experiência humana quando se pensa em fluidez, em segurança viária, conforto, acessibilidade, qualidade de vida? Essas dimensões são fundamentais no planejamento da mobilidade e estão relacionadas ao acesso à cidade e a tudo o que a vida em coletividade pode oferecer. Entretanto, promover alternativas possíveis a uma vida digna para todos e à superação de desigualdades sociais no acesso à cidade, trata-se da defesa radical do corpo-terra como forma de ocupar e cuidar do território. Este escrito, antes de tudo, é uma reflexão suscitada pelo encontro ocorrido na Mostra ObservaCampos em 2022, denominado “Fluxos, Existências e Cuidado da Vida nos Territórios”. Nele falamos sobre as dificuldades que enfrentamos cotidianamente em diversos territórios, especialmente enquanto mulheres, mas também sobre a beleza dos movimentos, as possibilidades de encontros, os desafios e a felicidade possível que muitas vezes chegamos a alcançar.

Palavras-Chave: Circulação; Mobilidade; Gênero.

Abstract: Dialogue about our flows, existences and care from the daily territories of circulation means in some way rethinking about how we circulate, what movements we make, where we walk, whether we are alone or accompanied, etc. This brief reflection proposes to think about social dynamics based on the circulation and use of means of transport, especially public transport as one of the spaces for building an ethical attitude on the part of the individual in relation to the community. What is the place reserved for the human experience when thinking about fluidity, road safety, comfort,

accessibility, quality of life? These dimensions are fundamental in mobility planning and are related to access to the city and everything that collective life can offer. However, promoting possible alternatives to a dignified life for all and overcoming social inequalities in access to the city is about the radical defense of the body-land as a way of occupying and caring for the territory. This writing, first of all, is a reflection prompted by the meeting that took place at the ObservaCampos Exhibition in 2022, called “Flows, Existences and Care of Life in the Territories”. In it we talk about the difficulties we face daily in different territories, especially as women, but also about the beauty of movements, the possibilities of encounters, the challenges and the possible happiness that we often achieve.

Keywords: Circulation; Mobility; Gender.

1. Introdução

De fato, presos a uma única cultura, somos não apenas cegos à dos outros, mas míopes quando se trata da nossa. A experiência da Alteridade (e elaboração dessa experiência) leva-nos a ver aquilo que nem teríamos começado a imaginar, dada nossa dificuldade em fixar nossa atenção no que é habitual, familiar, cotidiano e que consideramos “evidente” (LAPLANTINE, 2003, p. 12-13).

Dialogar sobre nossos fluxos, existências e cuidados a partir dos territórios cotidianos da circulação significou de alguma forma repensar sobre como circulamos e os movimentos que fazemos, os lugares por onde andamos, quem nos acompanha, o que buscamos. Para além do espaço físico da circulação, que pode ser mais ou menos convidativo ao deslocamento, pode-se pensar também qual é o lugar reservado à experiência humana quando se pensa em fluidez, em segurança viária, conforto, acessibilidade, qualidade de vida? Essas dimensões são fundamentais no planejamento da mobilidade, pois estão relacionadas ao direito à cidade (educação, saúde,

cultura, lazer etc.) e a tudo o que a vida em coletividade pode oferecer. Entretanto, como na letra dos Titãs, “A gente não quer só comida. A gente quer comida, diversão e arte. A gente não quer só comida. A gente quer saída para qualquer parte”. Esse acesso deve vir acompanhado da promoção de alternativas possíveis a uma vida digna para todos e da superação das desigualdades sociais no acesso à cidade, é uma mudança qualitativa de como pode ser mais digno, cuidadoso, humano esse acesso. Não basta haver uma travessia, ela tem que ser digna de passagem. Não basta haver calçadas, elas devem ser dignas de caminhadas. Trata-se da defesa radical do corpo-terra e sua territorialidade como forma de ocupar, cuidar e desenvolver o território, potencializando todas as formas de vida sempre.

Italo Calvino, em *Cidades Invisíveis* (1990), diz que é inútil classificar as cidades em felizes ou infelizes e propõe, então, outras duas categorias: aquelas que continuam ao longo dos anos e das mutações a dar forma aos desejos de seus habitantes e aquelas em que os desejos conseguem cancelar a cidade ou são por esta cancelados.

Este escrito, antes de tudo é uma reflexão sobre as dificuldades que enfrentamos cotidianamente na circulação, os atritos, as hostilidades, especialmente enquanto mulheres, mas também sobre a beleza do ato de circular. Origina-se da reflexão suscitada pelo sensível encontro ocorrido na Mostra *ObservaCampos* em novembro de 2022, denominado “Fluxos, Existências e Cuidado da Vida nos Territórios”. Nele falamos sobre as dificuldades que enfrentamos cotidianamente em diversos territórios, especialmente enquanto mulheres, mas também sobre a beleza dos movimentos, as possibilidades de encontros, os desafios e a felicidade possível que muitas vezes chegamos a alcançar. Neste escrito, são abordados os temas do espaço público e sua vivência cotidiana, as dificuldades

enfrentadas nas cidades brasileiras no que diz respeito à circulação, algumas teorias que ajudam a problematizar a construção do espaço público e também a quebra de paradigma causada pela “virada da mobilidade”, e claro, as questões de gênero como um dos atravessamentos que tenciona esses temas.

2. Espaço público e circulação

A possibilidade de vivenciar os espaços públicos das grandes cidades brasileiras, ocupando ruas e calçadas, e transitando com segurança, tem se constituído, cada vez mais, num desafio especialmente para pedestres, mas não apenas, condutores e ciclistas, bem como o transporte coletivo, também enfrentam adversidades. Normalmente, duas questões aparecem como principais problemas: os congestionamentos, decorrentes do crescimento cada vez maior de veículos em circulação e o grande número de feridos e vítimas fatais decorrentes dos acidentes de trânsito. Parte da resolução destes problemas é atribuída ao planejamento da mobilidade e do espaço urbano. Outra parte, à promoção de ações e campanhas de educação para o trânsito que objetivem estimular a um comportamento coletivo mais seguro e empático.

Entretanto, espaço e comportamentos não podem ser pensados separadamente no planejamento da mobilidade, são duas dimensões que se modificam e se constituem dialeticamente. O espaço físico, construído, influencia o tipo de relações que vão se estabelecer nele, e as práticas cotidianas ressignificam esse espaço dando-lhe novos sentidos e modificando-o de alguma forma ao transitar. Esse espaço planejado pelo poder público e regido por normas estabelecidas pelo Código de Trânsito Brasileiro (1998), é também um espaço construído social e simbolicamente

quando as pessoas circulam, se movimentam, acessam a cidade, trocam mercadorias e conhecimentos etc. Portanto, ao transitar, este espaço constitui-se como um espaço de experimentação da vida social. Sem a vida social, os símbolos, as ruas, os semáforos, as sinalizações, os veículos não teriam sentido algum, seriam apenas coisas inanimadas, imóveis, vazias.

Mobilidade Urbana é o que permite o deslocamento das pessoas em uma cidade, com o objetivo de desenvolver relações sociais e econômicas, transportar mercadorias e bens etc. Ônibus, metrô, outros transportes coletivos e automóveis fazem parte das soluções de mobilidade. Pode-se dizer que a mobilidade engloba a questão dos fluxos de produtos, de imagens, de informações e, claro, de populações humanas em deslocamento crescente. Nas grandes cidades as dimensões que permeiam a vida de seus habitantes, a produção material e social da vida se complexifica, desde as relações de troca, de trabalho, de vizinhança, de afetividades, de construção dos saberes, passando pelas relações familiares, chegando a transformar também a própria construção da individualidade.

Mas também é nas grandes cidades que, cada vez mais, um tipo de racionalidade estratégica relacionada à produção e à circulação do capital, transforma dimensões da experiência urbana, do fazer cotidiano, como o andar na rua, por exemplo, em um movimento que passa a ser vivenciado num “ambiente construído” despojado de forma estética, de poesia. A rua, local significativo da comunicação entre as pessoas, converte-se em local privilegiado do consumo. O tempo do andar para os pedestres e da viagem para os condutores passa a ser o “tempo-mercadoria”, transformando as relações sociais que se estabelecem no espaço público em relações de compra e venda, submetendo a rua ao mesmo sistema das relações de trabalho, do rendimento e do lucro. Assim, muitos dos espaços nos quais o mundo da vida

poderia desenvolver-se, nos quais os encontros e as trocas poderiam ser mais espontâneos passam a ser espaços de passagem, nos quais a pressa e a impessoalidade definem o ritmo de seus habitantes. Onde está o conteúdo humano nesses espaços? Qual é o lugar reservado à experiência humana quando se pensa em fluidez, acessibilidade, segurança viária e qualidade de vida?

Alguns teóricos contribuem com essa problemática. Marc Augé (2010), ao pensar em uma Antropologia da Mobilidade, instiga a refletir sobre os diferentes sentidos da palavra “mobilidade” e como o homem percebe a cidade, os lugares e os espaços destinados à circulação. Sugere algumas noções-chave a partir das quais trata do tema da mobilidade, sendo elas a noção de fronteira, urbanização, migração, viagem e utopia e apresenta cinco paradoxos vividos no mundo contemporâneo e que estão relacionados com essas noções. Um deles é a relação espaço-tempo, duas categorias estruturadoras da vida nas cidades. Nas cidades modernas, a velocidade transformou o cotidiano nos espaços públicos, como caminhar pelas ruas, subir em ônibus, metrô, trens, dirigir, muito pouco vivenciados, carentes de experiência, na acepção de Eugene Gendlin (2006), o processo de sentimento, de viver corporalmente a vida. Muitas vezes, espaços nos quais, “o mundo da vida” poderia desenvolver-se, nos quais os encontros e as trocas poderiam ser mais espontâneos, transformam-se em espaços de passagem, nos quais a pressa e a indiferença para com os outros definem o ritmo dos habitantes.

Viver nas cidades possibilita o encontro, o estar com o outro, defrontar-se e descobrir um outro diferente de si, esses encontros, que são a vida social da cidade, ocorrem num espaço que é público, de todos. Entretanto, para Sennet (2008, p. 17) o desenho urbano moderno das cidades

busca “libertar o corpo da resistência associada ao medo do contato”. Ou seja, é um espaço avesso aos encontros, ao contato físico, à permanência nos lugares, em parte pela falta de conforto e higiene, em parte pelo medo da violência. Disso derivam os inúmeros espaços segregados, as vias expressas, os condomínios fechados, os shopping centers, a divisão espacial, é muito acentuada no Brasil, entre pobres e ricos. Isto porque “libertar o corpo” da resistência do contato provoca um fechamento em si mesmo, atrofiando, ou simplesmente não estimulando, o desenvolvimento de dimensões ético-políticas em direção a si e, principalmente, em direção ao outro. Ainda segundo Sennet o que ocorreria seria a tentativa de entorpecimento dos corpos. Pode-se dizer que passariam a ser meros espectadores e/ou consumidores da vida, que jogam para um segundo plano o complexo exercício do ato ético-político tão importante para a vida em coletividade.

Na mobilidade ser consumidor significa consumir espaço, tempo e recursos naturais. Além disso, significa também consumir fluidez, segurança, conforto e acessibilidade, categorias importantes quando se pensa no planejamento do espaço urbano e no acesso democrático à cidade. Como no capitalismo nem todos conseguem consumir da mesma forma, havendo desigualdade na capacidade de consumir, é interessante perguntar como se dá a distribuição desses direitos de todos e garantidos por lei, no caso a Constituição Brasileira (1988) e a Política Nacional de Mobilidade Urbana (2012).

Vasconcellos (1999) problematiza o conceito de mobilidade/circulação e apresenta o que denomina de dimensão política da mobilidade relacionada a escolhas e tomadas de decisão, tanto pelo poder público, quanto pelos “atores” da circulação, ou seja, os diferentes usuários das vias. Para ele, o que está em jogo é a produção, reprodução e a

distribuição de riqueza, o consumo da cidade, dos seus espaços. É a partir da circulação que a vida material e imaterial se produz e reproduz, e nesse movimento se desenvolve também o ser político, um ser que no exercício da pólis, na capacidade de negociação, na resolução de conflitos, nos encontros e desencontros etc. se faz ao mesmo tempo que faz o coletivo. De forma dialética, indivíduo e espaço se construindo mutuamente.

Sem dúvida, as transformações potencialmente mais rápidas impulsionadas pelos avanços tecnológicos facilitam as relações entre os indivíduos. Na área dos transportes a contribuição para a aproximação das pessoas, tanto do ponto de vista físico como de tempo é fundamental para a vida material e social das cidades. Na perspectiva de Simmel (1979), uma das habilidades que o indivíduo desenvolve para viver nesse meio, é a “habilidade do social”. Cotidianamente as relações de sociabilidade estão presentes ao circular, nas praças, parques, calçadas, paradas de ônibus, mas, especialmente, o transporte coletivo contribui sobremaneira para o desenvolvimento dessa “habilidade do social”.

No transporte coletivo, o contato físico, obrigatório na convivência interna e destes para fora, em direção aos transeuntes, às transformações urbanas observadas, aos locais de espera dos transportes, provocam, de diferentes formas, a sociabilidade. Muitas vezes apenas um olhar já marca esse contato, em outras, são os pedidos de licença, as cedências de lugar, a oferta para carregar pertences, o encontro com um velho amigo, enfim, inúmeras formas de sociabilidade que ocorrem nesse meio. Nos terminais e em paradas, à espera do ônibus, existe a priori uma relação de igualdade entre as pessoas, uma vez que estão sujeitas às mesmas condições do ponto de vista do transporte. Faça sol ou chuva, com ou sem ar condicionado, a condição e o lugar de partida, é o mesmo para todos.

Ao mesmo tempo, ao estar no transporte coletivo, em relação a si, o indivíduo tem mais condições de perceber-se como um ser social com suas características próprias e independente do lugar que ocupa na hierarquia social. Isto porque o transporte coletivo, segundo DaMatta (2012) é horizontal, democrático e coletivo. Este exercício de cidadania no transporte coletivo, e que está relacionado com a sociabilidade, contribui para desenvolver o princípio da individualidade, mas também de uma alteridade positiva, na medida em que reconhece o outro como um igual em direitos. Por último, o princípio da autonomia, relacionado ao caráter educador do transporte coletivo, na medida em que ao fazerem uso dele, os indivíduos talvez desenvolvam uma maior autonomia em relação ao poder simbólico atribuído ao automóvel na sociedade capitalista em geral, mas em particular na brasileira, uma vez que ter um veículo próprio ainda representa um determinado status social.

3. Fluxos e atritos no espaço de circulação

Pensar em mobilidade, circulação e trânsito no Brasil remete inicialmente ao fato de que morrem mais de 40 mil pessoas por ano e quase meio milhão ficam feridas, muitas com sequelas irreversíveis, em decorrência das interações cotidianas no uso do espaço público de circulação. Esse número representa um avião caindo a cada dois dias no país. Certamente se isso acontecesse ficaríamos chocados e veríamos a necessidade de haver mais segurança nesse meio de transporte, pois não pode cair um avião a cada dois dias. Algo não está funcionando como deveria. Mas porque em relação ao trânsito não nos surpreendemos dessa forma?

Uma das explicações para isso talvez resida na naturalização dos conflitos/acidentes existentes no trânsito, como se estes fossem intrínsecos

ao seu funcionamento, passando a constituir-se como a “realidade do trânsito” pelos indivíduos, já nos acostumamos com as manchetes cotidianas que falam de atropelamentos, capotamentos, tombamentos etc. Não paramos para refletir que talvez esses conflitos/acidentes, que acontecem por causa das interações humanas, não sejam apenas decorrentes da organização do sistema de trânsito, mas sim, manifestações sociais dentro desse sistema. Talvez existam questões subjacentes ao ato de infringir normas ou regras, que estão relacionadas a como os indivíduos percebem o sistema de trânsito e seu código comunicativo, mas também a si mesmo e aos outros quando estão transitando. Talvez o trânsito esteja refletindo dilemas sociais maiores e mais profundos da sociedade brasileira. Exemplo disso é a apropriação privada do espaço público como fator característico do trânsito de diversas cidades brasileiras que está relacionada a uma visão patrimonialista da formação do estado, conformando uma prática social em que os interesses privados e pessoais vão se sobrepor aos interesses da coletividade.

A segunda questão a ser considerada diz respeito ao espaço formal, planejado e que, ao circular, passa a ser espaço vivenciado, ressignificado. A forma como os diferentes participantes do trânsito vai transitar, apresenta características diferenciadas que vão depender do conhecimento que possuem sobre o sistema de trânsito e da sua capacidade de interpretar e preparar sua ação. Para isto ocorrer, os indivíduos, independentemente do fato de estarem na condição de pedestres, passageiros ou condutores, precisam desenvolver um sentimento de pertencimento ao sistema trânsito, ao espaço de circulação, sentir-se parte e efetivamente integrado ao sistema.

Lefebvre (1999) nos ajuda a pensar a relação entre a dinâmica sócio-espacial das cidades/ metrópoles ao abordar a produção do espaço urbano, a partir de uma tríade: o espaço concebido, percebido e vivido”. O

espaço concebido está relacionado ao construído/planejado e o percebido e vivido, relacionado à ressignificação que é feita ao circularmos, aí entra a noção de território/territorialidades: ao circular, atribuímos novos sentidos ao espaço de circulação. Por isso, circulamos num espaço-território, no qual nossos corpos-terra-territórios se encontram, muitas vezes se chocam, entram em conflitos, dialogam, e se constroem nesses movimentos cotidianos que fazemos pela cidade.

Mas também é um lugar de sentimentos contraditórios, relacionado às percepções do sistema de trânsito e seu código comunicativo, a si e aos outros ao transitar. O espaço físico e a percepção de “lugar” se realizam no plano do cotidiano, revelando-se pelo uso, aparece nas formas de apropriação, utilização e ocupação num momento específico, produto da divisão social e técnica do trabalho, morfologia fragmentada e hierarquizada. Na percepção de Ana Fani (1997), “o lugar permite pensar o viver, o habitar, o trabalho, o lazer enquanto situações vividas, revelando, no nível do cotidiano, os conflitos do mundo moderno”. Em suma, lugar de construção da civilidade, através de uma maior interação entre os indivíduos em lugares públicos.

4. A "virada da mobilidade" e as questões de gênero

Diferentes perspectivas foram construídas sobre a mobilidade, a circulação de pessoas e mercadorias nas cidades, desde visões mais técnicas até mais sociológicas sobre o tema. Uma das principais discussões é se os transportes e a circulação são atividades meio ou atividades fim. Por atividade meio entende-se que teriam como objetivo possibilitar o deslocamento de um ponto a outro, através da micro e macro acessibilidade, da fluidez, com segurança e respeito ao meio ambiente. Ser considerada uma atividade fim, por sua vez, implica em pensar na circulação, na mobilidade,

nos meios de transporte como tendo um fim em si próprio. Ou seja, o próprio ato de circular já constitui um propósito, já tem uma finalidade. Mas qual seria?

Buscando responder a essa questão, Sheller e Urry (2006) formularam o que acabou sendo denominado por “Virada da mobilidade”, e constitui-se numa resposta a essa perspectiva mais tradicional, olhando para o conteúdo, para o que é produzido a partir e em nossas viagens. Parte desse olhar está voltado para como criamos novos territórios também ao circular. Esses autores ressaltam a importância da movimentação sistemática das pessoas para o trabalho e a vida familiar, para o lazer e o prazer, e para política e protesto, olhando para os movimentos, mas principalmente para as forças que impulsionam, restringem ou são produzidas por esses movimentos. John Urry (2000) torna mais tangenciável esses movimentos e destaca cinco tipos de mobilidades: a de objetos, a corporal, a imaginativa, a virtual e a comunicativa. Portanto, a mobilidade é mais complexa que o deslocamento entre pontos: é uma ação social com um fim em si mesmo, um entre-espço no qual existe uma relação entre a mobilidade e uma imobilidade. A perspectiva da “virada da mobilidade” é de que viajar é necessário para a vida social, acrescentaria para a constituição do ser, esse indivíduo que passeia entre o não-ser e o ser social, político, coletivo. Na mobilidade como prática social e política, viajar, caminhar, circular, inclui um fim em si mesmo.

Pensando nas questões de gênero, a literatura sobre mobilidade e gênero salienta que as mulheres se deslocam mais no território e de forma menos linear e mais poligonal. Temos, então, que a mobilidade das mulheres é distinta da dos homens, diferenças pouco contempladas do ponto de vista do planejamento da mobilidade. Normalmente o tema é focado como sendo

de segurança pública ou prevenção do assédio especialmente no uso do transporte coletivo, no qual chegou-se ao ponto de implementar vagões cor-de-rosa no metrô do Rio de Janeiro para uso exclusivo de mulheres. As mulheres gastam 3,1 horas a mais por semana do que homens em atividades remuneradas e de cuidados domésticos, por isso circulam mais, e 43,5% deslocam-se de transporte coletivo, 32,5% a pé. Se as formas de estar em co-presença, de percepção dos lugares, dos processos de subjetivação e subjetividades, são distintos a partir do gênero, as soluções para o espaço urbano não podem ser homogêneas e universais, mas devem estar articuladas e integradas visando o bem-comum da forma mais democrática possível. Kerexu Takuá, cacica de comunidade guarani urbana e ativista em direitos humanos, em uma de suas falas, diz que vivemos uma época em que não sabemos o que vamos encontrar quando saímos às ruas e nos propõe a pensar nas dores da cidade. Talvez as mulheres estejam mergulhando mais nas dores da cidade, se encontrando mais com elas, tendo que lidar com essas dores em espaços públicos muitas vezes hostis e insensíveis às singularidades humanas. Talvez um novo ethos político no cotidiano da circulação. O cotidiano e, em especial, o cotidiano da circulação nos convida a práticas sociais (construção de um Ethos político), subjetividades, singularidades e coletividades em relação ao vivido que têm efeitos físicos, sociais e subjetivos. Simmel (1976) fala em "vontade de conexão", que é exclusivamente humana. Para que se desenvolva, precisamos de espaços que nos convidem a isso, assim como entes públicos dispostos a essa conexão. A observação do "outro" provoca uma reflexão sobre o "eu", com novas interpretações sobre si e o confronto com outras interpretações, dimensão importante para a construção da vida coletiva. Infelizmente, a concepção pós-moderna de espacialidade, na qual os lugares estão em constante

movimento e sujeitos a constante remontagem e reconfiguração, vão na contramão dessa possibilidade de conexão, muitos desses lugares são, inclusive, denominados de não-lugares, pois se parecem em qualquer lugar do mundo.

5. Considerações finais

O objetivo deste escrito foi refletir sobre as relações sociais que ocorrem nos espaços públicos a partir da circulação e do uso dos meios de transportes, sejam eles individuais ou coletivos. Buscou-se ampliar a visão especialmente sobre o potencial do transporte coletivo como um dos espaços de construção de uma atitude ética por parte do indivíduo em relação à coletividade em virtude de seu caráter democratizador do acesso à cidade. Há quem afirme que o espaço público nunca se construiu no Brasil, justamente pela dificuldade de sermos seres públicos, de nos comportarmos como entes públicos e não privados quando estamos em coletividade. E realmente, os dados mostram que os tensionamentos, os atritos, nos encontros cotidianos no uso do espaço público estão presentes e fazem suas vítimas.

Pensando na experiência das mulheres no espaço de circulação, alguns desafios se apresentam de forma mais complexa, uma vez que os atravessamentos historicamente construídos são socialmente mais difíceis de perceber e demandam atitudes no sentido da superação das desigualdades sociais e das diferentes formas de existências agressivas e opressoras. Pensando em um corpo-terra que ocupa e cuida do território, defende corpos em terras em disputas - e o espaço de circulação pode ser considerado um espaço em disputa de diferentes modos - como o feminismo pode contribuir para interpelar o processo de mercantilização da vida sobre a terra e sobre os corpos na circulação?

O tema da mobilidade, dos transportes, da circulação pelos espaços da cidade remonta à construção da própria sociedade ocidental, dentro do capitalismo e do patriarcado. Nesse sentido, a dimensão de gênero adiciona complexidade nas relações sociais que se estabelecem na circulação, indicando que as soluções para o espaço urbano não podem ser homogêneas e universais, mas devem estar articuladas e integradas visando efetivamente o bem-comum, com respeito às particularidades históricas de cada um. Talvez assim seja possível a construção cotidiana de um sentimento de pertencimento efetivo ao espaço público no Brasil, tão carente de beleza, de bem estar, de felicidade.

Referências

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARLOS, Ana Fani. **O lugar no/do mundo**. Edição Eletrônica/LABUR, São Paulo, 2007.

DAMATTA, Roberto. **Fé em Deus e pé na tábua: Ou como e por que o trânsito enlouquece no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2012.

GENDLIN, E.T. **Focalização: uma via de acesso à sabedoria corporal**. São Paulo: Gaia, 2006.

CTB. **Código de Trânsito Brasileiro**. LEI Nº 9.602, DE 21 DE JANEIRO DE 1998. Presidência da República. Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos.

LAPLANTINE, François. **Aprender Antropologia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2003.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Editora Ática, 1991.

PNMU. **Política Nacional de Mobilidade Urbana**. LEI Nº 12.587, DE 3 DE JANEIRO DE 2012 Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/tipo=LEI&numero=12587&ano=2012&ato=db5o3aE1kMVpWT9cf>. Acesso: 28/08/2020. Acesso em: 28 de janeiro de 2023.

SIMMEL, Georg. **As grandes cidades e a vida do espírito**. In: VELHO, Octávio Guilherme (org.). O fenômeno urbano. Zahar: Rio de Janeiro, 4a ed., 1979.

SHELLER, Mimi; URRY, John. “**O Paradigma das Novas Mobilidades**”, Meio Ambiente e Planejamento A, 38(2), 2006. DOI: 10.1068/a37268

URRY, John. **Sociologia Além das Sociedades**. Mobilidades para o Século XXI. Londres: Routledge, 2000. DOI: 10.4324/9780203021613

VASCONCELLOS, Eduardo. **Circular é preciso, viver não é preciso**: a história do trânsito na cidade de São Paulo. São Paulo: Annablume, 1999.

TERRITÓRIO, CORPO E NATUREZA: VIVÊNCIAS NO PARQUE NATURAL MUNICIPAL DA RONDA

Tatiane Takahashi Nunes

Resumo: Trilhas interpretativas são importantes instrumentos de educação ambiental em unidades de conservação e auxiliam na compreensão e conhecimento da natureza sob a essência da interpretação da realidade, construindo uma consciência ambiental coletiva. Portanto, este estudo tem como objetivo relatar a experiência vivenciada na trilha interpretativa guiada no Parque Natural Municipal da Ronda, como atividade educativa da 4ª Mostra ObservaCampos: Meu Corpo é Terra-território, da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. Os resultados apontam a relevância da atividade no processo educativo e da conservação da natureza. O roteiro da trilha despertou interesse dos participantes diante dos temas abordados e a interdisciplinaridade do grupo foi importante para reflexão coletiva.

Palavras-chave: Trilha Interpretativa; Unidades de Conservação; Consciência Ambiental Coletiva, Conservação da Natureza.

Abstract: Interpretive trails are important tools for environmental education in protected areas and assist in the understanding and knowledge of nature under the essence of the interpretation of reality, building a collective environmental awareness. Therefore, this study aims to report the experience of the guided interpretive trail in the Municipal Natural Park of Ronda, as an educational activity of the 4th ObservaCampos Exhibition: My Body is Earth-Territory, of the State University of Rio Grande do Sul. The results point to the relevance of the activity in the educational process and in nature conservation. The trail's itinerary aroused the participants' interest in the themes approached, and the group's interdisciplinarity was important for collective reflection.

Keywords: Interpretive Trail; Conservation Units; Collective Environmental Awareness; Nature Conservation.

1. Introdução

A criação de Unidades de Conservação (UCs) surgiu com o objetivo de conservar, resguardar e assegurar por meios legais e efetivo, a integridade de áreas terrestres e marinhas com características peculiares na diversidade biológica, dos recursos naturais e culturais associados às paisagens com belezas cênicas.

No Brasil as primeiras UCs foram criadas na década de 30, Parque Nacional do Itatiaia em 1937 e Parque Nacional do Iguaçu em 1939 (SALVIO, 2017). Desde este período, o Estado vem monitorando e regulamentando a definição, delimitação e gestão destas áreas (CARRIJO, 2019).

De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), instituído pela Lei Federal 9.985/2000, as UCs de Proteção Integral têm como os principais objetivos: realizar pesquisas científicas; contribuir para a conservação da diversidade biológica e genética; proteger as espécies ameaçadas de extinção e paisagens de belezas cênicas; promover educação e interpretação ambiental, recreação, contato com a natureza e turismo ecológico.

Segundo Vasconcellos (2006), as áreas naturais protegidas são locais ideais para o desenvolvimento de recreações com finalidade de ações ambientais, uma vez que a educação e interpretação ambiental são excelentes instrumentos de reaproximação das pessoas com o meio ambiente, aliando imaginação, curiosidade, conhecimento e reflexão sobre as relações da sociedade-natureza.

As recreações devem satisfazer as necessidades dos visitantes sem comprometer a conservação da área protegida. Além disso, deve estar inserida dentro de um Programa de Uso Público em subprogramas de

educação e interpretação ambiental no plano de manejo da unidade de conservação (QUEIROZ & VALLEJO, 2017).

Vale ressaltar, que a interpretação ambiental proporciona compreensão ao traduzir a linguagem da natureza para uma linguagem simples, de fácil entendimento, fazendo com que as pessoas descubram um mundo que ainda não haviam percebido antes. Porém, não se deve ser confundida com educação ambiental, mas, sim, um instrumento educativo que favorece as conexões emocionais e intelectuais (VASCONCELLOS, 2006).

Portanto, o objetivo deste relato é descrever a experiência vivenciada na trilha interpretativa guiada da oficina Caminhada no Parque Natural Municipal da Ronda, como atividade educativa ao ar livre da 4ª Mostra ObservaCampos: Meu Corpo é Terra-território da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS).

2. Trilhas interpretativas como meio educativo

As trilhas interpretativas auxiliam na compreensão e conhecimento da natureza sob a essência da interpretação da realidade ambiental, construindo uma consciência ambiental coletiva (SANTOS *et al.*, 2011). Dessa forma, a natureza se firma como ferramenta facilitadora do aprendizado; concebe-se no processo educativo como estratégia para a proteção dos recursos naturais. Nesta perspectiva, as comunidades locais podem tornar-se parceiras na conservação e proteção da diversidade ambiental e histórico cultural da Unidade de Conservação (UC).

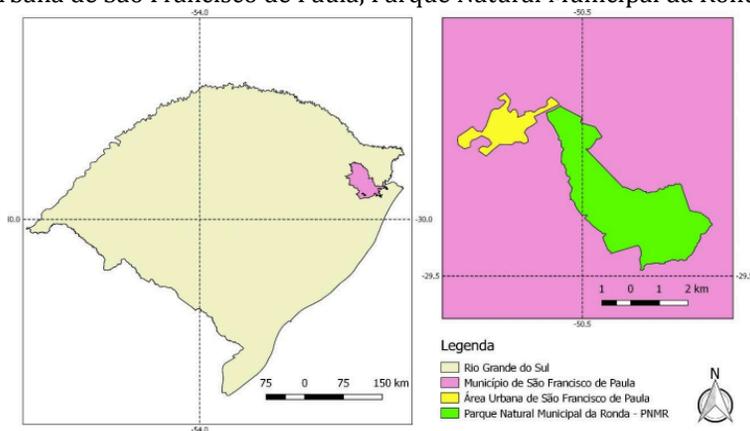
Uma trilha somente é considerada interpretativa quando os seus recursos são traduzidos para os visitantes com a utilização de folders, placas, painéis ou guias intérpretes especializados. Segundo Vasconcellos (2006), muitas vezes a interpretação é planejada em uma trilha já existente em uma

UC, podendo utilizar quatro métodos: (1) trilha guiada, no qual requer a presença de um intérprete treinado que acompanha os visitantes na caminhada, levando-os a questionar, observar, sentir, experimentar e adquirir novos conhecimentos; (2) trilha autoguiada com pontos de paradas identificados, onde o visitante, auxiliado por folders, placas ou painéis explora as informações em cada ponto, fazendo o percurso sem um guia; (3) trilha autoguiada com placas interpretativas, estas são colocadas em pontos estratégicos e de interesse contendo informações e (4) trilha autoguiada com folhetos interpretativos, o visitante recebe um folheto com informações detalhadas.

3. Localização e caracterização da área de estudo

O Parque Natural Municipal da Ronda (PNMR) é unidade de conservação de proteção integral (Figura 1), criado pela Lei Municipal nº 2.425 de 27 de março de 2007. Localizado próximo ao perímetro urbano do município de São Francisco de Paula-RS, na região dos Planaltos da Serra Geral e Campos Gerais, sob domínio do Bioma Mata Atlântica, e abrange uma área de 1.448 ha (PLANO DE MANEJO PARQUE NATURAL DA RONDA, 2012).

Figura 1. Estado do Rio Grande do Sul, Município de São Francisco de Paula, Área Urbana de São Francisco de Paula, Parque Natural Municipal da Ronda



Fonte: Fernandes M. (2020).

Segundo o Plano de Manejo do PNMR (2012), a área de estudo insere-se na região fitoecológica da Floresta Ombrófila Mista Montana, Floresta Estacional Semidecidual e abriga remanescentes da Estepe Gramínio-lenhosa, banhados, turfeiras e afloramentos rochosos.

Referente a biodiversidade do PNMR, foram registradas 19 espécies da mastofauna pertencentes a 11 famílias, 77 espécies de avifauna pertencentes a 34 famílias, 4 espécies de répteis pertencentes a 3 famílias e 25 espécies de anfíbiofauna pertencentes a 7 famílias (PLANO DE MANEJO PARQUE NATURAL DA RONDA, 2012). Quanto à diversidade de flora, em um levantamento florístico recente, foram registradas 206 espécies da flora pertencentes a 59 famílias (FERNANDES, 2020).

4. Metodologia

O desenvolvimento do trabalho se faz em dois momentos, o primeiro contempla a participação como visitante/ouvinte da visita guiada no PNMR, ofertada pela oficina “Caminhada no Parque Natural Municipal da Ronda” da 4ª Mostra ObservaCampos: Meu Corpo é Terra-território da UERGS. Na sequência da visita, a proposta foi relatar e descrever a experiência vivenciada durante a trilha interpretativa, explorando a percepção sobre a temática abordada: diversidade da flora ocorrente no parque.

5. Descrição da atividade

A trilha interpretativa guiada foi realizada no dia 17 de setembro de 2022, contou com a participação de 25 inscitos. A visita percorreu 2 km de

percurso, guiado pela bióloga, Prof^a. Dr^a. Francielle Paulina Araújo, do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sustentabilidade (PPGAS/UERGS).

A trilha iniciou na sede do parque até a Cascata da Rondinha, e seguiu até o Mirante da Solidão, com duração total de duas horas. O grupo era interdisciplinar, contendo profissionais formados de diversas áreas, estudantes de graduação, mestrandos e professores do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sustentabilidade da UERGS.

A linguagem utilizada pela intérprete foi de fácil compreensão, instigando os visitantes a contemplar as belezas cênicas do local. Além disso, a temática da trilha estava focada em conhecer a diversidade das espécies da flora nativa e exótica, além de trazer as informações sobre as interações com insetos e outros animais.

Logo no início da trilha da Cascata da Rondinha, próximo ao estacionamento, observamos de longe a espécie exótica invasora bastante agressiva *Ulex europaeus*, conhecida popularmente como tojo, arbusto de origem europeia. Antigamente, a espécie era avistada apenas nas rodovias, atualmente está presente em diversas UCs dos Campos de Cima da Serra (BUCKUP, 2010).

A *Drosera brevifolia*, espécie nativa, conhecida como orvalhinha (Figura 2), atraiu atenção de todos os visitantes por se tratar de uma espécie carnívora, de hábito herbáceo terrícola, preferindo ambientes com muita exposição solar e úmidos, estava em seu período de floração e encontramos nas áreas campestres do parque.

Figura 2. Orvalhinha (*Drosera brevifolia*) identificada na área circulada



Fonte: Autora (2023).

Descendo as escadarias de acesso à Cascata da Rondinha (Figura 3), a guia chamou a atenção para a sensação térmica ao entrar em áreas florestais, apresentando um ambiente com temperatura agradável. Entre as espécies florísticas avistadas nesta área podemos citar: *Sinningia douglasii*, *Dicksonia sellowiana* e *Aechmea recurvata*.

Figura 3. Cascata da Ronda



Fonte: Autora (2023).

No trajeto até o mirante, entre as espécies avistadas nos campos úmidos e banhados, podemos citar: *Eryngium horridum*, popularmente conhecido como gravatá e *Senecio bonariensis*, conhecida como margarida-do-banhado. Além disso, observamos dois indivíduos da espécie maçarico-preto (*Phimosus infuscatus*), ave típica de ambientes alagados (Figura 4).

Figura 4. Maçarico-preto (*Phimosus infuscatus*)



Fonte: Autora (2023).

Encerramos a visita guiada interpretativa no mirante da solidão com vista do vale e com ronco sincronizado de um grupo de bugio-ruivo (*Alouatta guariba clamitans*), primata ameaçado de extinção, essencial para dispersão de sementes de espécies arbóreas em fragmentos florestais de Mata Atlântica. Apesar da beleza cênica do vale, a área do mirante foi usada por vinte anos como depósito irregular de resíduos a céu aberto e a questão

socioambiental foi exposta para reflexão das ações antrópicas nos ambientes naturais.

Ao fim da atividade educativa, ficou perceptível as experiências e vivências que a trilha interpretativa guiada proporcionou para todos os participantes. Seja por meio de uma descoberta de uma espécie que não conhecia, ou sensibilizados e emocionados ao escutar a vocalização de um grupo de primatas. Apesar das trilhas interpretativas seguirem um roteiro, cada visita é única, pois, cada grupo é composto de pessoas diferentes, com olhares diferentes, e as surpresas que a própria natureza proporciona sempre será singular (clima, rastros e animais pelo percurso).

6. Considerações finais

As trilhas interpretativas são instrumentos importantes de educação ambiental em UCs, quando bem planejadas, contribuem para a percepção do visitante sobre o patrimônio natural, como também na valorização da biodiversidade e sensibilização das comunidades locais sobre os problemas socioambientais (COSTA & MELLO, 2005).

Desta forma, a trilha interpretativa guiada traz uma conexão extraordinária com os questionamentos expostos pelo guia intérprete da visita. Cria elos com as pessoas e resgata as experiências anteriores. Além do reconhecimento e pertencimento de cada participante com a natureza, pois, estimula a formar cidadãos reflexivos, criativos, capazes de se comprometerem com a conservação da natureza, e usufruí-la de forma sustentável.

Referências

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.** Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza – SNUC. Disponível em: [L6938](#). Acesso em 28 de março de 2023.

BUCKUP, G. B. (org.). **Biodiversidade dos campos de cima da serra.** Porto Alegre, RS: Libretos, 2010.

CARRIJO, B. R. **A relação sociedade-natureza na criação e manejo de unidades de conservação:** uma análise geográfica a partir do método GTP. Curitiba: Editora CRV, 2019.

COSTA, V. C.; MELLO, F. A. P. **Manejo e monitoramento de trilhas interpretativas: contribuição metodológica para a percepção do espaço ecoturístico em unidades de conservação.** Simpósio Nacional sobre Geografia, Percepção e Cognição do Meio Ambiente, Londrina 2005.

FERNANDES, M. **Florística de áreas florestais do Parque Natural Municipal da Ronda (PNMR), São Francisco de Paula, RS.** 2020, 74 f. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – Bacharelado em Gestão Ambiental. São Francisco de Paula , 2020.

PLANO DE MANEJO PARQUE NATURAL MUNICIPAL DA RONDA. São Francisco de Paula. AMBIENTAIS, Geoprospec Geologia e Projetos. 2012. 320 p. Disponível em: <https://sema.rs.gov.br/upload/arquivos/201703/30102648-planode-manejo-ronda.pdf>. Acesso em: 27 de março de 2023.

QUEIROZ, E. D.; VALLEJO, L. R. Uso público em unidades de conservação: entre o ideal e o real. **Revista Eletrônica Uso Público em Unidades de Conservação**, Niterói, v.5, n.9, p. 1-15.2017.

SALVIO, G. M. M. **Áreas protegidas e indicadores socioeconômicos: o desafio da conservação da natureza.** Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

SANTOS, M.C. *et al.* Trilhas interpretativas como instrumento de interpretação, sensibilização e educação ambiental na APAE de Erechim/RS.

Vivências: Revista eletrônica da URI, Erechim, vol.7, n.13: p.189-197, Out./2011.

SÃO FRANCISCO DE PAULA. **Lei nº 2425, de 27 de março de 2007.** Cria o Parque Natural Municipal da Ronda. Disponível em:<<https://leismunicipais.com.br/a/rs/s/sao-francisco-de-paula/lei-ordinaria/2007/243/2425/lei-ordinaria-n-2425-2007-cria-o-parque-natural-municipal-da-ronda?q=parque%20natural%20municipal%20da%20ronda>>.

Acesso em: 28 de março de 2023.

VASCONCELLOS, J. M. O. Educação e interpretação em unidades de conservação. **Cadernos de Conservação**, Curitiba, v.3, n.4, p. 1-86, dez. 2006.



PARTE II

ENCONTROS, FLUXOS
E GRUPOS DE
TRABALHO



“PRA” COMEÇO DE CONVERSA... O VENTRE DE GAIA

Raquel Dal Magro Domingues

“Montamos nós um censo [IBGE]. Um contra-censo.”

Fernanda Schinaider

Talvez a busca do GT 3 – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e Políticas Públicas seja mesmo essa: montar um contrassenso. Um contrassenso de quem “Observa Campos” e vê longe, mas também é capaz de sentir de perto e viver a realidade de todas e de cada uma das mulheres que fazem parte desse movimento.

Mulheres *com ciência* e consciência. *Com ciência* porque a educação formal em si não se basta; porque há saberes que prescindem da forma e passam de mãe para filha, que são atávicos e indestacáveis do ser feminino. Mulheres conscientes do feminino, da luta pelo espaço dentro de seu corpo, dentro de seu território, tudo mesclado e presente em um movimento biunívoco em que terra e corpo são a inteireza e a particularidade, o todo e o próprio. São tudo em si e também são a “anima” feminina que mora dentro de homens, esses que são filhos das mulheres e que reconhecem nelas uma parte de si e da própria terra da qual brotaram quando sementes possíveis de um amor.

“Te envio o link por e-mail? Chegou?”

Patrícia

A ideia de observar, a partir dos Campos de Cima da Serra a sustentabilidade como resultado da conjugação dos vieses sociais,

econômicos e ambientais reuniu olhares como o da Cacica Guarani Kerexu Takuá ensinando que o processo de cura coletiva também é um processo de luta que passa pela assunção do “locus”. A luta pela posse do corpo-terra-território exige posicionamento; exige oposição calcada também na cura do outro, quando ele sequer sabe que precisa ser curado. Afinal, quando a diversidade do outro causa estranheza (“... *mas era só o que faltava!*”), a assertividade da cura precisa ser didática: “*Se era só o que faltava, agora não falta mais*”.

“Tô em aula e lendo os comentários de vcs, fiquei “Loco” de vontade de ver... vou chegar em casa e assistir”

Márcio Neske

As palavras havidas e as conversas tidas permitiram que fossem expostas as formas de “R-existência”, das lutas dos corpos nos territórios frente às mudanças climáticas, frente ao *Plantationoceno*, período no qual emerge o relato do sofrimento e da expropriação do Corpo-Terra, desconsiderando a ancestralidade e o cordão umbilical que une a Vida em todas as suas formas à Terra-Ventre, plena na diversidade de seres e relações coabitantes do “Sistema-Terra”, conforme expôs a convidada Josiane Carine Wedig.

Nas reflexões conduzidas pela Luana da Rosa, viu-se que a mãe que defende o território e os filhos também carrega um pé de laranjeira dentro de si.

*“Vamos orar para a Nossa Senhora da Informática” Raquel.
“... e pra todas as entidades da tecnologia também”*

No debate acerca das formas de alimentar o Corpo-Terra emergiu a defesa inafastável da produção de alimentos saudáveis, abundantes e acessíveis, construídos em redes de muitas mãos, de muitas mães, como defenderam a Eliane Biondo e a Gabriela Coelho-de-Souza, em suas andanças entre campos e “*campus*”.

O Cuidado da Vida nos Territórios como existências e fluxos, que a despeito da impermanência e intermitência, seguem sem solução de continuidade, dentro do fluxo Terra-Vida. O eterno retorno da onda à praia, ainda que certo, demanda em si cuidados, porque não basta a continuidade da existência, exige-se a qualidade do viver, pois “quando eu ando, eu ando em direção a mim”, como disse a Aline Reis Calvo Hernandez.

Clara Natália Steigleder Walter abordou o cuidado com os usos dos espaços de circulação, da ocupação do território pelas pessoas como expressão e forma de existência mais ampla, na qual protagonizam seres políticos e sociais. “Acredito que buscamos o amor, porque somos – e aí palavras da Raquel – ‘seres incertos dentro de um sistema’”.

A Dayana Cristina Mezzonato, neta e bisneta de mulheres sem-terra, relatou a necessidade de reivindicar e lutar legitimamente pela reforma agrária como as 376 (trezentas e setenta e seis) famílias do Assentamento Filhos de Sepé – Viamão/RS. O relato foi feito a partir de um lugar de fala, pois a Dayane discorreu e falou também através de um espelho, que afinal, refletiu a história de mulheres sem-terra que dela própria fazem parte, pois esses corpos dessas mulheres, esses “*corpos-territórios não estão dispostos a negociarem suas existências no balcão da temporalidade moderna capitalista*”.

Terra-e-corpo. Corpo-e-Terra. Terra-e-corpo-e-território sempre em paralaxe; sempre em um eterno verter e voltar de seres e estares independentes e interligados; corpos únicos (estelares e moleculares) unidos quanticamente em sua diversidade, em laços ancestrais desde a primeira molécula porque sempre serão todos energia plural em sua singularidade; energia retornável, que alimenta a Terra e da Terra se alimenta, cuja relação precisa ser curada. O todo é um. O um, é o todo. Sempre.

E, nesse espelho dos tempos de hoje, talvez possa estar refletida a narrativa da mitologia grega que explica o surgimento da Terra. Para os helênicos, da união entre o Mar Cósmico e a Luz, nasceu Gaia, a Terra Mãe. Em sua infinita potência vital, Gaia gerou espontaneamente Urano (o Céu), que passou a cobri-la por completo, fecundando-a incessantemente de inúmeros filhos, para encerrá-los em seu ventre, fazendo-a padecer de dores atrozes sem poder parir. E dentre seus filhos, Cronos (Tempo), decidiu pôr fim à tirania de Urano e traçou um plano para separar o Céu e a Terra.

A história de Gaia não termina aqui. Porém, é justamente aqui que ela cede espaço e se faz paradigma deste momento, em que o eco das dores de Gaia se faz ouvir. E mesmo que a humanidade seja como Janus (o deus de duas faces), e trave dentro de si mesmas uma luta igual àquela de Cronos e Urano, Gaia já não pode esperar. Qual Cronos, urge o tempo de fazer cessar a tirania sobre o corpo-território da Terra-Mãe. Urge fazer livre o ventre de Gaia e nele, todos os outros ventres mais.

MOVIMENTOS SOCIAIS, LUTAS, CONFLITOS E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Eduarda Garcia Ferreira
Márcio Zamboni Neske

Resumo: O GT 1 “Movimentos sociais, lutas, conflitos e participação política” teve como objetivo explorar perspectivas investigativas e de co-construção de conhecimentos com comunidades, territórios, atores sociopolíticos, a fim de compartilhar saberes situados que permitissem compreender as transformações e disputas territoriais. Os trabalhos selecionados para compor o GT, no seu conjunto, tanto na forma escrita quanto nas apresentações orais, produziram reflexões de naturezas teóricas, metodológicas e epistemológicas plurais. Foram selecionados 15 trabalhos para discussão, oriundos de 11 Instituições de Ensino Superior (IES) de diferentes regiões brasileiras. Os trabalhos do GT traduzem experiências empíricas localizadas e carregadas de aprendizagens, mas não isoladas entre si, pois fazem parte de um movimento político-epistêmico transformador e ampliado na América Latina que tem questionado a ontologia moderna universalista e reivindicado uma transição para um pluriverso. Nesta jornada, o giro por uma mudança de perspectiva sobre o papel e lugar do sul global na produção intelectual e do conhecimento assume relevância, e os trabalhos do GT deixam grandemente suas contribuições aqui nesta publicação.

Palavras-chave: Conflitos territoriais; Feminismo; Sociopolítica; Territorialidades.

Abstract: The GT 1 “Social movements, struggles, conflicts and political participation” aimed to explore investigative perspectives and the co-construction of knowledge with communities, territories, socio-political actors, in order to share situated knowledge that would allow understanding territorial transformations and disputes. The works selected to compose the GT, as a whole, both in written form and in oral presentations, produced reflections of plural theoretical, methodological and epistemological natures. Fifteen papers were selected for discussion, coming from 11 Higher Education Institutions (IES) from different Brazilian regions. The work of the GT translates localized empirical experiences loaded with learning, but not

isolated from each other, as they are part of a transformative and expanded political-epistemic movement in Latin America that has questioned the modern universalist ontology and claimed a transition to a pluriverse. In this journey, the turn towards a change of perspective on the role and place of the global south in intellectual and knowledge production assumes relevance, and the works of the GT make their contributions here in this publication.

Keywords: Territorial conflicts; Feminism; Sociopolitics; Territorialities.

1. Introdução

O Grupo de Trabalho (GT) 1 “Movimentos sociais, lutas, conflitos e participação política” teve como objetivo explorar perspectivas investigativas e de co-construção de conhecimentos com comunidades, territórios, atores sociopolíticos, a fim de compartilhar saberes situados que permitissem compreender as transformações e disputas territoriais impulsionadas pelo confronto permanente entre processos sociais, ecológicos, políticos e as dinâmicas econômicas que buscam apropriar-se da natureza para explorá-la, industrializá-la e comercializá-la. Igualmente, o GT procurou discutir, a partir das condições atuais da América Latina, as novas configurações que envolvem relações de poder e o Estado moderno, realçando as lutas dos sujeitos sociopolíticos que mobilizam saberes locais, memórias e resistências direcionadas a construir alternativas e interesses comuns com o objetivo de superar o padrão de poder opressor moderno-colonial. Em última análise, intercambiando experiências e vivências, buscando construir outras formas de entender o mundo, gerar processos inovadores de pesquisa que afirmem e potencializem o diálogo de saberes, a fim de construir novos imaginários da vida que projetam a ação social para viver em/no pluriverso (um mundo onde caibam muitos mundos).

Os trabalhos selecionados para compor o GT, no seu conjunto, tanto na forma escrita quanto nas apresentações orais, produziram reflexões de

naturezas teóricas, metodológicas, epistemológicas plurais. O(a) leitor(a) terá a impressão evidente de que os trabalhos atravessam barreiras disciplinares e estão situados desde distintos lócus de enunciação que seguem tendências político-epistêmicas des-ocidentalizadora. A *ubicación epistémica* (lugar epistêmico) (GROSGUÉL, 2006), ao estar localizada em determinado território, não está desvinculada de uma geopolítica do conhecimento e de formas específicas de produção do saber (MIGNOLO, 2003). Os trabalhos do GT traduzem experiências empíricas localizadas e carregadas de aprendizagens, mas não isoladas entre si, pois fazem parte de um movimento político-epistêmico transformador e ampliado na América Latina que tem questionado a ontologia moderna universalista e reivindicado uma transição para um pluriverso. Nesta jornada, o giro por uma mudança de perspectiva sobre o papel e lugar do sul global na produção intelectual e do conhecimento assume relevância, e os trabalhos do GT deixam grandemente suas contribuições aqui nesta publicação.

Foram selecionados 15 trabalhos para discussão, oriundos de 11 Instituições de Ensino Superior (IES) de diferentes regiões brasileiras. Os(as) pesquisadores(as) fazem parte de cursos de pós-graduação na área de Antropologia, Educação do Campo, Sociedade e Ambiente, História, Saúde Coletiva, Desenvolvimento Regional, Arqueologia, Geografia e Agroecologia. Ao total, a seguir, é apresentada uma síntese dos trabalhos.

2. Temáticas e produções apresentadas

Os trabalhos selecionados e reunidos no GT 1 “Movimentos sociais, lutas, conflitos e participação política” versam sobre as seguintes temáticas: educação, projetos de desenvolvimento e conflitos territoriais, feminismo e

cosmopolítica, sociopolítica e territorialidades, corpo-território, etnodesenvolvimento.

Yolanda Oliveira de Jesus, pós-graduanda em Educação do Campo na Universidade do Estado da Bahia, apresentou o trabalho “A Educação do Campo em tempos de pandemia: um olhar das responsáveis familiares”. A autora buscou refletir sobre os reflexos do ensino remoto para os representantes familiares de uma instituição escolar situada no campo do município de Paratinga-BA. Através da pesquisa de campo e entrevistas com duas representantes familiares, Yolanda constatou que o ensino remoto se mostra ineficiente, posto que no município estudado foram adotadas apenas atividades pedagógicas assíncronas. Ademais, apurou que nesse processo se dá a responsabilização das mulheres no cuidado com a crianças, refletindo também na mediação das atividades propostas pela escola. Nesse cenário, as mulheres entrevistadas sentem-se excluídas do processo de reorganização das aulas, ao passo em que buscam várias formas de ensinar as crianças.

O impacto da falta de estrada na vida da comunidade de Ponta da Barra, ocupada por pescadores(as), no município de Pelotas/RS foi analisado por Marciano Sanca (Mestrando em Antropologia na Universidade de Pelotas). Por meio de revisão bibliográfica, com abordagem etnográfica, sob realização de pesquisa de campo, o autor verificou que a secretaria de ambientação do município visa criar uma unidade de conservação ambiental na comunidade, inviabilizando a construção da estrada que poderia acarretar o adensamento populacional. Ademais, a inexistência de transporte público da comunidade condiciona a caminhada de crianças e adultos por quilômetros para a transportes públicos e/ou escolares. Em 2015, a comunidade ficou mais de 30 dias isolada e sem energia elétrica. Sanca destaca que a construção da estrada é de extrema importância para a

permanência e a manutenção do lugar através de modo de vida desenvolvido pela comunidade pesqueira.

Alice Batista Guimarães (Universidade Federal de Sergipe) apresentou “A terra em que se habita: a cultura Nambiquara e os conflitos territoriais”. Os Nambiquara, são um povo pertencente à família linguística homônima e originalmente localizados nos ecossistemas da Serra do Norte, Chapada dos Parecis e Vale do Guaporé. A reserva que Nambiquara foi criada através do decreto no 63.368 de 8 de outubro de 1968, na Chapada dos Parecis. O território nambiquara e o modo de vida desse povo sofre ameaças desde a invasão colonial. A política indigenista da ditadura militar, baseada na Doutrina de Segurança Nacional e, atualmente, teses jurídicas tais quais o Marco Temporal demonstram que a violência contra os povos indígenas, inclusive os Nambiquara, ainda estão na ordem do dia. Guimarães destaca que medidas como esta salientam a proeminência dos grandes proprietários e de um regime capitalista agressivo.

Simone Alves de Almeida (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), Josiane Carine Wedig (Universidade Tecnológica Federal do Paraná) e Mary Hellen de Itoz Debastiani (Universidade Tecnológica Federal do Paraná) são as autoras de “Terra, Mulheres e Cosmopolíticas: reativar, retomar e resistir ante ao antropoceno”. Elas defendem que a colonialidade e a modernidade atingiram a relação entre as mulheres, a terra e a magia através da caça às bruxas, da escravização dos povos africanos e do genocídio dos povos indígenas. O mundo da mercadoria nos trouxe ao antropoceno e as mudanças climáticas evidenciam tragicamente as consequências, à medida que cada um dos limites planetários é ultrapassado. Para pensar sobre as resistências ao antropoceno, convocam a aprender e lutar com mulheres camponesas, quilombolas e indígenas, bem como, pensar sobre essa temática

juntamente com autoras como Marisé Conde, Silvia Federici, Anna Tsing, Conceição Evaristo, Donna Haraway, Isabelle Stengers, Vandana Shiva, Geni Núñez.

Em “Por uma Bioarqueologia Decolonial: reflexões acerca do povo Kapinawá e os remanescentes ósseos humanos”, Juliane Carla Guedes Lima da Silva e Sérgio Francisco Serafim Monteiro da Silva, ambos da Universidade Federal de Pernambuco, colocam em evidência que, com décadas de pesquisas sobre as comunidades pretéritas, os pesquisadores acabaram convergindo à atenção somente aos fragmentos que estão nos sedimentos, deixando de lado povos viventes hoje, dependentes da atenção das instituições de pesquisa para conseguirem visibilidade nas suas pautas. Vozes silenciadas, ou abafadas por uma interpretação considerada soberana. A pesquisa desenvolvida por eles, com dois representantes do povo indígena Kapinawá, e questionário eletrônico com profissionais de Arqueologia tem por objetivo dar voz não só aos pesquisadores que precisam dos remanescentes ósseos humanos para o desenvolvimento de pesquisas, mas também às populações indígenas, que tiveram contato com escavações arqueológicas em sítios com presença de remanescentes humanos.

Tainá Holanda Caldeira Baptista (USP e FGVces) e Kena Azevedo Chaves (UNESP e FGVces) abordam em “Mulheres indígenas, monitoramento territorial independente e conhecimentos tradicionais: encontros pragmáticos como potência política” a pesquisa conduzida com organizações e lideranças mulheres que integram a Rede de Monitoramento Territorial Independente, onde espera-se debater o potencial da participação de mulheres indígenas nas ações de monitoramento dos territórios, cuja implicação decorre de violências espelhadas sobre seus corpos e territórios. Além disso, propõem a reflexão sobre o encontro possível entre diferentes

regimes de conhecimento para a produção de contrainformação como ferramenta de defesa territorial e de direitos. As iniciativas de monitoramento baseiam-se no encontro entre regimes de conhecimentos tradicionais e científicos, a partir de saberes e práticas comunitárias, articuladas ao emprego de metodologias elaboradas em parceria com instituições de pesquisa e uso de tecnologias, como GPS e drones, para a produção de dados.

A discussão sobre violência obstétrica, presente nos processos de gestação, parto e puerpério (pós-parto) é levantada em “A violência obstétrica como continuidade da dominação colonial sobre as mulheres” sob a autoria de Josiane Carine Wedig (UTFPR), Mary Hellen de Itoz Debastiani (UTFPR) e Marlize Rubin Oliveira (UTFPR). A violência obstétrica atinge principalmente mulheres negras e indígenas, essas são expropriadas do seu corpo-espaco, de suas vozes e saberes. São submetidas a procedimentos desnecessários e obsoletos, além de estarem mais suscetíveis a acompanhamentos de pré-natal inadequados e terem menores garantias de acessarem direitos básicos garantidos por lei, como a presença de acompanhante durante todo o parto, tornando-as vulneráveis a diversas formas de violências. As autoras pontuam que são necessárias ações direcionadas para a transformação do sistema de atenção à saúde de mulheres e crianças, de hospitais, profissionais, maternidades, casas de parto, clínicas, instituições de ensino, política, cultura, entre outras.

Em um relato de experiência intitulado “Vivenciando conflitos socioambientais no bairro Jabotiana, Aracaju-SE, Brasil” Ariel Dantas Nunes (Universidade Federal de Sergipe) avalia as consequências socioambientais e alerta sobre a ocorrência de fragilidades ambientais que o bairro Jabotiana vem passando pela falta de planejamento urbano. Nunes é integrante do

movimento Lagoa Doce que buscou defender a região contra um aterramento e alertar sobre áreas de risco com enchentes provocadas por um poder público que promove o racismo ambiental. A autora relata que o descumprimento da legislação ambiental, permitindo a autorização de licenciamentos para desmatamentos de áreas verdes, aterramentos de afluentes, impulsionando o assoreamento com o crescimento da urbanização e impermeabilização do solo. Frente à falta de participação dos moradores nas questões relacionadas ao bairro é fundamental a ampliação do debate das pautas socioambientais a fim de promover a sensibilização com a natureza e concepção de pertencimento.

Demétrio Ribeiro de Andrade Neto (UERGS) e Aline Reis Calvo Hernandez (UFRGS) compartilham a autoria de “Políticas marginais e naturezas comunais: mulheres e interseccionalidades sobre o território-ambiente”. O estudo, vinculado ao grupo ObservaCampos, se propõe realizar uma pesquisa qualitativa etnográfica, na análise de narrativas de mulheres representantes dos grupos: Unidade de Conservação, Comunidade Quilombola, Movimento Sem-Terra, Povos Originários e Colônia de descendentes europeus da região da Serra Gaúcha (campesinas), mapeando pontos de interseccionalidades e encruzilhadas nos discursos das mesmas acerca do território-ambiente, na busca de "Naturezas Comunais". E dar escuta às suas percepções, sobre o arquétipo da mulher e a importância do seu lugar de fala em um gradiente social que historicamente desvalida seu papel político. Elencando como metodologia o modelo analítico da Memória Política, este gesto metodológico que objetiva reunir as memórias narradas das políticas marginais de mulheres distintas, em um “relicário do litígio de significados”.

Luís Carlos Borges dos Santos (UERGS), Patricia Binkowski (UERGS), Aline Reis Calvo Hernandez (UFRGS) apresentam, em “Meu lugar, meu chão: A Incorporação do território na Vila Jardim, São Francisco de Paula, RS”, Magreane da Silva Hoffmann, 28 anos. Magreane faz parte de um território em movimento, lugar que apresentam como a Vila Jardim. Como metodologia desenvolveram a proposta do “gesto metodológico”, modelo analítico que liga o sujeito da memória ao contexto de experiências. As relações que Magreane vai estabelecendo com a comunidade surgem das relações que seu pai constituiu na Vila Jardim, uma relação afetiva, psicopolítica e identitária em relação a si mesma, à sua família e aos moradores. A atuação de Magreane nas reuniões da comunidade e junto às instâncias de representação da Vila Jardim, a coloca como protagonista ativa em três cenários: em seu próprio processo de subjetivação, na família e na comunidade.

Através de “Corpo e território de Gêlda: intoxicação por agrotóxicos e impactos causados na qualidade de vida de uma agricultura paraibana”, Marina Augusta Tauil Bernardo (UERGS), Gêlda Maria dos Santos Moura (UEPB) e Marcio Zamboni Neske (UERGS) relatam a experiência decorrente da luta de Gêlda, 36 anos, agricultora paraibana diagnosticada com enfermidade no sistema nervoso central e doença autoimune por intoxicação recorrente por agrotóxicos, e que hoje combate sequelas deixadas pelo câncer. O trabalho também abrange seu quintal produtivo, pois ao mesmo tempo que ela luta contra a doença, junto com sua companheira converteu uma área improdutiva em um quintal produtivo fértil e agroecológico. As autoras e o autor ressaltam que contar a história de Gêlda é relatar a história também de muitas outras “Gêldas”, agricultoras que sofreram e/ou sofrem pela intoxicação por agrotóxicos, mas que não tiveram e/ou não têm a oportunidade de terem suas lutas relatadas.

Rafael Ademir Oliveira De Andrade (Centro Universitário São Lucas) e Ana Mel Pinheiro dos Santos (Centro Universitário São Lucas) debatem a forma pelo qual o etnodesenvolvimento é aplicado pelo povo Suruí a partir da plantação e venda de café. No resumo intitulado “O Café Suruí: Etnodesenvolvimento, Direitos e preservação cultural em Rondônia” pontuam que os Suruí estão se reorganizando etnicamente e vários projetos atuam no sentido de garantir a sustentabilidade econômica e ambiental, a exemplo do Projeto de Crédito de Carbono e a produção do Café Oficial, que se apresenta como forma de promover uma produção rentável e sustentável para a comunidade indígena. Para o autor e a autora, o povo Suruí tornou-se modelo a seguir, demonstrando que através do cultivo que visa a preservação é possível desenvolver economicamente, respeitando os interesses do que é bem viver para tal população e suas relações com a terra, território e a floresta.

“Coletivo de mulheres, biblioteca comunitária: por um lugar de direitos e acolhimento” é o trabalho de autoria de Roberta S. Cornelly e Sandra Monteiro Lemos, onde é apresentado o recorte de uma pesquisa mais ampla que analisa as manifestações culturais desenvolvidas por mulheres em espaço público municipal. O estudo centra-se nas expectativas nutridas na organização para a reabertura da biblioteca comunitária dentro da comunidade Boa Saúde, cidade de Novo Hamburgo-RS. Os relatos registrados no diário de campo, levam ao entendimento de que o caminho e as incertezas experienciadas, durante a construção coletiva sobre a representatividade desse tipo de biblioteca não apenas potencializaram momentos de aprendizagem, mas permitiram o fortalecimento de práticas sociais que valorizam o protagonismo de cada indivíduo de acordo com sua criatividade, senso crítico e subjetividades, entrelaçando ética, cidadania e saberes

diversos. Conforme o grupo analisado, o trabalho com as pessoas da comunidade é tão desafiador quanto gratificante.

Renata Aguzzolli Proença (UERGS) e Aline Reis Calvo Hernandez (UFRGS) discutem a “Negociação de conflito em unidade de conservação: proposta de regularização fundiária no Parque Natural Municipal de Ronda, São Francisco de Paula-RS”. O PNMR foi criado em 1996 e possui, atualmente, área de 1.448 hectares, com inúmeras propriedades privadas em seu interior. Enquanto não realizadas as devidas desapropriações, o uso público a que se destina resta obstruído. Para as autoras, se faz necessário buscar a integração da sociedade civil e o ente público para execução de ações simples como instalação de placas de identificação dos limites do Parque, incentivo ao desenvolvimento de atividades compatíveis com a Unidade de Conservação e de Educação Ambiental, até mecanismos mais complexos, como a execução de projetos para captação de recursos, como aqueles arrecadados de multas, condenações judiciais, autorizações de licenciamento ou compensação ambiental, ou mesmo permuta de áreas para a realocação de famílias, dentre outros.

Em “Participação Sociopolítica no Conselho Municipal de Meio Ambiente de Canela”, Maristela da Rosa (UERGS) e Patricia Binkowski (UERGS) debatem resultados obtidos por meio de pesquisa bibliográfica e documental, com base em leis, decretos, portarias, atas de reuniões, resoluções e pareceres do Conselho. A pesquisa foi realizada levando-se em consideração o período de 2013 a 2017, possibilitando analisar diferentes composições do Conselho. Aferiram a falta de: paridade entre os representantes em duas das três gestões analisadas; de regimento interno; de definição e regulamentação referente às eleições da junta do Fundo Municipal de Meio Ambiente; de definição e regulamentação da tramitação

para aprovação de projetos com uso de recursos do fundo; e de definição e regulamentação da tramitação para as deliberações da Câmara Técnica. Notaram a necessidade de capacitação dos conselheiros, visando qualificá-los, possibilitando-lhes maior equilíbrio nas performances de atuação.

Referências

GROSFUGUEL, Ramón. **La descolonización de la economía y los estudios postcoloniales**: Transmodernidad, pensamiento fronterizo y colonialidad global. Tabula Rasa, n. 4, p. 17-48, 2006.

MIGNOLO, Walter D. **Histórias locais/Projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2020.

AGROECOLOGIA, BIODIVERSIDADE E SISTEMAS AGROALIMENTARES

Adriana Carla Dias Trevisan
Letícia Mairesse

Resumo: O grupo de trabalho Agroecologia, Biodiversidade e Sistemas Agroalimentares teve por objetivo apresentar experiências e trazer reflexões acadêmicas de sujeitos e organizações sociais na perspectiva da temática do evento, ou seja, o corpo-terra como forma de cuidar e ocupar o território. Os trabalhos foram ligados as experiências da vida campesina e a práticas de povos e comunidades tradicionais, com um olhar especial ao protagonismo feminino. Este grupo de trabalho recebeu 31 trabalhos para avaliação e, após análise, 17 resumos foram selecionados para apresentação oral. Uma síntese dos trabalhos apresentados é descrita neste documento a qual foi dividida em três grandes grupos, a saber: Saberes e Fazeres, Agroecossistemas e Sistemas Agroalimentares. As experiências acadêmicas apresentadas neste documento refletem a importância da Agroecologia como eixo estruturante à construção de territórios humanos imbuídos desse conceito terra-território.

Palavras-chave: Agroecossistemas, Saberes e Fazeres, Povos e Comunidades Tradicionais, Biodiversidade.

Abstract: The Agroecology, Biodiversity and Agrifood Systems working group aimed to present experiences and bring academic reflections from subjects and social organizations from the perspective of the event's theme, that is, the earth-body as a way of caring for and occupying the territory. The works were linked to the experiences of peasant life and the practices of traditional peoples and communities, with a special focus on female protagonism. This working group received 31 works for evaluation and, after analysis, 17 abstracts were selected for oral presentation. A synthesis of the work presented is described in this document, which was divided into three large groups, namely: Knowledge and Doing, Agroecosystems and Agrifood Systems. The academic experiences presented in this document reflect the importance of Agroecology as a structuring axis for the construction of human territories imbued with this land-territory concept.

Keywords: Agroecosystems, Knowledge and Practices, Traditional Peoples and Communities, Biodiversity.

1. Introdução

O grupo de trabalho intitulado “Agroecologia, biodiversidade e sistemas agroalimentares” (GT-2) teve por objetivo apresentar experiências de sujeitos e organizações ligadas à vida campesina e a práticas de povos e comunidades tradicionais bem como a trazer reflexões acadêmicas, com um olhar especial ao protagonismo feminino. O GT-2 procurou analisar e refletir sobre as relações existentes entre as biodiversidades no contexto da Agroecologia e suas dinâmicas em Sistemas Agroalimentares. Neste escopo, destaca-se que a gênese da Agroecologia está alicerçada na espiral ciência, movimento e prática a qual busca fortalecer os saberes e fazeres endógenos. Assim, entende-se que a paisagem é constituída de expressões de conflito que pressionam as biodiversidades em ecossistemas e agroecossistemas gerando dinâmicas de sustentabilidades e, principalmente, de insustentabilidades.

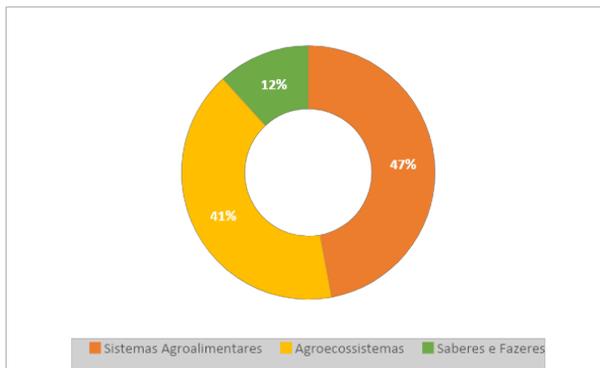
Na perspectiva apresentada acima, a Agroecologia demanda modos inovadores de investigação e extensão centrados no papel da biodiversidade à produção de alimentos saudáveis, bem como suas estratégias de acesso a partir de circuitos de proximidade. Foi com este olhar que o GT-2 avaliou e percebeu os documentos escritos e as apresentações orais selecionadas, os quais contemplaram as biodiversidades na paisagem com ênfase a consolidação da Agroecologia no território sul global.

Assim, durante a 4^a Mostra ObservaCampos, o GT-2 avaliou os resumos submetidos provenientes de estudantes em nível de graduação e pós-graduação, acerca da temática Agroecologia, Biodiversidade e Sistemas Agroalimentares. Posteriormente, os pareceristas fizeram a avaliação em pares e às cegas com base nos critérios: 1) pertinência à temática, 2)

qualidade textual do resumo, e 3) participação feminina. Dentre os resumos avaliados, 17 trabalhos foram selecionados para apresentação oral por meio da plataforma *Google Meet* no dia 15 de setembro. Além dos trabalhos orais, houve mais 14 resumos que, apesar de não terem sido selecionados para apresentação oral, foram qualificados a comporem os anais do evento.

Assim, conforme consta na Figura 1 abaixo, os 17 trabalhos selecionados do GT-2 apresentados neste documento, foram divididos em três grandes temas: 1) Sistemas Agroalimentares; 2) Agroecossistemas e 3) Saberes e fazeres. Foram oito trabalhos sobre o tema 1, sete no tema 2 e dois resumos selecionados no tema 3.

Figura 1: Síntese temática dos trabalhos apresentados em formato oral no grupo de trabalho Agroecologia, Biodiversidade e Sistemas Agroalimentares.



No que concerne aos conteúdos apresentados destaca-se abaixo uma breve sinopse temática.

1. **Sistemas Agroalimentares:** Envolvem ações de produção e comercialização de alimentos pelos princípios da Agroecologia, em sistema de produção orgânico ou em transição agroecológica, mostrando o trabalho de povos e comunidades tradicionais, bem como

da agricultura familiar e o protagonismo das mulheres em seus territórios que envolvem o acesso a políticas públicas de abastecimento alimentar, feiras, agroindustrialização, mercados locais.

2. **Agroecossistemas:** apresentam ações de extensão universitária nos territórios (como forma de levar tecnologia social), a partir de reflexões acadêmicas de sujeitos e organizações sociais, fomentando e divulgando produtos da sociobiodiversidade tais como flores alimentícias, polpa de açaí-juçara, plantas medicinais, espécies nativas negligenciadas e cultivo em hortas em ambientes escolares interagindo nesses espaços.

3. **Saberes e Fazeres:** apresenta experiências da vida campesina e divulga o trabalho das comunidades na produção para autoconsumo por povos tradicionais como quilombolas e indígenas, que realizam os cultivos e preparam os alimentos e receitas de acordo com a tradição, seus modos de vida, dos saberes e fazeres endógenos e promovem a geração de renda para essas famílias, em especial para as mulheres que se destacam por seu protagonismo e se preocupam com a obtenção e distribuição de produtos agroalimentares com qualidade e em quantidade.

No quadro 1 abaixo, pode ser visualizado os títulos e autores dos trabalhos apresentados.

Quadro 1. Títulos e autores dos trabalhos apresentados no grupo de trabalho Agroecologia, Biodiversidade e Sistemas Agroalimentares

Título do Trabalho	Autores
SISTEMAS AGROALIMENTARES	
REDE DE COMERCIALIZAÇÃO SOLIDÁRIA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A REDE XIQUE-XIQUE DE COMERCIALIZAÇÃO SOLIDÁRIA EM MOSSORÓ- RN	Nívia Mathilde Rebouças dos Santos; Maria Dayanne Vieira
FEIRA REGIONAL DA AGROECOLOGIA E PRODUTOS ORGÂNICOS DE SAPIRANGA: Percepções entre produção e consumo e articulações com o PNAE	Greice Corrêa Weide; Claudio Becker; Adriana Carla Dias Trevisan
A FEIRA DE AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA: A IMPLEMENTAÇÃO DO “TICKET FEIRA” COMO ESTRATÉGIA DE COMERCIALIZAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS MERCADOS LOCAIS	Jeferson Henrique dos Reis Lopes; Jessica Miranda Winter; Marco Paulo Andrade; João Paulo Louzada Vieira
QUINTAIS AGROECOLÓGICOS: IMPACTOS DA COVID-19 NA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO AGROECOLÓGICA EM BOM JESUS-PI	Eduardo J. Santana; Millena A. da M. Dias; Maria R. B. Falcão; Pollyana O. da Silva
AÇÕES DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E A PROMOÇÃO DE SISTEMAS AGROALIMENTARES SUSTENTÁVEIS	Zenicléia Angelita Deggerone; Katlen Crhistian Tribuzy Bandeira; Eduarda Ramos Moretto
DISTRIBUIÇÃO E ACESSO AOS ALIMENTOS: UM ESTUDO ACERCA DAS CARACTERÍSTICAS DO AMBIENTE	Zenicléia Angelita Deggerone; Fabiane Wiederkehr; Cibele Lúcia Bombardelli

ALIMENTAR EM ERECHIM, RIO GRANDE DO SUL, BRASIL	
CARACTERÍSTICAS PRODUTIVAS E COMERCIAIS DOS AGRICULTORES FAMILIARES EM ARATIBA/RS	Xandriéli Maria Sbruzzi; Marcia Regina M. H. Porsch; Zenicléia Angelita Deggerone
ESTUDO DE CASO EM UMA AGROINDÚSTRIA DE CANA-DE-AÇÚCAR NO MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL - RS	Flávio Fagundes Guimarães; Eléia Righi; Flávia Muradas Bulhões; Luidi Eric Guimarães Antunes
AGROECOSSISTEMAS	
AGROECOLOGIA E MANEJO DE HORTAS ESCOLARES	Alessandra Russi; Danni Maisa da Silva
CARACTERIZAÇÃO DE COMPOSTOS BIOATIVOS DE FLORES ALIMENTÍCIAS NATIVAS NO VALE DO TAQUARI – ESPÉCIES DA BIODIVERSIDADE ALIMENTAR REGIONAL	Higor Alfredo Bagatini Valer; Elaine Biondo; Gabriela Dierstmann de Azevedo; Voltaire Sant’Anna; Lilian Córdova Alves
CAPACITAÇÃO EM SISTEMAS AGROFLORESTAIS AGROECOLÓGICOS COM FOCO NOS PRODUTOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE	Arthur C. Venturella; Liriane A. Petry; Ricardo S. P. Mello; Gabriela Coelho-de-Souza
CONSERVAÇÃO PELO USO E QUALIDADE NUTRICIONAL DE POLPAS DE AÇAÍ-JUÇARA (<i>Euterpe edulis</i> Mart.) NO VALE DO TAQUARI, RS	Gabriele Danieli; Luane Vivan de Oliveira Miranda; Josué Schneider Martins; Ivan Iuri Bonjorno; Elaine Biondo

TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA NO ESTABELECIMENTO LOS HOGUERONES	Camila Gomes; Liliane F. da Silva; Tauana I. S. dos Santos; Adriana C. D. Trevisan
USO DE PLANTAS MEDICINAIS POR POPULAÇÕES URBANAS: REVISÃO DE LITERATURA	Valéria De Bortoli; Tainá Herta Soares; Adenilze da Fré; Neusa Andreolla
ESTAQUIA DE PLANTAS NATIVAS: CONSERVAÇÃO PELO USO DE ESPÉCIES NEGLIGENCIADAS	Lucas Guilherme Pérez Elguy; Letícia Rodrigues Turchiello; Adriana Carla Dias Trevisan
SABERES E FAZERES	
MULHERES INDÍGENAS TREMEMBÉ DA BARRA DO MUNDAÚ E A PRESERVAÇÃO DA AGRO-SÓCIO-BIODIVERSIDADE TERRITORIAL	Lauriane Castro do Nascimento
NO FAZER DAS ROÇAS: CONFLITOS E ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO DO MODO DE VIDA DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO VALE DO RIBEIRA (SP).	Tainá Holanda Caldeira Baptista

Fonte: Elaborado pelas autoras (2023).

A seguir é apresentada uma síntese textual dos trabalhos conforme versam seus autores ao trazer suas técnicas, experiências e vivências.

2. Tema: sistemas agroalimentares

O primeiro trabalho “Rede de comercialização solidária: um estudo de caso sobre a rede xique-xique de comercialização solidária em Mossoró-RN” apresentado por Nívia Mathilde Rebouças dos Santos graduanda de

Serviço Social da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) debateu sobre a Rede Xique-Xique de comercialização solidária na cidade de Mossoró, Rio Grande do Norte. Esta é uma Rede de Comercialização Solidária que surgiu por meio de iniciativa coletiva em parceria com organizações da sociedade civil, com foco na autonomia e melhoria da qualidade de vida dos (as) trabalhadores (as) da referida cidade. É uma estratégia que tem como missão a obtenção e distribuição de produtos agroecológicos, o protagonismo feminino, a economia solidária, por meio de um comércio justo e com certificação participativa. O segundo trabalho neste tema foi “Feira regional da agroecologia e produtos orgânicos de Sapiranga: percepções entre produção e consumo e articulações com o PNAE” apresentado por Greice Corrêa Weide, mestranda em Ambiente e Sustentabilidade (PPGAS/UERGS). Ela discorreu sobre como os circuitos curtos de produção nas feiras agroecológicas são capazes de ofertar alimentos frescos e de qualidade para a comunidade local. Foi um relato de experiência da Feira Regional da Agroecologia e Produtos Orgânicos de Sapiranga/RS. Destacou que a referida feira se iniciou de modo informal há cerca de dez anos, sem certificação, a partir de acordos de confiança entre os envolvidos. Após fortalecimento desses laços houve a busca por organização e profissionalização por parte dos agricultores, o que culminou na formação da Organização de Controle Social (OCS) ECO Ferrabraz para certificação dos produtores orgânicos da região. Destacou que hoje a Feira Regional da Agroecologia e Produtos Orgânicos de Sapiranga está consolidada, com atividade semanal atraindo consumidores locais e de cidades vizinhas em busca de produtos orgânicos e que há benefícios do consumo de alimentos orgânicos para a saúde e que há a necessidade de oferta desses alimentos na merenda escolar via PNAE. O terceiro trabalho “A Feira de Agricultura Familiar e Economia Solidária: a

implementação do “*Ticket Feira*” como estratégia de comercialização e valorização dos mercados locais” apresentado por Jeferson Henrique dos Reis Lopes, graduando em Cooperativismo na Universidade Federal de Viçosa apresentou sobre os circuitos curtos de comercialização como forma de distribuição de alimentos de maneira sustentável e alternativa. Destacou a importância desse movimento frente a pressão dos grandes impérios alimentares, e seu papel de inovação social, principalmente nas pequenas cidades do interior do Brasil, como as feiras livres, enquanto estratégia de fortalecimento da agricultura familiar, de valorização dos mercados locais e da ampliação da receita dos feirantes. Neste escopo apresentou dados da Feira de Agricultura Familiar e Economia Solidária de Paula Cândido, em Minas Gerais e da implementação da política chamada de “*Ticket Feira*”, um tipo de “moeda” que cada funcionário da prefeitura recebe por mês para utilizar nas barracas dos agricultores credenciados.

O quarto trabalho, apresentado por Eduardo J. Santana, mestrando da Universidade Federal do Pará e estudante da Especialização Binacional em Agroecologia da UERGS foi “*Quintais agroecológicos: impactos da Covid-19 na produção e comercialização agroecológica em Bom Jesus-PI*”. O presente estudo abordou a experiência de um quintal, que historicamente é manejado por mulheres, as quais desenvolvem as atividades produtivas e de comercialização na feira da agricultura familiar da cidade de Bom Jesus-PI e que a comercialização foi diretamente afetada pela Pandemia da Covid-19. Neste sentido, as comunidades de Pica Pau, Novo Horizonte, Piripiri, Benfica e Brejo dos Altos do Piauí foram prejudicadas pelas medidas sanitárias tomadas pela prefeitura, e, à medida que as feiras foram impedidas de acontecer, e não possibilitaram outras formas de comercialização, houve um acirramento das desigualdades e a pobreza. Dessa forma, as agricultoras

tiveram que buscar possibilidades e, juntamente com o NAGU (Núcleo de Agroecologia do Vale do Gurguéia) passaram a organizar a comercialização na forma de cestas agroecológicas, o que possibilitou que as agricultoras conseguissem vender seus produtos nos primeiros meses de pandemia. O quinto trabalho “Ações de extensão universitária e a promoção de sistemas agroalimentares sustentáveis” apresentado pela docente da UERGS, Zenicléia Angelita Deggerone versou sobre as ações desenvolvidas pela Incubadora Tecno-Social da UERGS na região de Erechim com foco no desenvolvimento de sistemas agroalimentares sustentáveis. A referida Incubadora Tecno-Social foi criada em abril de 2021 e tem oferecido serviços de assessoria, formação e aprimoramento de gestão de marketing para organizações da agricultura familiar, economia solidária e microempreendedores individuais. O empreendimento assessorado pela incubadora é a Cooperativa de Desenvolvimento Regional Ltda (COOPERFAMILIA) que tem se beneficiado com a produção de conteúdo digital sobre a cooperativa e a divulgação dos produtos oferecidos pela feira permanente e virtual nas redes sociais.

O sexto trabalho “Distribuição e acesso aos alimentos: um estudo acerca das características do ambiente alimentar em Erechim, Rio Grande do Sul, Brasil” apresentado por Zenicléia Angelita Deggerone apresentou, sob o escopo temático dos desertos alimentares no Brasil, como estão distribuídos espacialmente os estabelecimentos que comercializam alimentos na cidade de Erechim/RS, e, a partir de uma perspectiva territorial, buscou identificar a existência de desertos alimentares. Os resultados evidenciaram a existência de desertos alimentares na cidade de Erechim e expôs as fragilidades que envolvem a oferta de alimentos neste território. Desse modo, recomenda-se promover o acesso, a expansão e a melhoria aos espaços de comercialização de alimentos a partir de políticas públicas de abastecimento alimentar. O

sétimo trabalho “Características produtivas e comerciais dos agricultores familiares em Aratiba/RS” apresentado por Zenicléia Angelita Deggerone apresentou as características produtivas e comerciais dos agricultores familiares do município de Aratiba-RS. Com base nos resultados apurados por meio da análise do grau de diversificação dos canais de venda, constatou-se que as propriedades rurais que adotam canais de comercialização super diversificados possuem maior nível de autonomia. Nestas unidades de produção, os atores sociais, além de atuarem na negociação das diretrizes que orientam a oferta dos produtos, também conseguem construir socialmente a precificação da produção comercializada. Dessa forma, constatou-se que estes agricultores familiares constroem uma interação proativa junto aos agentes econômicos, e, além disso, em situações de desequilíbrio provocadas pelo sistema político/comercial, os produtores podem apresentar maior capacidade de resiliência para enfrentar as adversidades que possam vir a comprometer a remuneração dos produtos agroalimentares.

O oitavo trabalho foi o “Estudo de caso em uma agroindústria de cana-de-açúcar no município de Caxias do Sul – RS” apresentado pelo estudante Flávio Fagundes Guimarães do curso Ciência e Tecnologia de Alimentos/UGRS o qual destacou a importância da agroindústria familiar na geração de renda e no desenvolvimento econômico de uma região. Assim, o recorte de estudo apresentado se deu no município de Caxias do Sul – RS e o objetivo foi analisar uma agroindústria familiar de cana-de-açúcar. Nesta agroindústria, a produção tem como carro chefe os derivados da cana-de-açúcar tais como melado batido, melado colonial, doce de cana, açúcar mascavo e rapadura colonial de amendoim. A partir deste estudo inferiu-se que a fabricação de açúcar mascavo de forma conjugada com a

rapadura e o melado pode ser uma atividade rentável para a industrialização da cana-de-açúcar no âmbito da agricultura familiar.

3. Tema: agroecossistemas

O primeiro trabalho sobre este tema foi “Agroecologia e manejo de hortas escolares” apresentado por Alessandra Russi estudante do curso de Especialização em Agroecologia e Segurança Alimentar da UERGS que destacou o trabalho com hortas escolares realizado em escolas públicas da Serra Gaúcha/RS como instrumento de associação entre o conhecimento teórico e o prático. Nesses espaços, há possibilidade de interação social que estimulam os estudantes a adotar hábitos alimentares mais saudáveis, com a ingestão de vegetais e frutos produzidos de forma segura e sem o uso de insumos químicos, bem como a difusão desses conhecimentos a seus familiares. O presente trabalho teve como objetivo o desenvolvimento de material educativo para o manejo de hortas escolares a partir de demandas identificadas nas próprias escolas estudadas. Os resultados apresentaram necessidade de acesso a informações técnicas aos manejadores das hortas bem como a necessidade de material de sensibilização aos estudantes do Ensino Fundamental. Com isso, foi realizada a elaboração de material educativo, no formato de folder, para estes dois públicos com os seguintes temas: identificação e controle de pragas, manejo preventivo de pragas e doenças, controle de doenças fúngicas em hortaliças e plantas repelentes de pragas. O segundo trabalho foi do estudante Higor Alfredo Bagatini, estudante do Curso de Ciência e Tecnologia de Alimentos/UERGS que apresentou o trabalho “Caracterização de compostos bioativos de flores alimentícias nativas no Vale do Taquari: espécies da biodiversidade alimentar regional” destacando o papel da biodiversidade, especialmente as flores

comestíveis, na produção de alimentos nutracêuticos. O estudo apresentado foi de flores coletadas em seus locais de ocorrência natural, bordas de estradas e rodovias, e processamento do material para obtenção de extratos e identificação de compostos fenólicos das pétalas. Os resultados demonstraram que estas espécies apresentam capacidade antioxidante e que tais estudos básicos são fundamentais para dar suporte aos estudos de conservação, potencial alimentar e da tecnologia de alimentos.

O terceiro trabalho “Capacitação em sistemas agroflorestais agroecológicos com foco nos produtos da sociobiodiversidade” apresentado por Liriane A. Petry, estudante da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), dialogou sobre o papel da agricultura como vetor de degradação ambiental e sua expressão no município de São Francisco de Paula. Destacou que essa região dos Campos de Cima da Serra, é um ecotono de alta biodiversidade e prioritária para restauração ecológica, contudo vem sofrendo os impactos das monoculturas de pinus e batata e, mais recentemente, da soja. Assim, apresentou o projeto que busca fomentar a conexão entre diferentes atores, por meio da realização de oficinas e da implantação de módulos agroflorestais de referência, em diferentes localidades do município, com foco no uso dos produtos da sociobiodiversidade, especialmente nas plantas aromáticas e medicinais nativas, frutas nativas e silvicultura de espécies nativas. Com esse projeto ressaltou que há a possibilidade de criar conexões de paisagens e de pessoas a partir de Sistemas Agroflorestais Agroecológicos. O quarto trabalho “Conservação pelo uso e qualidade nutricional de polpas de açai-juçara (*Euterpe edulis* Mart.) no Vale do Taquari, RS” apresentado por Gabriele Danieli, estudante do Curso de Ciência e Tecnologia de Alimentos/UERGS discorreu sobre o uso e a valorização do açai-juçara, fruta nativa da Mata

Atlântica, nutritiva e ameaçada de extinção, a qual tem sido fundamental para promover a soberania e segurança alimentar e nutricional regional. Na região a palmeira juçara ocorre em populações densas em indivíduos, especialmente nos municípios de Santa Clara do Sul e Cruzeiro do Sul. Esta pesquisa analisou parâmetros de qualidade baseado em legislação de polpas de açaí-juçara obtidas no município de Santa Clara do Sul, RS, a fim de fomentar sua produção e consumo seguro no território. Os resultados obtidos indicam a importância das boas práticas de processamento no sentido de garantir a qualidade sensorial e físico-química do alimento, associado a importância do suporte técnico e o saber dos produtores agregados para a produção de um alimento seguro e de qualidade.

O quinto trabalho “Transição agroecológica no estabelecimento Los Hoguerones” foi apresentado pela estudante de Agronomia Liliane F. da Silva e versou sobre a avaliação do nível de sustentabilidade de horta manejada pela proprietária da propriedade “Los Horigones” e propor intervenções no sentido de adotar práticas que mantenha a fertilidade do solo e promova relações sinérgicas entre as culturas e de controle a pragas e doenças. A propriedade está localizada a 9 Km do centro urbano do município de Rivera – Uruguai possui 212 hectares de campo nativo, com presença de matas nativas e ciliares, e da nascente Rio Cuñapiru e as atividades produtivas são horticultura, ovinocultura, bovinocultura, avicultura, lavoura e fruticultura (nozes e morangos). Esta proposta além de auxiliar no processo de transição traz menor risco de prejuízos aos agricultores e a nível de paisagem e contribui para a conservação da biodiversidade natural local. O sexto trabalho “Uso de plantas medicinais por populações urbanas: revisão de literatura” apresentado por Valéria De Bortoli, estudante do Curso em Gestão Ambiental/UERGS, apresentou o tema dos quintais urbanos como locais em

que se pode encontrar uma rica biodiversidade de plantas medicinais. Assim, o estudo teve como objetivo analisar a produção científica acerca do uso de plantas medicinais publicada em artigos nacionais, escritos em português, entre 2015 e 2020. Os resultados destacam que as populações urbanas ainda fazem uso de plantas medicinais e cultivam boa parte delas nos quintais de suas residências, o que possibilita, assim, conservar a biodiversidade, manter a variabilidade genética e promover o uso sustentável das espécies. A riqueza de espécies de plantas medicinais encontradas nos quintais justifica a importância histórico-cultural e científica da realização de estudos etnobotânicos em populações urbanas. O estudante de Agronomia Lucas Guilherme Pérez Elguy apresentou o sétimo trabalho “Estaquia de plantas nativas: conservação pelo uso de espécies negligenciadas” que teve como escopo temático a importância da valorização da diversidade de espécies botânicas locais para a conservação do território pampeano, tanto pelo aspecto ecológico e ambiental, como econômico e sociocultural. Os resultados demonstram que a investigação de métodos de propagação de espécies nativas é incipiente e necessária, visto que há uma intensa perda de biodiversidade do Pampa e reduzida exploração do potencial de conservação pelo uso e de transição agroecológica a partir dos recursos da sociobiodiversidade.

4. Tema: saberes e fazeres

Foram dois trabalhos neste tema, o primeiro “Mulheres indígenas Tremembé da Barra do Mundaú e a preservação da agro-socio-biodiversidade territorial” apresentado por Lauriane Castro do Nascimento, estudante Indígena de Agronomia na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira- UNILAB, Ceará, Brasil,

teve objetivo de apresentar a luta das mulheres indígenas da Terra Indígena Tremembé da Barra do Mundaú, Itapipoca, Ceará, e seu importante papel na preservação da agro-socio-biodiversidade de seu território. O trabalho destaca que as mulheres indígenas entendem que a terra é mãe em toda sua essência, e sendo mãe, cuida e protege seus filhos. Foi destacada que a resistência dessas mulheres é reconhecida nos mais diversos lugares e espaços, para além das aldeias Tremembé, isso porque buscam fortalecer e enaltecer as práticas culturais do povo e a cultura alimentar, por meio do resgate e/ou valorização de alimentos e receitas da sua tradição agroalimentar, enfatizando suas relações com a história, a memória e a segurança alimentar e nutricional. O segundo trabalho, “No fazer das roças: conflitos e estratégias de reprodução do modo de vida de comunidades quilombolas do Vale do Ribeira (SP)” apresentado por Tainá Holanda Caldeira Baptista, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo teve o foco no debate dos conflitos territoriais que emergem historicamente do fazer da roça relacionado aos modos de vida e de reprodução social de comunidades quilombolas na região do Vale do Ribeira (SP). Apresentou que é um território caracterizado pela sobreposição de territórios tradicionais e unidades de conservação, onde quilombolas lidam com restrições ao modo tradicional de produzir alimentos e manejar o território, do qual a roça de coivara é um elemento central. A autora reflete sobre o potencial político das roças, considerando que produção e política são faces de um mesmo processo de reprodução da vida comunitária.

5. Considerações finais

Após a apresentação, foram realizados comentários e considerações sobre os trabalhos relacionando-os com os objetivos do GT-2 e trazendo para

o diálogo outras experiências de conhecimento da coordenação do GT e dos participantes. Os participantes realizaram comentários e questionamentos e, com isso, houve uma troca de conhecimentos, sensibilizando o público da importância de espaços e trabalhos que dissertem e reflitam sobre a relações dos povos com os territórios nas dimensões da Agroecologia, Biodiversidade e Sistemas Agroalimentares.

OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) E POLÍTICAS PÚBLICAS

Daniela Mueller de Lara
Raquel da Fonseca Holz

Resumo: O grupo de trabalho (GT3) teve por objetivo difundir o tema e fortalecer as discussões sobre a Agenda 2030, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e as Políticas Públicas. A Agenda 2030 é um plano de ação global que reúne 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas, proposto pela ONU (Organização das Nações Unidas) em 2015. Diante deste cenário é ainda mais significativo e desafiador fomentar as práticas e iniciativas, concluídas ou em andamento, sobre a sustentabilidade de forma transversal, pensando sempre no tripé: social, ambiental e econômico. Ao todo foram submetidos 31 trabalhos relacionados à sustentabilidade; os ODS; as Políticas Públicas; e outros relacionados ao tema. Desses, 11 foram escolhidos para serem apresentados oralmente na sessão destinada a este fim. Observou-se a diversidade das temáticas apresentadas e a interlocução dos vários estudos com Agenda 2030.

Palavras-chave: Sustentabilidade; Agenda 2030; Objetivos do Desenvolvimento Sustentável; Políticas Públicas.

Abstract: The working group (GT3) aimed to disseminate the theme and strengthen discussions on the 2030 Agenda, the Sustainable Development Goals and Public Policies. The 2030 Agenda is a global action plan that brings together 17 Sustainable Development Goals and 169 targets, proposed by the UN (United Nations) in 2015. Given this scenario, it is even more significant and challenging to encourage practices and initiatives, completed or in progress. Progress, on sustainability in a transversal way, always thinking about the tripod: social, environmental and economic. In all, 31 papers were presented related to sustainability; the SDGs; Public Policies; and others related to the topic. Of these, 11 were chosen to be presented orally in the session intended for this purpose. The various studies were interconnected with the 2030 Agenda, and the diversity of the topics presented was observed.

Keywords: Sustainability; 2030 Agenda; Sustainable Development Goals; Public Policies.

1. Introdução

Um marco para ultrapassar os desafios contemporâneos é a Agenda 2030, cujos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) buscam firmar ações globais para um futuro sustentável (PESCKE *et al.*, 2021). O desenvolvimento sustentável consiste em uma forma de mudança social que ultrapassa os objetivos tradicionais de desenvolvimento com o desígnio ou a restrição da sustentabilidade (LELÉ, 1991). Inúmeras discussões são realizadas desde a década de 60, mas, somente em 1972, na Conferência de Estocolmo organizada pela ONU (Organização das Nações Unidas), na Suécia, ocorreram importantes mudanças envolvendo chefes de estado de 113 países, inclusive o Brasil (ONU, 1972). Desde então, as transformações ambientais intensificam as preocupações e busca-se promover ações para amenizar os impactos das relações entre as atividades humanas e o meio ambiente.

Em setembro de 2015, os líderes mundiais adotaram um plano audacioso de 15 anos para um mundo melhor, cujos objetivos são amplos, universais e potencialmente transformadores e que se baseiam nos êxitos dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) que foram adotados no ano de 2000 e orientaram as ações de desenvolvimento por 15 anos. Desse modo, vislumbra-se estabelecer e consolidar ações que possam salvar o planeta para as gerações futuras, acabar com a pobreza extrema e a fome e criar um mundo mais saudável, seguro e inclusivo (ONU, 2023).

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável alinha compromissos para a prosperidade compartilhada, proteção duradoura do

planeta e seus recursos e construção de sociedades pacíficas, justas e inclusivas baseadas no respeito aos direitos humanos. Contudo, o sucesso dessas metas depende em grande parte da coordenação dos esforços de implementação por meio de uma boa governança pública estabelecendo políticas públicas para o alcance dos ODS (TICHENOR *et al.*, 2022).

De acordo com a *Sustainable Development Report (2022)*, para muitos governos, a adoção de estratégias e planos de ação para implementar as metas dos ODS assume a forma de uma estratégia nacional de sustentabilidade explicitamente vinculada aos objetivos e metas da Agenda 2030. No entanto, alguns governos preferem adotar uma abordagem de integração, segundo a qual os ODS são implementados por cada ministério do governo dentro do escopo de seu mandato, em vez de por meio de um plano de ação nacional abrangente. Importante observar que os ODS não são independentes entre si – eles necessitam ser praticados de forma unificada; e o sucesso de aplicação dependerá das políticas, planos e programas de desenvolvimento sustentável de cada país.

A relação entre a temática dos ODS e políticas públicas, percebe-se ainda que um dos maiores desafios para os governos está em como alinhar ações, dada a amplitude e complexidade dos objetivos e a necessidade de incluir uma gama sem precedentes de partes públicas e privadas na criação e implementação de políticas. Diante deste cenário, o grupo de trabalho (GT3) teve por objetivo difundir o tema e fortalecer as discussões sobre a Agenda 2030, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e as Políticas Públicas.

2. Metodologia

A metodologia proposta neste estudo baseou-se na avaliação de todos os resumos submetidos, em nível de graduação e pós-graduação, na Mostra ObservaCampos “Meu Corpo é Terra-Território” acerca da temática do Grupo

de Trabalho intitulado como Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas (GT-3). O evento foi realizado no período de 13 a 17 de setembro de 2022 e corresponde à 4ª edição de um evento de pesquisa e extensão organizado pelo Observatório de Políticas e Ambiente (ObservaCampos), grupo de pesquisa sediado na Unidade Hortênsias da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), em São Francisco de Paula/RS.

Foram submetidos 31 resumos, que abordam a temática do GT-3 e, posteriormente, os mesmos foram avaliados pelos pareceristas com base em critérios previamente estabelecidos. As avaliações foram realizadas em site específico para este fim e foram por pares e às cegas. De todos os resumos avaliados foram escolhidos 11 trabalhos para serem apresentados na sala temática do GT-3 que foi realizada no dia 16 de setembro no turno da tarde. Cabe salientar que os trabalhos não apresentados, mas que possuíram mérito acadêmico, constarão nos anais do evento.

Na tarde dedicada ao GT-3, depois de uma pequena introdução sobre os ODS e sobre os objetivos do GT, passou-se às apresentações dos trabalhos. Em relação à apresentação, a mediadora sugeriu que fossem apresentados em dois turnos: cinco trabalhos, e após, as pessoas presentes (de forma *online*) poderiam fazer seus comentários sobre os trabalhos apresentados. Após, seguiram-se mais cinco apresentações (já que um dos trabalhos escolhidos não foi apresentado) e comentários ao final. Cada autor teve 10 minutos para fazer suas apresentações.

3. Resultados

As temáticas dos trabalhos escolhidos para apresentação envolvem questões que vão desde processos de urbanização, passando por temas como

mapeamento ambiental, catadores, estudos de perfil socioambiental, qualidade dos resíduos hídricos, ensaios com agroquímicos, resíduos sólidos, educação ambiental, entre outros, como o direito à moradia e à cidade. Importante ressaltar que os estudos são de diferentes lugares do país, mostrando a relevância da proposta apresentada pelo evento. Os onze trabalhos escolhidos para a apresentação no GT-3 são apresentados na tabela 1 ressaltando o título do estudo e seus respectivos autores.

Tabela 1. Trabalhos apresentados no GT-3

Ordem	Título do Trabalho	Autores
1	PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ERECHIM/RS SOB A ÓTICA DO PLANEJAMENTO SOCIOAMBIENTAL URBANO	Eduarda Ramos Moretto; Valéria De Bortoli; Fabiane Wiederkehr; Joyce Cristina Gonçalves Roth
2	AS CAROLINAS E O FRANCISCO EM PARALAXE UMA ANÁLISE PSICOPOLÍTICA DO TRABALHO DAS MULHERES CATADORAS DE SÃO FRANCISCO DE PAULA	Raquel Dal Magro Domingues; Aline Reis Calvo Hernandez
3	DIREITO À MORADIA EM RELAÇÃO A AGENDA 2030: ESTUDO DE CASO DO CONDOMÍNIO DE INTERESSE SOCIAL ILSE SCHAFFER - CANELA/RS	Moisés de Souza; Aline Reis Calvo Hernandez
4	USO SUSTENTÁVEL DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO	Giane Alves Mello; Suzana Frighetto Ferrarini; Marcelo Oliveira Caetano

5	PROJETO DE EXTENSÃO: AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DA ÁGUA EM SISTEMAS ALTERNATIVOS DE ABASTECIMENTO, ZONA RURAL DE SÃO FRANCISCO DE PAULA/RS	Stephanie Silva Correa dos Santos; Andrieli Fernanda Bianchi; Vanessa Pruch Castro Oliveira; Márcia dos Santos Ramos Berreta; Suzana Frighetto Ferrarini
6	MAPEAMENTO ABERTO: CONSTRUINDO OPORTUNIDADES	Julia Lopes de Lopes; Laura Rosselet Possani; Valéria de Bortoli; Fabiane Wiederkehr
7	DIAGNÓSTICO DA QUALIDADE DAS ÁGUAS DO ARROIO CAROLINA (SANTANA DO LIVRAMENTO/RS) CONSIDERANDO PARÂMETROS AGROQUÍMICOS E COLIFORMES TERMOTOLERANTES	Wellerson Mora Vargas; Fabiana Schumacher Fermino
8	ROTAS ANTAGONISTAS: ENTRE A OCUPAÇÃO E O DIREITO À CIDADE NA VILA JARDIM, COMUNIDADE DO PARQUE NATURAL MUNICIPAL DA RONDA, RS, BRASIL	Fernanda Schinaider; Patrícia Binkowski; Aline Reis Calvo Hernandez
9	UMA PROPOSTA DE SANEAMENTO AMBIENTAL BASEADA EM LAGOAS ECOLÓGICAS DE TRATAMENTO DE ESGOTOS PARA ÁREAS RURAIS DE PEQUENOS MUNICÍPIOS	Rafael Fernandes; Suzana Frighetto Ferrarini; Marçal José Rodrigues Pires
10	PROJETO ESCOLAS CONECTADAS: CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO DOCENTE NO DECURSO DA LICENCIATURA EM PEDAGOGIA	Gabriela Caroline de Lemos; Patricia Behling Schäfer; Juçara Bordin

11	POÇOS CLANDESTINOS: UM RISCO SOCIOAMBIENTAL	José Luiz Lima da Silva
-----------	---	-------------------------

Fonte: Elaborado pelas autoras (2023).

O primeiro trabalho intitulado “Processo de urbanização do município de Erechim/RS sob a ótica do planejamento socioambiental urbano”, foi apresentado pela autora Eduarda Ramos Moretto que começou falando sobre o planejamento e gestão urbana das cidades. O trabalho teve como objetivo buscar a avaliação do processo de urbanização do município de Erechim/RS sob a ótica do planejamento socioambiental urbano. Como resultado, constatou-se que “falhas de planejamento urbano trouxeram certa heterogeneidade de acesso aos serviços urbanos pela população, especialmente aquela de baixa renda e em geral, localizada nas regiões periféricas do município” (MORETTO *et al.*, 2022). Foi observada a presença de resíduos sólidos, e a ausência de pontos de saúde em áreas que apresentam as maiores graduações de risco (MORETTO *et al.*, 2022).

O segundo trabalho foi apresentado pela autora Raquel Dal Magro Domingues intitulado “As Carolinas e o Francisco em paralaxe uma análise psicopolítica do trabalho das mulheres catadoras de São Francisco de Paula”. Discutiu os limites e possibilidades da Política Nacional de Resíduos Sólidos no Brasil através do olhar das mulheres catadoras de materiais recicláveis de São Francisco de Paula-RS e chamou a atenção para a importância da temática das mulheres catadoras na vanguarda da economia circular, como protagonistas que são do desenvolvimento sustentável em razão de desempenharem serviço público essencial (DOMINGUES & HERNANDEZ, 2022).

O trabalho intitulado “Direito à moradia em relação a agenda 2030: estudo de caso do condomínio de interesse social Ilse Schafer - Canela/RS” foi

o terceiro a ser apresentado, pelo autor Moisés de Souza. O projeto de pesquisa, ainda em fase inicial, analisará o perfil sociodemográfico das 250 famílias do Residencial Ilse Schafer e suas percepções sobre o direito à moradia; planejamento territorial; habitação segura; acesso a serviços básicos e políticas públicas; urbanização inclusiva e sustentável; planejamento e gestão participativa. Os dados serão confrontados com a perspectiva adotada pela gestão pública municipal, legislação municipal, Plano Diretor e plano do governo atual em relação às políticas de urbanização e moradia (SOUZA & HERNANDEZ, 2022).

Em seguida foi apresentado o estudo utilizando a reincorporação dos “Resíduos da construção e demolição (RDCs)” na cadeia produtiva para subsidiar formas viáveis de uso. O estudo apresentado por Giane Alves Mello salientou que a utilização de agregados reciclados em substituição aos agregados naturais na produção de concretos possui um grande potencial e, estudos relacionados ao desempenho dos produtos gerados com esta substituição, são extremamente relevantes (MELLO *et al.*, 2022).

O quinto estudo está sendo desenvolvido pelo segundo ano consecutivo e é nomeado de “Projeto de extensão: avaliação da qualidade da água em sistemas alternativos de abastecimento, zona rural de São Francisco de Paula/RS”. Está sendo realizado através de uma pesquisa exploratória realizada na zona rural do município de São Francisco de Paula/RS, em uma comunidade localizada na zona de amortecimento da Estação Ecológica Estadual de Aratinga (SANTOS *et al.*, 2022). Os autores enfatizaram que a pesquisa analisou e diagnosticou a qualidade ambiental no entorno de pontos de captação de água na localidade. O estudo foi apresentado por Stephanie Silva Correa dos Santos, e demonstrou ser uma ferramenta importante para

que se possa tomar conhecimento da realidade enfrentada pela comunidade e possam agir de forma direcionada e rápida em prol dessas pessoas.

O sexto estudo apresentado foi intitulado como “Mapeamento aberto: construindo oportunidades” e apresentado por Julia Lopes de Lopes. O mesmo objetivou a formação de uma rede do consórcio universitário internacional para o mapeamento colaborativo sobre resiliência humanitária (LOPES *et al.*, 2022). Segundo os autores, o estudo buscou inserir a UERGS neste contexto humanitário, em 2022, e foi criado o capítulo *Youthmappers*. O principal foi promover o mapeamento colaborativo nas comunidades onde a UERGS está inserida, gerando dados que podem auxiliar no planejamento para o desenvolvimento sustentável, na ação em emergências, na divulgação de dados de relevância socioambiental e de informações de projetos desenvolvidos na universidade. Ainda a rede *Youthmappers* promove a inserção de mulheres no geoprocessamento, o que é imprescindível para se ter equidade, já que há uma grande disparidade de gênero na área (LOPES *et al.*, 2022).

O estudo intitulado “Diagnóstico da qualidade das águas do Arroio Carolina (Santana do Livramento/RS)” avaliou parâmetros agroquímicos e coliformes termotolerantes e foi o sétimo trabalho a ser apresentado por Fabiana Schumacher Fermino. Fermino e Vargas (2022) objetivaram diagnosticar a qualidade das águas através de análises físico-químicas, microbiológicas e de 53 agroquímicos e, enquadrá-las conforme legislação vigente. Os resultados preliminares do estudo indicaram a presença de altos índices de coliformes termotolerantes e de sete resíduos de pesticidas. Os autores salientaram que se trata de um estudo inédito nesta localidade, com esta proposta de investigar a presença de agroquímicos na água (FERMINO & VARGAS, 2022).

O próximo estudo foi apresentado por Fernanda Schinaider e foi nomeado de “Rotas antagonistas: entre a ocupação e o direito à cidade na Vila Jardim, comunidade do parque natural municipal da Ronda, RS-Brasil”. O estudo foi realizado junto à comunidade Vila Jardim (VJ), área de ocupação urbana inclusa na poligonal do Parque Natural Municipal da Ronda (PNMR), Unidade de Conservação (UC), em São Francisco de Paula, e indicam categorias relacionadas ao conflito ambiental, ao direito à cidade e às políticas públicas. O estudo preliminar evidencia que o direito impactado diretamente pela pandemia da Covid-19, cujo não cumprimento das diretrizes internacionais e de direitos humanos, em tempos de pandemia, somou-se às inúmeras violações aos direitos, especialmente, em compor essas malhas, trajetos e itinerários que conectam as pessoas da comunidade Vila Jardim à cidade (SCHINAIDER; BINKOWSKI & HERNANDEZ, 2022).

“Uma proposta de saneamento ambiental baseada em lagoas ecológicas de tratamento de esgotos para áreas rurais de pequenos municípios” foi o nono estudo apresentado por Rafael Fernandes. A proposta vem ao encontro do novo Marco Legal do Saneamento Básico e que propõem soluções para suprir a falta de acesso às infraestruturas de esgotamento sanitário (FERNANDES *et al.*, 2022). É reforçado pelos autores que o desenvolvimento do estudo foi em escala piloto. Este trabalho foi monitorado em uma pequena lagoa de purificação botânica de esgotos, visando atender uma escola de ensino fundamental na área rural do Município de Arambaré, na Planície Costeira do Rio Grande do Sul.

O estudo apresentado por Gabriela Caroline de Lemos e nomeado por “Projeto Escolas Conectadas: contribuições para a formação docente no decurso da licenciatura em Pedagogia” foi o décimo trabalho a ser apresentado. Este projeto já tem uma construção consolidada desde 2013 e

contribui com a formação continuada docente, através da oferta gratuita de cursos com carga horária de 20h ou 50h, mediados ou auto formativos, por meio da plataforma Escolas Conectada (LEMOS; SCHÄFER & BORDIN, 2022). Os autores salientam que o projeto é promovido pela Fundação Telefônica-Vivo em parceria com a *Fundação la Caixa* e a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), executado pela *HardFun Studios*, ATN e B&S Educação e Tecnologia. Além de toda a contribuição, os cursos ofertados propõem a elaboração de estratégias de ensino vinculadas às diretrizes curriculares brasileiras e atravessadas por intencionalidade pedagógica, exercícios que fundamentaram o entendimento a respeito desses fatores (LEMOS; SCHÄFER & BORDIN, 2022).

Por fim, o trabalho intitulado “Poços clandestinos: um risco socioambiental” estava entre os escolhidos para serem apresentados, mas o autor não compareceu.

Para finalizar o GT-3, a mediadora fez algumas considerações sobre os trabalhos apresentados e suas relevâncias com o tema da Agenda 2030, os ODS e as Políticas Públicas. Logo após, colocou a palavra à disposição onde vários participantes comentaram sobre os trabalhos. Por fim, as organizadoras do evento, as professoras Aline Reis Calvo Hernandez e Patricia Binkowski, fizeram as considerações finais e agradeceram a presença de todos encerrando os trabalhos do GT-3.

4. Considerações finais

O grupo de trabalho teve como objetivo difundir o tema e fortalecer as discussões sobre a Agenda 2030, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e as Políticas Públicas. Alguns objetivos incluídos na Agenda 2030, incluem a erradicação da pobreza e da fome, a adoção de medidas para

combater a mudança climática, a promoção da educação inclusiva e a igualdade de gênero. E estes são compromissos que deveriam estar presentes no dia a dia de todos: a garantia de que as políticas públicas tragam a todos os seres humanos uma vida digna e com igualdade, em um ambiente salutar. E ainda, ser sustentável no uso dos recursos naturais para atender as demandas do presente e das futuras gerações.

Através da diversidade das temáticas apresentadas no GT-3 e a interlocução dos vários estudos com Agenda 2030, tanto para apresentação e discussão no evento, como para publicação neste e-book, entende-se que os objetivos do grupo de trabalho foram plenamente alcançados.

Referências

LÉLÉ, S. M. **Sustainable development: a critical review**. World development, v. 19, n. 6, p. 607-621, 1991.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano**. Tradução livre. Estocolmo. 1072.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. United Nations General Assembly. **Transforming our world: The 2030 agenda for sustainable development**. 2015. Disponível em: undocs.org/A/RES/70/1. Acesso em: 12 de janeiro de 2023.

PESCKE, I. K.; PEREZ, K. J.; LARA, D. M. de. Se não agora, quando? Água e saneamento como ODS da Agenda 2030 e a realidade no Rio Grande do Sul (Brasil). **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, [S. l.], v. 17, n. 2, p. 433-451, 2022. DOI: 10.34024/revbea.2022.V.17.13422. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/13422>. Acesso em: 17 jan. 2023.

SUSTAINABLE DEVELOPMENT REPORT. **Policy Efforts and Commitments for the SDGs**. Part 3. 2022. Disponível em: <https://dashboards.sdgindex.org/chapters/part-3-policy-efforts-and-commitments-for-the-sdgs>. Acesso em: 12 de janeiro de 2023.

TICHENOR, M.; MERRY, S. E.; GREK, S.; BANDOLA-GILL, J. **Global public policy in a quantified world: Sustainable development goals as epistemic infrastructures.** Policy and Society, 2022.



PARTE III

" ARTE-OCUPAÇÃO:
TERRITÓRIO DE
"INVENÇÃO"



OS NEGROS DE PILÕES E A ÁGUA PROMETIDA

Charles Evandre Vieira Ferreira

O documentário *Os Negros de Pilões e a Água Prometida* surgiu a partir da minha pesquisa de mestrado. Tudo começou a partir da ideia e do sonho de ser estudante de mestrado na área ambiental que começou a se tornar realidade quando minha companheira Jaqueline Guimarães saiu do estado da Paraíba para se aprofundar no estudo em seu doutoramento na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Assim, me licenciiei de minha atividade no governo do estado da Paraíba e acompanhei ela na trajetória. Nesse momento, ainda não sabia que também teria uma mudança em meus planos pessoais.

Diante da mudança de estado em 2018, fui em busca de curso de pós-graduação que tivesse afinidade com a temática ambiental. A partir de pesquisas na internet que surgia a Universidade Estadual do Rio Grande Sul (UERGS) em minha vida, pois havia um edital em aberto para a seleção de Mestrado em Meio Ambiente e Sustentabilidade.

Conseqüentemente, tinha que elaborar um projeto, e foi nessa época que surgiu uma ideia adormecida desde o período que estava cursando o oitavo período de Bacharel em Direito pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Ora, sou nordestino e lá existe um grande empreendimento em andamento desde a época do Imperador Dom Pedro II, conhecido popularmente pela obra de Transposição do Rio São Francisco, que tem o propósito de beneficiar milhares de pessoas. Dessa forma, pensei que seria um bom objeto de estudo.

A partir da escolha do objeto de pesquisa e do aprofundamento nos estudos relacionados, foi desenvolvido o projeto para participar da seleção de mestrado da UERGS – Unidade Hortênsias, localizada em São Francisco de Paula.

O projeto teria como título *Conflitos ambientais envolvidos no projeto da transposição: água para que(m)?* Diante desse tema, pesquisei o corpo docente do curso e encontrei a professora Patrícia Binkowski, que tinha desenvolvido estudos semelhantes ao que eu estava pretendo. Fui aprovado no processo seletivo e agraciado com a professora supracitada como orientadora a partir desse momento. Então, após orientações e aprofundamento teórico, foi proposto o foco do projeto de dissertação, intitulado *Transposição do Rio São Francisco: os conflitos Ambientais e os Efeitos do Programa Ambiental de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas de Santana e Feijão – PE*.

Logo nas primeiras orientações, analisamos qual seria o produto principal, foi aí que surgiu a ideia de fazer um documentário sobre as comunidades, e, de imediato, aceitei o desafio. Porém, surgiram alguns desafios, entre eles o de elaborar um documentário sem apoio financeiro. Não deixei que esse grande empecilho atrapalhasse o objetivo, a fim de dar visibilidade para a causa, principalmente para as comunidades que foram impactadas diretamente com as obras da transposição do rio São Francisco.

Após a defesa do projeto, retorno para o Nordeste com o propósito de realizar a pesquisa de campo e desembarco na cidade de Salgueiro, localizada no Sertão pernambucano, aproximadamente 550 km de João Pessoa, onde resido. Nesse momento, passa um filme em minha cabeça, sou natural de Serra Talhada-PE, cidade próxima, cerca de 100km, retornar ao Sertão para desenvolver uma pesquisa de campo com comunidades quilombolas era

motivo de muita alegria e orgulho não só para mim, para todos que convivem comigo. Este retorno me fez ficar saudoso e me deu força para desenvolver um trabalho de excelência, mesmo sem ter noção técnica de cinema e muito menos sem ter equipamentos necessários para desempenhar um trabalho profissional. Porém, quando foi sugerido, eu me aprofundei nos estudos para aprender as técnicas necessárias para desempenhar um trabalho amador e sem apoio financeiro.

1. O primeiro contato com os líderes das comunidades

O primeiro contato com as comunidades surgiu a partir da pesquisa da dissertação em um contato direto com Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) via e-mail, que passou número telefônico de lideranças das comunidades Santana e Feijão. Em posse dos números, consegui contato somente com a Comunidade Quilombola de Santana, localizada na zona rural do município de Salgueiro. Ao contatar a quilombola Senilda, liderança e de extrema importância para a comunidade, a partir dela, e outros membros da comunidade que conseguiram a certidão de autorreconhecimento certificada pela Fundação Cultural de Palmares como remanescente das comunidades quilombolas.

Foi uma conversa preliminar, por telefone, e o intuito maior seria marcar uma entrevista para me apresentar pessoalmente e mostrar o que pretendia pesquisar na comunidade, e logo marcamos um dia para nos encontrarmos pessoalmente em Salgueiro.

Nesse momento, meu coração era só felicidade, então, não me restava outra opção, tinha um pouco de economia e viajei para Salgueiro, onde, nos dois primeiros dias, fiquei hospedado em pousada na saída da cidade. Liguei

para Senilda, que foi ao meu encontro, sendo muito receptiva me convidando, ao final, para ir à comunidade no outro dia.

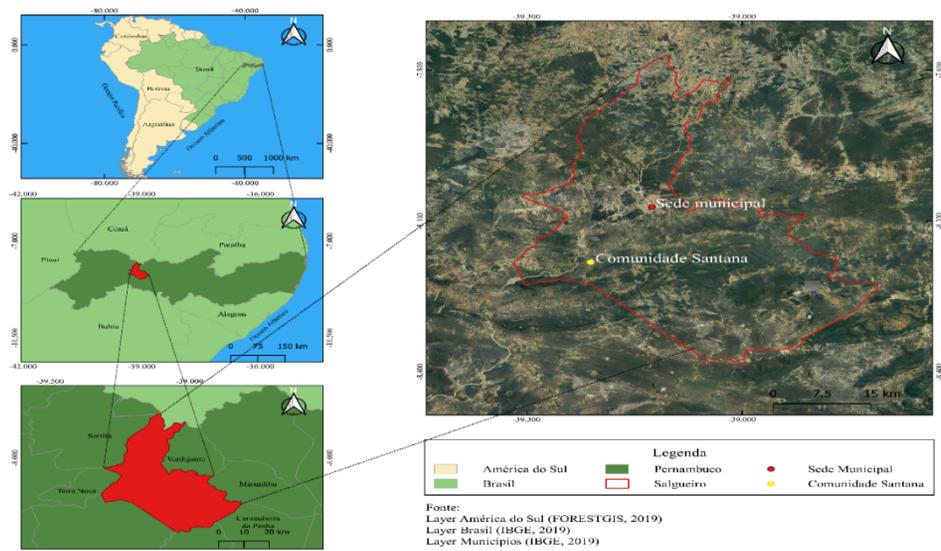
2. O primeiro contato com uma comunidade quilombola

No segundo dia em Salgueiro, conforme combinei com Senilda, eu e minha esposa nos dirigimos para a comunidade. Nesse momento, começa a sair o imaginário de como seria uma comunidade quilombola: “será que seria igual àquelas imagens que só víamos nos livros de história”? Enfim, já no primeiro instante, tivemos um grande desafio, não encontramos no Google Maps, só nos restou usar o bordão: “quem tem boca vai à Roma”, nesse caso, “quem tem boca vai para Santana”. A comunidade fica, aproximadamente, 20km de distância do centro de Salgueiro, nós ficamos perdidos, rodando em estrada de barro e no meio da caatinga por três horas. Após esse longo caminho perdido, encontramos uma ponte improvisada atravessando o canal e um pouco mais à frente estava um povoado, foi quando perguntamos para um senhor que estava trabalhando próximo ao canal onde era a Comunidade de Santana, que gentilmente respondeu: “é logo ali”. Saiu aquele imaginário do primeiro contato e percebemos que estávamos em carne e osso na comunidade, conhecida somente através do Relatório Impacto Ambiental (RIMA).

3. A comunidade quilombola de Santana

Santana é subdividida em Santana, Jurema, Olaria, Recanto e Livramento. Sua área territorial é de, aproximadamente, 2.400 hectares (ha), tendo como limites os distritos de Umãs, Sítios Novos, Boqueirão, Pau Ferro e Várzea do Ramo (BRASIL, MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2009).

Figura 1 – Localização da Comunidade Quilombola Santana/PE



FONTE: Ferreira (2020).

Através de imagens aéreas, foi possível realizar um mapeamento de toda a área da comunidade, subdividindo as localidades do seu território. A Comunidade Quilombola Santana é constituída por seis sítios (FERREIRA, 2020). As figuras 2 e 3 propicia uma visualização da localização dos sítios que integram o território da Comunidade Quilombola de Santana.

Figura 2 – Vista panorâmica da Comunidade Quilombola de Santana/PE



FONTE: Ferreira (2020).

Figura 3 – Vista panorâmica da Comunidade Quilombola de Santana/PE



FONTE: Ferreira (2020).

Ao analisar as figuras, é possível vislumbrar a distância entre os sítios, desse modo, realizar uma pesquisa de campo a pé fica inviável e desumano, porém, com envolvimento de toda comunidade, fui bem recepcionado e foi cedida uma moto para que fizesse as entrevistas, dando a conhecer todo o material para desenvolver o documentário.

4. O desafio de desenvolver pesquisa sem suporte financeiro

O primeiro contato com a Comunidade Quilombola de Santana foi impactante, pois percebi que a locomoção não seria fácil e não existia transporte com frequência. Então, ao passar o primeiro dia na comunidade, vi que não teria como ir e retornar todos os dias para a pousada e muito menos desenvolver esta pesquisa em outra comunidade localizada no município de Mirandiba, cerca de 50 km de distância e sem contato com as lideranças da comunidade. Mediante esse obstáculo, que só se apresenta no campo, entrei em contato com a professora Patrícia relatando as dificuldades encontradas e chegamos à conclusão de que deveríamos nos dedicar apenas na Comunidade Quilombola de Santana.

5. A imersão na comunidade Quilombola de Santana

No segundo dia na comunidade, deu-se início a minha imersão, minha esposa me deixou na casa de seu Eneston, para entrevistá-los e, a partir dessa entrevista, consegui um lugar para dormir. Logo, como eu tinha levado uma rede, fiquei dormindo no alpendre de sua casa.

Começam, então, as entrevistas para dissertação, sendo que eu não contava que era muito distante um ponto para outro da comunidade. A solução, como dito anteriormente, foi a oferta de uma moto para poder me locomover; Senilda, gentilmente, cedeu sua moto em todo o período que permaneci na comunidade.

Durante dez dias, fiquei imerso na comunidade, foram momentos magníficos de experiência e aprendizados, sou muito grato pela forma que fui recepcionado por todos em todas as entrevistas.

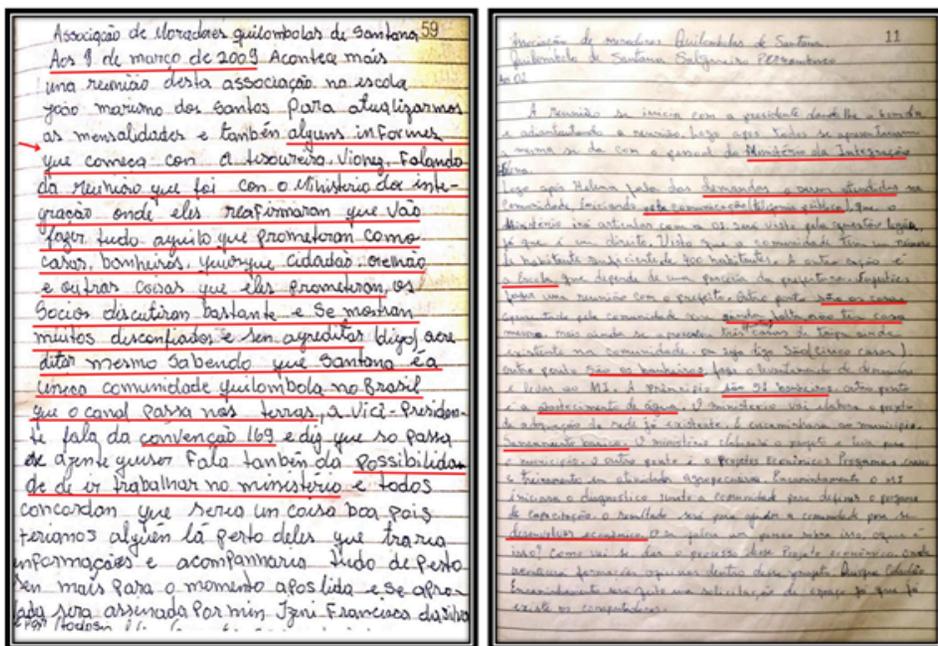
Em posse de todo material colhido, é hora de montar todo o roteiro para selecionar as etapas. Então, o documentário ficou dividido em quatro etapas, a saber, o primeiro capítulo teve como título “Os negros de Santana”; o segundo, “O sonho da terra prometida”; o terceiro, “Transtorno em torno da transposição”, e o quarto, “O sonho da água do Rio São Francisco”.

6. Os negros de Santana

Na primeira etapa do documentário, foram selecionados quatro entrevistados para falar sobre a origem da comunidade, como se organizam para lutarem por melhorias para a comunidade e como procedeu a organização para certificação de “Comunidade Remanescente de Quilombos” emitida pela Fundação Cultural Palmares, tornando-se comunidade quilombola de fato e de direito. Na segunda etapa, intitulada “Promessas da Transposição”, foram selecionados sete membros da comunidade que

vivenciaram todo o processo que antecede as obras da transposição, ou seja, que participaram de reuniões da Associação dos Moradores da Comunidade Quilombola de Santana com membros do Ministério da Integração do Governo Federal e testemunharam diversas promessas de melhoria para a comunidade, caso consentisse que o canal da transposição dividisse seu território.

Figura 4: Registro do livro de ATA da Associação da Comunidade Quilombola de Santana



FONTE: Associação dos Moradores Quilombolas de Santana (2019)

A figura acima mostra um excerto da ata da Associação dos Moradores de Santana, reafirmando as promessas de melhorias para a comunidade. Todavia, após 19 anos de obras, restaram apenas promessas.

Na terceira etapa, “Transtorno em torno da transposição”, foi relatado, por oito entrevistas, os transtornos e impactos sofridos em consequência das

obras em seu território, como o relato que devido às explosões constantes bem próximas de suas casas, que vieram a rachar, dificuldades para manter os animais em um dos lados do seu território, devido à separação e à construção do canal, o crescente aumento de furto de animais etc.

Ficou, logo, toda rachada, logo. Quando eu fui reformar, agora *mermo*, eu gastei *ái só* de ferro *mermo*, eu gastei 50 metros de ferro. Fora o cimento que a gente teve que derrubar *tudim*, né. [...] Na época, eles *falava, falava, mai se pra* eles *era* que aqui *num* fazia parte, não, que era longe, né? Eles disseram que não indenizava, não, porque ficava longe *pra* eles. Eles *achava* que aqui não tinha perigo. [...] Só fiz reformar, eu gastei um *bucadu* de dinheiro aqui. Eu gastei em torno de 8 mil [...] (Entrevistado VII, janeiro 2019).

Na quarta etapa “O sonho da água do Rio São Francisco”, foram apresentados os resultados principais da pesquisa de mestrado, que teve como título *Transposição do Rio São Francisco: análise das ações do Programa Básico Ambiental (PBA 17) e os conflitos ambientais na Comunidade Quilombola de Santana, Pernambuco*, contando com o relato de oito entrevistados descrevendo o que estava previsto no PBA 17 e o que realmente foi implantado na comunidade. Seguem alguns relatos:

Olha, era uma coisa abstrata, que, na época, o pessoal não tinha conhecimento, e eu também não. Ficava muito vago. Eles falavam assim: ‘O projeto que vai trazer muita coisa boa. Vai mudar a cara da comunidade. Imagine uma coisa grande’. *Ái as mulher falava: ‘A gente vai costurar. A gente quer um monte de máquina para costurar’. Ái eles diziam: ‘Não! Pense numa coisa grande pra vocês mudar de vida’. Ái foi passando, o projeto foi passando, foi passando, foi passando e não chegou nunca. Piorou, né? (Liderança I, janeiro 2019).*

[...] nós aqui, já *tamo cansado, já tamo velho, mil promessa já que fizeram e nada sai.* [...] sempre que a gente participava das *reunião*, sempre eles *dizia* que ia beneficiar o pessoal da

comunidade quilombola [...]. **Aqui não chegou nada!** Se as crianças não *sáisse* para estudar fora, eles *ia* ficar sem escola, né? Se a gente não corresse *pro* posto lá no Pau Ferro, não ia ser atendido. Se tivesse esperando pela promessa *mermo, nera*. Aí desenvolvimento não teve nenhum [...] (Entrevistada II, janeiro 2019, grifo nosso).

A gente fica muito, muito frustrado, muito angustiado [...]. Eu tô falando pela comunidade toda, dos moradores todo não *ter* acesso. A gente ter só promessa [...] (Liderança IV, janeiro 2019, grifo nosso).

[...] a promessa que a gente pensava que era uma promessa assim, que a água no canal era *pa* ter água no canal e a gente se servir. Antes, eles *dizia* que a água ia passar e ia ser bom *pro* nordestino. Mas o que nós só *tem* direito se for na bacia [...]. *Pruque*, no canal, eles *num aceita*. **Eles num aceita pegar água no canal, não** [...] (Entrevista V, janeiro 2019, grifo nosso). (FERREIRA, p. 103, 2020).

São relatos marcantes que retratam o *modus operandi* dos mega projetos de desenvolvimentos que chegam com discursos de melhorias na implantação e, no decorrer e após conclusão do projeto, geram diversos tipos de impactos e conflitos para a população que está diretamente impactada.

Foram prometidas diversas ações na comunidade, desde ações previstas para o reconhecimento e a titulação de terras quilombolas, a ações previstas de infraestrutura, mas, entre todas previstas, a principal era a chegada da tão sonhada água do Rio São Francisco, no entanto, o sertão ainda continua sertão.

O homem chega e já desfaz a natureza
Tira gente, põe represa, diz que tudo vai mudar
O São Francisco, lá pra cima da Bahia
Diz que dia menos dia vai subir bem devagar
E passo a passo vai cumprindo a profecia
Do beato que dizia que o sertão ia alargar

E o sertão vai virar mar, dá no coração
O medo que algum dia o mar também vire sertão
Vai virar mar, dá no coração
O medo que algum dia o mar também vire sertão [...].

(SÁ E GUARABYRA, GUTTEMBERG GUARABYRA, RODRIX &
GUARABYRA, 2001).

O documentário procurou trazer, em 30 minutos, para os telespectadores, a Comunidade Quilombola de Santana através de imagens e relatos que ficam registrados na memória da única comunidade remanescente de quilombo impactada diretamente pelas obras de transposição do Rio São Francisco.

Figura 5: Capa do documentário



Fonte: Ferreira, 2021.

Diante do exposto, finalizo com este lindo poema que retrata todas as resistências das mais de três mil comunidades remanescentes de quilombo

reconhecidas e as que estão resistindo e esperando serem reconhecidas como se autodeclaram.

POEMA QUILOMBOLA

Penso que as causas sociais
Fazem com que aprendo mais
Reflito meu aprender
Para amanhã saber fazer.

E sonho a cada instante
Com nossa luta
Para que o futuro
A vitória seja absoluta!

Olha aí, meu povo!
Os quilombolas chegando de novo
Mostrando sua cultura
Colocando sua força de guerra
Pelo direito à terra

Na habilidade de sobrevivência guerreira
Não esquecer:
Oralidade, tradição e cultura
Não entramos na luta pela brincadeira

A cultura negra do Brasil
É maravilhosa!
Simpatia, bondade, inteligência, alegria...
Meus Deus, quanta magia!

A nossa luta ligada ao coração
Está ligada aos nossos ancestrais
E ligada ao nosso futuro
Está ligada à nossa emancipação

Para construção justa
E solidária de uma sociedade
Devemos conhecer os quilombolas

Olhar e escutar...
E fazer parte da comunidade
Correr atrás de seus objetos
A cada novo dia

Na nascente e no poente

Consciência negra
Luta, escola... Liberdade
Mudaremos a sociedade
Pois, somos quilombolas de verdade

Quilombola, sou eu
E me orgulho de coração
E que, nesse encontro, haja
Várias trocas de informação
Falamos das comunidades
Da saúde e de educação

Referências

FERREIRA, C. E. V. Transposição do Rio São Francisco: análise das ações do Programa Básico Ambiental (PBA 17) e os conflitos ambientais na comunidade quilombola de Santana, Pernambuco. 2020. 171f. **Dissertação** (Mestrado). Universidade Estadual do Rio do Sul. Programa de Mestrado Profissional em Ambiente e Sustentabilidade, Unidade Hortênsias, São Francisco de Paula, 2020.

Os Negros de Santana e a Água Prometida. Direção de Charles Ferreira. João Pessoa, 2021.

COMPOSSÍVEIS: QUANDO O AMBIENTE VIRA CORPO

Tatiana Cardoso da Silva

Resumo: Estudo teórico-prático em Artes Cênicas visando à criação de seres fictícios nascidos da relação do corpo do performer com outros seres da natureza. Tem como objetivo sensibilizar e colaborar para a proteção da vida do planeta. O que surge da mistura entre o corpo humano e o corpo de outro ser vivo? O exercício foi realizar o gesto da metamorfose e experimentar-se partícipe de Gaia. Os procedimentos se deram entre estudos teóricos, experimentações atonais junto à natureza, criação de performances e registros em vídeos de no máximo quatro minutos. Os principais autores que ampararam esta pesquisa são: Emanuele Coccia, Davi Kopenawa e Jerzy Grotowski. Investigação interdisciplinar entre as áreas do Teatro, Educação, Meio Ambiente, Música e Artes Visuais. Como resultado produziram-se oito videoperformances que foram levadas a público, estimando-se, assim, colaborar com a conscientização para as causas ambientais, sobretudo através da Arte e da Educação.

Palavras-chave: Teatro; Educação; Meio ambiente; Videoperformance.

Abstract: Theoretical-practical study in Performing Arts aiming at the creation of fictitious beings born from the relationship between the performer's body and other beings of nature. It aims to raise awareness and collaborate for the protection of life on the planet. What arises from the mix between the human body and the body of another living being? The exercise was to carry out the gesture of metamorphosis and experience oneself as a part of Gaia. The procedures took place between theoretical studies, actor experiments in nature, creation of performances and video recordings limited to 4 minutes duration. The main authors who supported this research are: Emanuele Coccia, Davi Kopenawa and Jerzy Grotowski. Interdisciplinary investigation between the fields of Theater, Education, Environment, Music and Visual Arts. As a result, eight video performances were produced and taken to the public, thus collaborating

with awareness of environmental causes, especially through Art and Education.

Keywords: Theater; Education; Environment; Videoperformance.

O projeto de pesquisa *Compossíveis: quando o ambiente vira corpo* foi contemplado no Edital PROBIP 2021-22 da PROPPG da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul e tratou da criação, estudo, registro em vídeo e divulgação de oito *videoperformances* teatrais. As performances tiveram como base o estudo sobre a corporeidade do ator e da atriz, bem como em experimentos autorais sobre a linguagem audiovisual com temática ecológica.

Começamos esta pesquisa motivados por uma consciência de finitude causada pela pandemia e pela convicção da necessidade urgente de mudarmos nossa forma de existência, enquanto humanidade na Terra. Sabemos que nossa civilização vive, hoje, uma ameaça sem precedentes em termos de devastação do planeta, com possibilidade de extinção da nossa e tantas outras espécies. Segundo Danowski e Castro (2014, p. 16), em seu livro *Há um mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins*, segundo muitos estudiosos, estamos vivendo a era do Antropoceno, era geológica na qual o homem se torna determinante na configuração do clima e da geologia da Terra. Ou seja, a vida do planeta, e consequentemente a nossa vida, muda drasticamente a partir da interferência nociva das ações do homem. Não é de hoje que sentimos na pele os efeitos do aquecimento global, da destruição do solo pelos agrotóxicos e pela monocultura, do empobrecimento da população agravado pelas políticas que coadunam com práticas mercantilistas abusivas. Vivemos os limites de um contexto econômico que não tem mais

por onde explorar o meio ambiente, causando sempre mais e mais destruição.

Com nossos recursos naturais cada vez mais ameaçados, a pandemia mundial de COVID-19, por exemplo, é um sintoma inegável de que o planeta não está bem. A degradação está acontecendo fora e dentro de nós; nossos corpos também estão adoecendo. Com uma vida afastada da natureza, com hábitos cada vez menos saudáveis, a alimentação com agrotóxicos, medicados e distraídos pelas sedutoras propagandas do sistema, estamos nos tornando alheios ao que realmente importa para a manutenção e cuidado da vida na Terra. Assim como o planeta se tornou apenas um recurso a ser explorado, aquilo que é mais íntimo nosso também se torna colonizado, como diz Pelbart, em *Biopoder* (2007, p.57): “desde os genes, o corpo, a afetividade, o psiquismo, até a inteligência, a imaginação, a criatividade. [...] Até nossa subjetividade foi capturada pelos poderes”. Torna-se evidente, em nossos tempos, que o que acontece com a Terra acontece conosco também. Somos a Terra, como postula a Hipótese Gaia, de James Lovelock (2020), que diz que a Terra é um superorganismo vivo, um sistema complexo, integrado e autorregulado.

Para que haja alguma possibilidade efetiva de mudança, é preciso que despertemos e trabalhemos para modificar o que hoje se constitui como nossa realidade. E esta mudança começa primeiro em cada um de nós. Só existimos porque estamos interligados a outras formas de vida no planeta, humanas e não humanas. Coccia (2020, p. 15), filósofo italiano que vive na França, um dos nossos principais referenciais teóricos, em seu livro *Metamorfoses*, diz: “Cada espécie é a metamorfose de todas aquelas que vieram antes dela. Uma mesma vida que molda para si um novo corpo e uma nova forma para existir de uma maneira diferente.” Estamos

aprendendo a duras penas que nosso corpo é também parte da Terra, se ela não está bem, nós também não estaremos. Somos o corpo da Terra e não seus donos, como tão bem nos ensinam os povos originários.

Foi lendo o livro de Kopenawa e Albert (2015), *A queda do céu*, que me deparei com a frase do xamã Yanomami que diz que deveríamos “sonhar a terra, pois ela tem coração e respira” (KOPENAWA; ALBERT; 2015, p. 468). Então me pus a imaginar e sonhar a terra, quando surgiu a pergunta: o que surge da mistura entre o corpo humano e o corpo de outro ser vivo? Movidos pela cosmovisão indígena que considera ser vivo qualquer ser que integre a natureza, como plantas, animais, vento, água, árvores, pedra e outros, cada performer se pôs a compor em relação a alguns desses elementos. Assim, em desdobramentos corpóreos e estéticos, criamos os Compossíveis, seres híbridos que revelam em um mesmo corpo a simultaneidade de seres que aparentemente não seriam compatíveis. Através da imaginação e da corporificação, criamos figuras fictícias que nasceram da factibilidade do humano coexistindo com a água, com o tempo, com a sombra, com a larva, com o pássaro, com o vento, com a árvore e com a noite. Esses foram, também, os temas das oito *videoperformances* resultantes ao final do processo de pesquisa.

Na busca por um gesto que em sua manifestação estivesse apto a transformar a si e seu entorno, capaz de afetar e ser afetado em processos poético-estético que geram significantes no momento mesmo em que acontecem, a noção de performance foi fundamental nessa operação, já que, para nós, dilui fronteiras epistemológicas. Perseguimos a imagem do performer tal como nos propõe Jerzy Grotowsky (2015, p.3), como “*pontifex*”, isto é, fazedor de pontes; o performer, como uma espécie de xamã, elo de ligação entre diferentes mundos e tempos: o tempo presente

do evento ou do acontecimento e o *illud tempus*, ou seja, o tempo do espírito, do mito, da fábula e da ficção. Nossa intenção foi fazer com que o público, através do trabalho desenvolvido pelos performers, se imaginasse também como parte da Terra. Assim a metamorfose pode também aparecer no corpo não como atributo, mas como rastros de um passado ancestral que sobrevive no gesto, presentificando, em cada manifestação sua, novas possibilidades de futuro. Misturando-se com outros seres e produzindo novas existências, os Compossíveis poderiam provocar, quem sabe, também outras consciências. Essa foi nossa forma de intensificar nosso desejo de vida, justamente quando ela se esvai. Como sujeitos éticos contemporâneos, nossa tarefa, no desenvolvimento deste projeto, foi tentar colocar nova luz àquilo que clamava por sobrevivência.

Em cada uma de nossas ações, nossa meta primeira foi criar uma experiência coletiva em prol do meio ambiente, através do teatro. Direcionamos nossa experiência de modo a ampliar os estudos sobre a performance e natureza, o exercício do corpo-memória e a experimentação de recursos da linguagem audiovisual, matérias que são também foco de estudo em nosso grupo de pesquisa GESTA (Grupo de Estudos Transdisciplinares para o Ator) já em projetos anteriores. Paralelamente a isso, desejávamos que esta pesquisa não só nos fortalecesse enquanto estudantes e professores de licenciatura em Teatro, mas que nos sensibilizasse enquanto indivíduos, para que pudéssemos, através da nossa arte, convidar também outras pessoas a enfrentarmos juntos o desafio dos nossos tempos. Sabemos que esse objetivo é enorme, imenso, mas o tratamos como uma constelação feita de pequenas luzes que nos guiavam aqui e ali na escuridão da noite, abrindo novas perspectivas de ação e resistência.

Também foi nossa intenção colaborar com pelo menos dois dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU, os objetivos treze e quinze, que tratam da Ação Contra a Mudança Global do Clima, ou seja, tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos, sobretudo através da educação, e o objetivo que trata da Vida Terrestre, ou seja, proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra.

Para este estudo, foi fundamental praticarmos o livre trânsito entre diferentes áreas do conhecimento. Isso se deu numa perspectiva tanto teórica, visitando noções da Filosofia, Biologia, Permacultura, Teatro, Música, Artes Visuais, Cinema e Audiovisual, quanto prática, ao elaborarmos o conteúdo das performances, produzindo inteiramente a gravação e edição dos vídeos, figurino, música, cenários, etc. Outro de nossos objetivos foi estabelecer a parceria entre instituições – neste caso entre UERGS e Teatret OM (Dinamarca), através de uma das colaboradoras de nosso projeto, a artista visual Antonella Diana. Isso abriu novas possibilidades de intercâmbio e experiências com profissionais do Teatro não só do Brasil, mas também do exterior. A partir de gestos de transformação, de metamorfoses que nos convocam a atuar como partícipes de Gaia também de forma estética, em coletivo, foi possível compor e imaginar outros modos de existência, para além da nossa limitada percepção ocidentalizada e cartesiana sobre o mundo.

Considerando nossos procedimentos, durante o período de um ano as pesquisas se dividiram em estudos teórico-práticos, primeiramente feitos de forma *online*, por ter ocorrido em plena pandemia, e, conforme as

restrições do isolamento social foram se flexibilizando, foi possível um encontro presencial de alguns dias. O projeto iniciou no mês de agosto de 2021. Nos primeiros encontros, de forma remota, foram feitas leituras, estudos e debates coletivos sobre os conceitos e referenciais que amparam a pesquisa. Depois houve algumas experimentações práticas, com trabalhos e vivências corpóreas feitas com orientações *online* via plataforma *Google Meet*, desenvolvendo exercícios relacionados à corporeidade, esboçando alguns traços dos personagens ou figuras. Fizemos paralelamente um estudo sobre os procedimentos audiovisuais, entendendo programas e recursos de edição. Cada artista foi responsável pela criação de uma *videoperformance*, sempre com participação do coletivo, a colaboração dos outros professores e com minha orientação ou direção. Aos poucos, personagens e roteiro das *videoperformances* foram se compondo. Em janeiro de 2022, com uma grande bagagem prática e reflexiva, na metade do período de execução da pesquisa, fizemos uma imersão em um sítio em Maquiné, de onde vieram a maior parte dos registros e imagens junto à natureza. Ali também foi onde se produziu efetivamente a visualidade final das figuras. Foram explorados apenas materiais naturais da região, descartados pela natureza, como cascas de palmeiras, folhas de árvores, palhas secas, pequenas flores e frutos espalhados pelo chão. A atmosfera e o cenário da exuberante Mata Atlântica afinaram e aprofundaram aspectos sutis, psicofísicos e corpóreos do trabalho com os performers, em sua conexão íntima com o ambiente.

Assim, surgiram diferentes seres em diálogo: a mulher que se faz vento; o homem-verme a decompor matéria orgânica e se insurgir coberto por preservativos; a mulher-árvore ganhando vida; o Ser d'água sugando

os plásticos abandonados nos oceanos; a mulher-pássaro e seu ninho; a mulher-sombra e, por fim, o homem-caracol num tempo devorado.

Cena da *videoperformance Ninho*, captada em Maquiné, em janeiro de 2022



Atriz: Pam Fogaça. Foto: Tatiana Cardoso.

Cena da *videoperformance Ibyrá* captada em Maquiné em janeiro de 2022



Atriz: Marina Müller. Foto: Tatiana Cardoso.

Após os registros audiovisuais, para a realização das *videoperformances*, foram feitas orientações individuais, nas quais cada ator/atriz dialogou com as professoras colaboradoras que orientaram cada produção, sua criação visual e as questões de captação de imagem, sonorização e dramaturgia. Finalizada essa etapa, nos encaminhamos para a edição dos vídeos e sua divulgação e circulação. Em 14 de maio de 2022 foi realizada uma *live* no canal do curso Graduação em Teatro: Licenciatura da UERGS no *YouTube*, com toda a equipe do projeto, apresentando as *videoperformances* e tecendo debates e comentários sobre o processo. A *live* está disponível no link: https://www.youtube.com/watch?v=XRmG_IBbD70&t=748s.

As músicas das *videoperformances* contaram com a supervisão da professora colaboradora do curso de Música Profa. Dra. Cristina Bertoni, e o professor colaborador também do curso de Música, Prof. Dr. Eduardo Pacheco, fez a composição de uma das músicas presentes em uma das *videoperformances*. O egresso do curso de música Henrique Pellin também participou compondo a música de uma das *videoperformances*. A artista visual Antonella Diana colaborou com a visualidade e parte artística do trabalho. Nomeio aqui os performers que atuaram, todos e todas estudantes ou egressas do nosso curso: Eduardo D'Ávila (UERGS), Fernanda Stürmer (UERGS), Giliard Barbosa (UERGS), Luzia Ainhoren (Unicamp), Marina Müller (UERGS), Nathalia Barp (UERJ), Pâmela Fogaça (UFPel) e Rafaela Giacomelli (UERGS).

Dentro da cena expandida, o projeto extrapolou os espaços habituais do teatro em manifestações fora dos edifícios teatrais e os rearticulou em ações que apontaram sobretudo para uma intenção ética: cuidar do meio ambiente e considerar nossa constituição corpo-terra. Ao

realizar as pesquisas corpóreas e estéticas junto à natureza e as performances na linguagem audiovisual com ampla divulgação junto aos meios digitais, o entrelaçamento de imagens e sensações provocadas pelas perguntas e objetivos deste projeto permitiu que a arte acontecesse de forma plural, com ações que ocorreram no diálogo entre diversos espaços, públicos e campos do conhecimento.

Além de todas as descobertas, experiências e tomadas de posição que este projeto de pesquisa nos trouxe, ao final da pesquisa realizamos um desdobramento muito importante para além dos resultados anteriormente previstos: o convite ao grupo de pesquisa Gesta para participar no *Festival Internacional UR-NAT* na cidade de Ringkøbing, Dinamarca. O convite se deu através da artista visual Antonella Diana, cenógrafa do grupo parceiro, o Teatret OM, desta mesma cidade e país, que já estava colaborando com nossa pesquisa desde seu início. Criamos então *Coexistence* ou *Coexistência*, uma performance-instalação que aconteceu no imenso parque de pinheiros e carvalhos nos arredores da cidade, chamado Hoverdal. A performance foi planejada e desenvolvida paralelamente à execução das últimas ações dos Compossíveis, a partir de suas reverberações e descobertas.

A performance-instalação teve oito apresentações presenciais para um público em torno de quarenta pessoas por sessão, foi inteiramente realizada pela equipe deste projeto em coprodução com o grupo parceiro, o Teatret Om. Essa performance, por sua vez, gerou ainda outro projeto de pesquisa do Gesta, denominado *Coexistência: uma performance instalação*, pelo Edital PROBIP 2022-2023 da PROPPG da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul.

Todos nossos esforços de pesquisa convergiram para a ideia de que a vida vem de um único conteúdo, o espírito de Gaia. Era Gaia que nos falava através da vacuidade dos performers, das imagens, sensações e memórias dos corpos. Foi no exercício de escutar Gaia e jogar com suas expressões, mudanças de rostos e de formas, que sentimos na pele a metamorfose como condição de vida. Como diz Coccia: “É sempre Gaia que diz “eu” em nós. [...] O “eu” nunca é uma função ou uma atividade meramente pessoal: é uma força telúrica.” Assim, nosso sentir foi endereçado ao público, tanto das videoperformances quanto da performance-instalação *Coexistência*, na esperança que em coletivo, a ideia de um futuro ainda possível deixe de ser utopia e se transforme em um novo impulso para atuarmos de forma diferente no mundo.

Cenas da performance instalação *Coexistência*, agosto de 2022 na Dinamarca



Foto: Francesco Galli.

Gostaria de trazer ainda algumas reverberações sobre este tema, a partir das palavras de Eliane Brum (2021), jornalista e ativista gaúcha de

Ijuí, que vivia em São Paulo e deixou o conforto de sua casa para se mudar para Altamira, no Pará, para que pudesse ficar mais perto de sua maior causa, que é proteger a floresta Amazônica, o centro do mundo, como ela sabiamente coloca. Em seu último livro, *Banheiro Òkòtó*, há um capítulo que se chama *A Amazônia é mulher*. Apenas para mencionar essa ideia, e sugerir que leiam esse livro, que é um arsenal de informação e afetos pela causa, mas também porque que tem total relação com a temática deste evento, Brum compara a imagem da Amazônia com a da mulher, como aquela que é constantemente violada e subjugada ao controle dos corpos, destruída e submetida pelos interesses abusivos e destrutivos da sociedade machista, patriarcal e capitalista. Ela fala, nesse livro, dos povos da floresta, um conceito que ela inventa, para dizer que é impossível cuidar da fauna e da flora da floresta sem cuidarmos também dos humanos que nela habitam, mais precisamente as comunidades indígenas e ribeirinhas que lá vivem. Ela também fala da importância das mulheres na luta pelas causas de proteção da floresta, contando, por exemplo, sobre a líder Maria Leusa Munduruku, relatando como elas hoje enfrentam com o próprio corpo, na linha de frente, a guerra contra garimpeiros, madeireiros, políticos e grandes empresas que exploram e destroem a Amazônia. Brum (2021, p. 40) conta:

Em suas intervenções públicas, a líder Munduruku costuma se apresentar com um bebê chupando o seu peito ou apenas aconchegado nele, para dormir próximo ao coração da mãe. [...] Os garimpeiros e desmatadores a querem morta. [...] Maria Leusa, porém, não recua. [...] Para a líder Munduruku não há nenhuma incompatibilidade em amamentar seu bebê e ao mesmo tempo ameaçar cortar cabeças. A conexão é óbvia. É o mesmo amor que a leva a realizar a primeira ação e a ameaçar com a segunda.

Quero estabelecer, a seguir, a correlação entre essas duas imagens: a primeira descrita e comentada por Brum (2021) em palavras sobre Maria Leusa, e a outra, em fotografia, de uma indígena em um dos tantos protestos feitos pelos povos tradicionais nos últimos anos em Brasília, contra as medidas de descaso do governo Bolsonaro contra a floresta e as populações indígenas.



Foto: Apib/Reprodução.

Esta mulher da foto não deve ser a Maria Leusa, do livro de Eliane Brum (2021), já que encontrei a imagem na internet, em um outro contexto, mas entendo que ilustra muito bem sobre os dois lados do amor da mulher e seu corpo-terra, capaz de nutrir e lutar ao mesmo tempo. Finalizo com esta imagem, esperando que ela possa nos encorajar a continuarmos, manifestantes em gesto e grito, com amor e luta, pela saúde de nosso corpo Terra. Agradeço especialmente à Patrícia e Aline pela oportunidade em participar deste evento. Que possamos continuar lutando juntas, com coragem e alegria!

Referências

BRUM, Eliane. **Banheiro Òkòtó**: uma viagem à Amazônia centro do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

COCCIA, Emanuele. **Metamorfoses**. Rio de Janeiro: Dantes Editora, 2020.

DANOWSKI, Déborah; CASTRO, Eduardo Viveiros de. **Há um mundo por vir?** Ensaio sobre os medos e os fins. Florianópolis: Desterro – Cultura e Barbárie, 2014.

GROTOWSKI, Jerzy. Performer. **Revista Performatus**, Inhumas, ano 3, n. 14, jul. 2015.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu**: Palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LOVELOCK, James. **Gaia**: um novo olhar sobre a vida na Terra. Lisboa: Edições 70, 2020.

NIETZSCHE, Friedrich. **A Gaia Ciência**. 3. Ed. – São Paulo: Editora Escala, 2006.

PELBART, Peter Pál. **Biopolítica**. Sala Preta, v. 7, p. 57-66, 28 nov. 2007.

ARTE-CORPO-TERRITÓRIO

Gisele Bloete

A elaboração e planejamento de um show pode ser feita de diversas maneiras, porém, é necessário que seja realizada uma pesquisa sobre o tema que será abordado e a forma como será trazida essa narrativa durante todo o desenvolvimento do repertório, buscando músicas que possuam alguma ligação com aquilo que se quer transmitir através dessa performance. O show musical: *Arte – Corpo – Território* traz como tema o nosso corpo, o corpo da mulher latino-americana, a mulher latino-americana como o centro dessa pesquisa e no desenvolvimento desse repertório.

Após a seleção de músicas e artistas dentro desse perfil, iniciamos os ensaios, a organização do roteiro do show em formato violão e voz, onde estive acompanhada por Liu Barros no violão, que também auxiliou na produção das músicas e ajustes técnicos para a transmissão através do Youtube. A transmissão ao vivo foi mediada pela Professora Aline Hernandez, através do seu escritório e nós realizamos a transmissão diretamente do nosso estúdio em casa.

A pesquisa para a concepção do repertório musical a ser apresentado na 4^a Mostra Observa Campo – Meu Corpo é Terra-Território, iniciou com a busca por músicas que tivessem em sua letra, em sua essência a mulher, o seu corpo, a sua vivência e a sua história como tema central. Mas não apenas isso, a música deveria ter sido interpretada e/ou composta por uma mulher latino-americana, como uma forma de representação do espaço que ocupamos, do lugar onde pertencemos. O nosso território, a nossa terra.

“A Mulher do Fim do Mundo”

Quando falamos em mulher latino-americana, Elza Soares é uma voz a ser exaltada. Uma mulher negra, que tem em sua trajetória a luta pela sobrevivência, a luta pela ocupação dos espaços que lhe foram constantemente negados. A luta pela equidade, pela igualdade, pelo direito de ter uma vida digna e respeitada. Elza foi uma artista importantíssima para a história do Brasil e principalmente para a luta das mulheres. Elza, foi subjugada, humilhada, maltratada. Casou-se aos 12 anos, tendo sido obrigada pelo seu pai. Ficou viúva com apenas 21 anos e com 4 filhos para criar, alguns anos antes, já havia perdido 2 filhos, recém nascidos, para a desnutrição. Ela não mediu esforços para criar seus filhos. Confiante em seu talento com a música, com a sua voz que era constantemente elogiada por todos, decidiu ir atrás de seu sonho participando de um concurso musical do programa de rádio que era apresentado por Ary Barroso, ‘Calouros em Desfile’ em 1953. Por causa das suas vestimentas improvisadas e até consideradas roupas maltrapilhas, ela foi recebida pelo público com gargalhadas e de forma a tentar ridicularizá-la, Ary Barroso à perguntou: “De que planeta você veio, minha filha?” e ela respondeu: “Do mesmo planeta que Senhor, Seu Ary. Do planeta fome”. Depois, ela recebeu a nota máxima do programa pela sua apresentação. O apresentador que antes a tratava com desdém, agora a exaltava dizendo que ali, naquele momento, nascia uma estrela. E ele não estava errado, ali nascia uma estrela: Elza Soares!

Ela sempre falava em nome de tantas mulheres e essencialmente da mulher negra, ao contar a sua própria história de vida e superação. Elza é Deus! É Deusa, porque possivelmente se houver um deus ele certamente será mulher. Provavelmente, Elza!

A partir de toda essa análise sobre a sua trajetória e sua importância para a música brasileira, escolhi a música “Mulher do Fim do Mundo” composta por Alice Coutinho e Rômulo Fróes e que foi gravada em 2015, sendo esse também o nome do seu 34º álbum. Mulher do Fim do Mundo é uma canção que traz em seu gene a mulher brasileira, conectando o carnaval, a maior festa brasileira, a 54% da população negra do Brasil, Elza Soares canta com perfeição e talento a síntese da mulher negra em meio à multidão, presa numa invisível solidão. Onde a voz não é ouvida, o choro não é sentido e todo sofrimento vira samba. “Meu choro não é nada além de carnaval/ É lágrima de samba na ponta dos pés/ A multidão avança como vendaval/ Me joga na avenida que não sei qual é” (Trecho da música).

Ângela Davis disse: “Para o feminismo ser relevante, ele precisa ser antirracista e incluir todas as mulheres das mais diversas esferas”. Não há como se falar em feminismo e empoderamento, sem inter-relacionarmos as questões sobre etnia e classe social. É impossível falarmos sobre liberdade, sobre equidade, sem falarmos debatermos sobre as diversas formas de discriminação a qual passam as mulheres negras, principalmente as mulheres negras e pobres. Elza Soares sabe o que é passar fome, ela sabe o que é sofrer nas mãos desse mundo racista e injusto, até o último dia de sua vida ela lutou por uma sociedade antirracista, por uma sociedade igual, onde a mulher fosse respeitada por onde quer que estivesse.

“Mulher do Fim do Mundo”

Compositores: Romulo Fróes e Alice Coutinho

Meu choro não é nada além de carnaval
É lágrima de samba na ponta dos pés
A multidão avança como um vendaval
Me joga na avenida que não sei qual é
Pirata e Super Homem cantam o calor

Um peixe amarelo beija a minha mão
As asas de um anjo soltas pelo chão
Na chuva de confetes, deixo a minha dor
Na avenida, deixei lá
A pele preta e a minha voz

Na avenida, deixei lá
A minha fala, minha opinião
A minha casa, minha solidão
Joguei do alto do terceiro andar
Quebrei a cara e me livrei do resto dessa vida

Na avenida dura até o fim
Mulher do fim do mundo
Eu sou e vou até o fim cantar
Mulher do fim do mundo
Eu sou, eu vou até o fim cantar

Cantar, eu quero cantar até o fim
Me deixem cantar até o fim
Até o fim eu vou cantar
Eu vou cantar até o fim
Eu sou a mulher do fim do mundo
Eu vou, eu vou, eu vou cantar
Me deixem cantar até o fim

Assista ao vídeo clipe através do link: <https://youtu.be/6SWIwW9mg8s>

“Todxs Putxs”

A segunda escolha para este repertório veio através de uma canção que expressa a indignação pelos excessos de julgamentos que o corpo e a vida de uma mulher estão submetidos durante toda a sua trajetória. Todxs Putxs é uma canção que foi escrita e musicada pela cantora Ekena, uma mulher compositora, artista, cantora e mãe. Uma mulher empoderada, doce, forte,

sagaz. Ekena nos traz uma música que expõe diversas definições pejorativas à uma mulher - Puta, sapa, zoada, santa, culpada! - e ao mesmo tempo uma música que nos faz querer dar as mãos e andar juntas para sempre.

Uma música que nos acorrenta num misto de dor e esperança. Que nos faz querer transmutar toda culpa que sentimos dia após dia, apenas por sermos mulher e por quereremos ser do jeito que quisermos ser. Nos vestir como quisermos, amar quem quisermos amar. Todxs putxs é uma canção pra vida toda. Uma canção pra ouvir, parar e refletir. Depois espalhar pelo mundo afora, como ela mesmo diz.

Todxs Putxs entra no repertório como um grito, como uma continuidade da luta, como a dor que transmuta e vira reconhecimento de força. Essa força que é silenciada a cada dia que passa, mas que jamais deixaremos morrer. Porque estamos juntas e juntas somos muito mais fortes ainda.

“Todxs Putxs”

Compositora: Ekena

Quem cê tá pensando que é? Pra falar que eu sou louca
Que a minha paciência anda pouca pra você
Para de vir me encher

Quem cê tá pensando que é? Pra falar da minha roupa
Do jeito que eu corto o meu cabelo / Se olha no espelho,
Você não anda valendo o esfolado do meu joelho esquerdo!

Eu tenho pressa e eu quero ir pra rua
Quero ganhar a luta que eu travei
Eu quero andar pelo mundo afora
Vestida de brilho e flor
Mulher, a culpa que tu carrega não é tua
Divide o fardo comigo dessa vez
Que eu quero fazer poesia pelo corpo

E afrontar as leis que o homem criou pra dizer

Quem cê tá pensando que é?
Pra falar pra eu não usar batom vermelho
Quem cê tá pensando que é?
Pra maldizer até os amigos que eu tenho

Vai procurar tua turma e o que fazer
Que de gente como você o mundo anda cheio
Quem cê tá pensando que é? / Quem cê tá pensando que é?

Eu tenho pressa e eu quero ir pra rua
Quero ganhar a luta que eu travei
Eu quero andar pelo mundo afora
Vestida de brilho e flor
Mulher, a culpa que tu carrega não é tua
Divide o fardo comigo dessa vez
Que eu quero fazer poesia pelo corpo
E afrontar as leis que o homem criou pra dizer

Que se usa decote, é puta!
E se a saia tá curta, é puta!
E se dá no primeiro encontro, é puta!
Se raspa o cabelo, é sapa!
E se deixa crescer os pelos, é zoada!
Se tem pau entre as pernas, é trava!
Mas se bota salto alto, é santa!
E se usa 44, é gorda!
Mas se usa 38, é muito magra!
Se sai depois das onze, vai voltar arrombada!
Porque ela pediu, né? Tava na cara!
Olha a roupa que ela saiu de casa!
E todo discurso machista continua:
"Menina, você devia usar uma roupa menos curta!"

Assista ao clipe da música neste link: <https://youtu.be/tVK1tlhIUUE>

“Triste, louca ou má”

A construção desse repertório também trouxe algumas reflexões sobre a importância do nosso corpo como parte da terra, como nosso território, como nossa casa, a nossa morada. Nos conectarmos ao que há de mais importante a ser cuidado nesse mundo, nós mesmas. A música “Triste, louca ou má” foi gravada pela banda Francisco El Hombre e é uma das canções com maior alcance de público, tendo como compositora Juliana Strassacapa que também é cantora e faz parte da banda.

Essa música é um manifesto, pelo nosso direito de ser sem precisar pertencermos a nada. Uma música que traz uma crítica social sobre o comportamento em relação à emancipação das mulheres. Não há receita a ser seguida, não há caminho ao qual tenhamos que trilhar. Somos o que quisermos ser, sem pertencer a ninguém. Como escreveu a filósofa francesa Simone de Beauvoir, uma das principais teóricas do Movimento Feminista: “Que nada nos defina. Que nada nos sujeite. Que a liberdade seja a nossa própria substância”,

“Triste Louca ou Má”

Compositores: Andrei Martinez Kozyreff / Juliana Strassacapa /
Mateo Piracés-Ugarte / Rafael Gomes /
Sebastián Piracés-Ugarte

Triste, louca ou má / Será qualificada
Ela quem recusar
Seguir receita tal / A receita cultural
Do marido, da família / Cuida, cuida da rotina
Só mesmo, rejeita / Bem conhecida receita
Quem não sem dores / Aceita que tudo deve mudar

Que um homem não te define
Sua casa não te define
Sua carne não te define
Você é seu próprio lar
Um homem não te define

Sua casa não te define
Sua carne não te define (você é seu próprio lar)
Ela desatinou, desatou nós, vai viver só

Eu não me vejo na palavra / Fêmea, alvo de caça
Conformada vítima / Prefiro queimar o mapa
Traçar de novo a estrada / Ver cores nas cinzas
E a vida reinventar

E um homem não me define
Minha casa não me define
Minha carne não me define
Eu sou meu próprio lar
E o homem não me define
Minha casa não me define
Minha carne não me define
Eu sou meu próprio lar

Assista ao clipe da música neste link: <https://youtu.be/lKmYTHgBNoE>

“Mercedes Sosa”

Um dos maiores símbolos na luta pela igualdade e justiça, uma mulher que é uma das artistas de maior relevância na música da América Latina, Mercedes Sosa. Uma mulher que sempre esteve à frente do seu tempo, com uma sabedoria que foi considerada desobediência durante a ditadura militar na Argentina por aqueles que condenavam aqueles que contestavam a falta de liberdade e lutavam contra as injustiças enraizadas nesse período obscuro. Mercedes é a voz do povo, é a nossa voz. Escolher uma canção entre tantas que foram gravadas por ela foi uma tarefa difícil. Optei por fugir das obviedades e buscar canções que de alguma forma e em algum momento trouxessem essa reflexão sobre o nosso lugar no mundo. Escolhi duas canções: “Soy pan, soy paz, soy más” e “Como la cigarra”. A primeira, estava definida a entrar no repertório e a segunda, ainda que já ensaiada, não estava

na listagem pré-definida. No decorrer do show, a vontade de cantar a música “Como la cigarra” falou mais alto e ela acabou sendo incluída após a outra canção escolhida. Mercedes nos causa essa vontade de querer cantar tudo o que ela cantou. A forma como se expressava através das músicas nos traz essa conexão e essa paixão por tudo que ela fez.

“Soy pan, soy paz, soy más”

A música “Soy pan, soy paz, soy más”, composição de Luis Ramón Igarzábal e Piero, tem uma história interessante pois ela foi composta durante a ditadura militar. Sua letra com ideais políticos e que de alguma forma traz diversos elementos da história da América Latina, foi entregue à Mercedes Sosa quando ela estava no exílio em Madrid. Na época, ela havia gravado uma versão em um *walkman* dentro do seu quarto, porém ela teria gostado tanto da canção que no outro dia, decidiu tocá-la em um show que fariam em uma universidade também em Madri. Essa música se tornou o símbolo da luta pela liberdade e simbolizou a volta à democracia na Argentina, sendo reconhecida internacionalmente na voz da La Negra, Mercedes Sosa.

Quando conheci essa música, essa letra trouxe uma conexão intensa com o meu eu. Uma letra que fala sobre aquilo que somos. Somos feitos do todo, de cada pedacinho do universo. Somos terra, corpo e território. Somos pão, somos paz, somos muito mais do que conseguimos imaginar. Uma música que fala de luta e de sonhos por esperança.

“Soy pan, soy paz, soy más”

Compositores: Luis Ramón Igarzábal e Piero.

Yo so-o-oy, yo so-o-oy, yo so-o-oy
Soy agua, playa, cielo, casa, planta

Soy mar, Atlántico, viento y América
Soy un montón de cosas santas
Mezcladas con cosas humanas
Cómo te explico, cosas mundanas

Fui niño, cuna, teta, techo, manta
Más miedo, cuco, grito, llanto, raza
Después mezclaron las palabras
O se escapaban las miradas
Algo pasó no entendí nada

Vamos, decime, contame
Todo lo que a vos te está pasando ahora
Porque si no cuando está tu alma sola llora
Hay que sacarlo todo afuera, como la primavera
Nadie quiere que adentro algo se muera
Hablar mirándose a los ojos
Sacar lo que se puede afuera
Para que adentro nazcan cosas nuevas

Soy pan, soy paz, soy más, soy la que está por acá
No quiero más de lo que quieras dar
Hoy se te da, hoy se te quita
Igual que con la margarita igual al mar
Igual la vida, la vida, la vida, la vida

Assista a gravação dessa canção realizada no Teatro Ópera de Buenos Aires em
fevereiro de 1982 <https://youtu.be/zlDF0i1kcBA>

“Como La Cigarra”

Nós somos constantemente expostas à violência verbal e física apenas por sermos mulheres e quando nos colocamos no lugar de outras mulheres que passam ou passaram por todo esse tipo de violência, que vemos enterrar suas filhas, suas amigas, suas irmãs, silenciadas por esse machismo que nos dilacera, percebemos o quanto essa luta para que parem de nos matar, precisa estar viva a cada dia. É assim que chego na canção “Como la cigarra”,

que já nos versos iniciais nos traz essa ressignificação da esperança, da força, da luta para que sigamos cantando e cantando.

No final da década de 70, início dos anos 80, essa música tornou-se um hino da luta e da resistência contra a ditadura militar na Argentina. Mercedes Sosa chegou a ser presa, em cima do palco, e foi proibida de cantar no seu país, sendo forçada a buscar exílio em Madri, na Espanha. Sua letra é de autoria da escritora Maria Elena Walsh, autora de livros infantis, musicista e compositora e nos traz esse otimismo e redenção em sua poesia, uma letra feita por uma mulher para ser interpretada por outra mulher. É possível sentirmos esse poder feminino em sua essência e talvez por isso conseguimos analisar sua letra através de tantas outras interpretações.

“Como la cigarra”

Compositora: Maria Elena Walsh

Tantas veces me mataron, tantas veces me morí,
sin embargo estoy aqui
resucitando.
Gracias doy a la desgracia
y a la mano con puñal,
porque me mató tan mal, y seguí cantando.

Cantando al sol, como la cigarra,
después de un año bajo la tierra,
igual que sobreviviente
que vuelve de la guerra.

Tantas veces me borraron, tantas desaparecí,
a mi propio entierro fui, solo y llorando.
Hice un nudo del pañuelo, pero me olvidé después
que no era la única vez, y seguí cantando.

Cantando al sol, como la cigarra,
después de un año bajo la tierra,
igual que sobreviviente

que vuelve de la guerra.

Tantas veces te mataron, tantas resucitarás
cuántas noches pasarás desesperando.
Y a la hora del naufragio, y a la de la oscuridad
alguien te rescatará, para ir cantando.

Ouçã a gravação dessa canção por Mercedes Sosa - <https://youtu.be/ArcS3QeYR8s>

“Canción Sin Miedo”

Através dessa pesquisa, realizada sobre as mulheres, artistas, cantoras e compositoras da América Latina e relacionando-as à luta feminista, à violência contra a mulher, conheci essa canção. A música “Cancion sin miedo” da cantora e compositora Mexicana Vivir Quintana, já foi executada em diferentes partes do mundo, como: Argentina, Chile, Colômbia, Equador, Espanha, Honduras, Peru, França, e também aqui no Brasil como uma forma de lutar contra a violência de gênero. Para que a gente possa falar sobre feminismo, precisamos falar sobre feminicídio. Precisamos lutar para que eles parem de nos matar e essa música é um grito de socorro que percorre o mundo inteiro em busca da certeza de que estamos seguras. Infelizmente, não estamos.

Em uma das suas estrofes, a compositora traz o nome de diversas mulheres que foram mortas por feminicídio e para que pudéssemos vivenciar a canção de uma forma mais próxima a nossa realidade, troquei os nomes das mulheres mexicanas por mulheres brasileiras que foram mortas através da violência de gênero. Nós não estamos sozinhas e faremos ecoar aos quatro cantos para que caia com força o feminicida.

“Cancion sin Miedo”

Compositora: Vivir Quintana.

Que tiemble el Estado, los cielos, las calles
Que tiemblen los jueces y los judiciales
Hoy a las mujeres nos quitan la calma
Nos sembraron miedo, nos crecieron alas

A cada minuto, de cada semana
Nos roban amigas, nos matan hermanas
Destrozan sus cuerpos, los desaparecen
No olvide sus nombres, por favor, señor presidente

Por todas las compas marchando en Reforma
Por todas las morras peleando en Sonora
Por las comandantas luchando por Chiapas
Por todas las madres buscando en Tijuana

Cantamos sin miedo, pedimos justicia
Gritamos por cada desaparecida
Que resuene fuerte: ¡Nos queremos vivas!
¡Que caiga con fuerza el feminicida!

Yo todo lo incendio, yo todo lo rompo
Si un día algún fulano te apaga los ojos
Ya nada me calla, ya todo me sobra
Si tocan a una, respondemos todas

Soy Claudia, soy Elisa y soy Dandara
Soy Maria, soy Marielle y soy Daniela
Soy la niña que subiste por la fuerza
Soy la madre que ahora llora por sus muertas
Y soy esta que te hará pagar las cuentas

¡Justicia! ¡Justicia! ¡Justicia!

Por todas las compas marchando en Reforma
Por todas las morras peleando en Sonora
Por las comandantas luchando por Chiapas
Por todas las madres buscando en Tijuana

Cantamos sin miedo, pedimos justicia

Gritamos por cada desaparecida
Que resuene fuerte: ¡Nos queremos vivas!
¡Que caiga con fuerza el feminicida!
¡Que caiga con fuerza el feminicida!

Y retiemblen sus centros la tierra
Al sororo rugir del amor
Y retiemblen sus centros la tierra
Al sororo rugir del amor

Assista ao clipe da música neste link: <https://youtu.be/VLLyzqkH6cs>

“Don’t Touch Me”

Sou uma cantora e compositora latino-americana que sempre esteve ligada à luta feminista. Os motivos são aqueles que carrego em meu corpo: sou mulher e isso é o suficiente para me fazer levantar todos os dias e lutar por um mundo onde sejamos respeitadas, ouvidas e valorizadas. Um mundo onde não tenhamos medo de sair na rua e ser violentada. A música “Don’t touch me” foi escrita há mais de quinze anos atrás, por uma adolescente que não entendia essa necessidade de cabermos em algum lugar. Essa necessidade de termos que mudar para agradar o outro, de nos adequarmos ao que o outro quer, ainda que isso nos prejudique física e psicologicamente. Dez anos depois, escrevi o refrão que surgiu de forma espontânea: “Don’t touch me, eu não sou tua. Eu não sou tua e nem sou de ninguém. Don’t touch me, meu corpo é meu. Meu corpo, ateu. Só meu e de mais ninguém”. Quanto mais falarmos e debatermos sobre a importância de sermos respeitadas, a importância de termos o nosso corpo e o nosso espaço respeitado, quanto mais compreendermos que somos as únicas donas do nosso corpo, mais difícil será para essas pessoas seguirem nos agredindo e desrespeitando.

“Don’t touch me”

Compositores: André Brasil e Gisele Bloete

Não vou mudar / Pra agradecer esse teu jeito
Não vou sorrir / Pra te deixar satisfeito
Não vou te dar / Pra suprir o teu desejo
Não me diga o que fazer
Porque eu sei do que sou feita

Não vou mudar / Vou falar tudo o que eu penso
Eu vou lutar / Quero Paz / Nenhuma a menos
Eu vou gritar / Ninguém mais me bota medo
Sou mulher ou o que quiser
Qual é malandro! Me respeita, pô

Don't touch me / Eu não sou tua
Eu não sou tua / Nem sou de ninguém
Don't touch me / Meu corpo é meu
Meu corpo ateu / Só meu e de mais ninguém

Ouçã agora através do link: <https://youtu.be/PY6V6LmnTaw>

Agradecimentos

Participar da 4ª Mostra Observa Campo – Meu Corpo é Terra-Território através da construção e realização desse show foi emocionante e muito gratificante. Agradeço à Professora Aline Hernandez e a Professora Patrícia Binkowski pela oportunidade de fazer parte desse projeto tão importante e tão significativo para toda a sociedade e comunidade acadêmica. Obrigada a todxs que estiveram conosco durante a live e ao Liu Barros pela dedicação e musicalidade. A arte está viva!



TEXTO- CORPO: UM TERRITÓRIO CHAMADO SARAU

Adriana Borella Pessoa
Aline Reis Calvo Hernandez
Kellin Mello
Larisa da Veiga Vieira Bandeira

A junção das palavras corpo-território fala por si mesma: diz que é impossível recortar e isolar o corpo individual do corpo coletivo, o corpo humano do território e da paisagem. Corpo e território compactados como uma única palavra desliberaliza a

noção do corpo como propriedade individual e específica uma continuidade política, produtiva e epistêmica do corpo enquanto território. O corpo se revela, assim, composição de afetos, recursos e possibilidades que não são “individuais”, mas se singularizam, porque passam pelo corpo de cada um na medida em que cada corpo nunca é só “uma”, mas o é sempre com outros, e outras forças também não humanas (GAGO, 2020, p. 107).

Sarau-saúda-saúde do corpo-território. Reúnam-se mulheres e cantem, acolham-se e escrevam, juntem-se e contem suas histórias. Mantenham os corpos vivos, o sangue aquecido, as alegrias que vibram. Cantar para não adoecer, escrever para saudar, contar histórias para manter a saúde desse corpo coletivo. Nos querem tristes, fracas e doentes, enquanto cevam o mate, enquanto selam os seus bichos, enquanto afiam as suas facas, enquanto assinam tratados, enquanto apertam nossos corpos, enquanto matam o que quer viver.

Um sarau é fruição, partilha, afirmação desse corpo coletivo, nos mantém atentas, nos permite experimentar outros modos de habitar essa terra. Contar aqui algo que se deu é também um exercício de experimentação de outros modos de habitar também a escrita das mulheres que lá estiveram. Ler essa composição coletiva, também é experimentar-se no corpo-território.

É difícil colocar em palavras esse acontecimento vibrátil que foi o Sarau, mas vamos tentar. Na etimologia da palavra (do latim), sarau é essa festa ao entardecer, ponto de partida. A 4ª Mostra ObservaCampos “Meu corpo é terra-território” encerrou com esse Sarau, em que os corpos-textos das mulheres, em suas múltiplas línguas e linguagens, ocuparam território.

Mas, como se ocupa um território?

Nós, mulheres, sempre escrevemos, mas não podíamos assinar.

O texto era latifúndio dos homens.

O preto no branco, diziam eles.
Arrancando as páginas escritas de nossas mãos.

Nós, mulheres, sempre escrevemos, mas não podíamos publicar.
Os livros eram dos homens.
Capa dura, brochura grossa.
Publicando, por anos e anos, os nossos escritos em seus nomes.

Nós, mulheres, sempre escrevemos, mas não podíamos ler.
Ler era dos homens-letrados.
Alfabetos, gramáticas, sintaxes, tudo deles.
Trancafiado em suas bibliotecas escuras e mofadas.

Nós, mulheres, sempre escrevemos.
Escondidas, na calada da noite, no escuro da senzala, na floresta, no navio negreiro,
em nossos diários, papel qualquer ou mesmo com gravetos na terra...

Nós, mulheres, sempre escrevemos.
Histórias nossas, misturadas às de nossas avós, mães, tias, primas...
Histórias de nossas amigas, que escutam com atenção.
Histórias gravadas em nossos corpos-territórios-de-memórias.

O texto sempre foi nosso corpo.
Mas eles não gostaram.
Queimem, essas bruxas na fogueira!
Convertam, essas benzedeadas!
Marquem, em letra escarlata, essas adúlteras!
Catequizeem, essas indígenas!
Hipnotizem, essas histéricas!
Escondam as urnas dessas sufragistas!
Batam, nessas atrevidas!
Curem, essas machorras!
Calem, essas feministas!
E nós compreendemos, com nossos corpos, que tudo era texto.
Com/texto.
E o território tinha de ser ocupado!
Ocupado não, invadido, gritaram eles!
Com as armas apontadas para nós.

Nós, mulheres, seguimos escrevendo...
Contando histórias.
Inventando...
Habitando outros mundos possíveis...

Nós, mulheres, nunca paramos, e hoje nossos textos-corpos se espalham por todas as terras-territórios.

Hoje sabemos como se ocupa um território sem cercas,
chamado Sarau...

(Por Aline Hernandez, poema escrito para o Sarau)

E o Sarau segue o fluxo. Corpo encarnado em intertexto Larisa Bandeira nos apresenta o sensível e eletrizante Pequeno Manual de Abate de Árvores e Mulheres (vídeo disponível em <https://youtu.be/W4MQirv83-4>):

1. Antes de iniciar, não pense que são distintas, as árvores e as mulheres. Ambas as espécies são bens comuns. O acesso aos seus corpos e troncos é livre, a mulher é um recurso natural que está fora da esfera das relações de mercado.
2. O abate das árvores, deve ser precedido de análise do solo, e sucedido de nivelamento e aterramentos, isso é necessário para deixar a terra plana e limpa. O abate das mulheres deve ser precedido de análise de suas territorialidades negras, indígenas, femininas e feministas nos processos da cidade e do campo e questionadoras da organização machista, patriarcal e racista predominantes. O abate deve ser sucedido do apagamento efetivo de qualquer dimensão simbólica, de qualquer sonho coletivo. Isso é necessário para deixar a terra lisa sem que ninguém se sinta pertencente.
3. Comece marcando as que precisam ser abatidas com tinta vermelha, para que fique público o domínio de seus corpos/troncos.
4. Marque primeiro as exóticas, as que são muito altas, as muito baixas, entre as nativas marque primeiro as antigas e as que

ainda estão se desenvolvendo, as que se reproduzem com facilidade e as que não dão frutos.

5. Use um círculo vermelho para as quais o abate é esperado, é comum e corriqueiro, para as quais não haverá reclamação ou revolta dos comuns.

6. Numere as que precisarão de reposição, as que foram criadas em estufas dos homens de bem, a cada 1 abatida prometa 5 novas, mais adaptáveis ao terreno, mais domesticáveis.

7. As que fornecem alimento, mantém a água limpa, não são doentes, ou cujos corpos/troncos escondem o abate, o garimpo, a devastação, mantenha fora da marcação, por um curto período.

8. Deixe somente uma espécie no território, para que a diversidade não se instale, para que uma nativa não aprenda os maus costumes das exóticas, das invasoras. Para isso defina as nativas como saudáveis, recatadas, do lar, princesas, do bem, e as demais como ameaçadoras. Proliferando o medo e suprimindo o afeto e a colaboração entre elas, a morte se instala nos corpos vivos.

9. Quando uma árvore é abatida, o que é produzido nela, nas trocas que faz com as outras, nos galhos que sustentam outras vidas, nos ninhos que se alojam em seus corpos caem junto com ela. Isso causa confusão nas vidas que dependem dela. O mesmo acontece com uma mulher abatida, sua casa, sua prole, suas crias ficam também confusas.

10. Cuide especialmente do que sobra, do resíduo orgânico, é essencial que sobre o suficiente para alimentar, para procriar, para que o bem comum não acabe. Atente para que as que ficam não se organizem, não revidem, não cantem, não escrevam, não se solidarizem, ou se reforcem, não se comuniquem. A força delas é incontrolável.

E em nossa festa ao entardecer a música se fez pela voz e violão de Kellin Mello, essa artista que nos fez cantar, dançar, chorar e gargalhar com seu repertório: Meu corpo-terra é música-território.

Choro (en)canto

Eu vou subir a serra, vou respirar a mata, me banhar de lua nova, construir a minha casa.

Eu vou subir a casa, vou respirar a aurora, me banhar naquela mata, começar na lua nova.

Mantém o fogo aceso e escuta a velha sábia.
Abandona as tuas pedras, te balança como as águas.
E anda sem rumo, anda aos ventos, aos trancos e barrancos.
Aprende a chorar, aprende a gargalhar.

Dá gracias a la vida que não cansa de te pôr no colo.
Desamarra teus cabelos, alça voo como as águias.
E cai de novo na noite escura da tua alma.
Aprende a aceitar, aprende a gargalhar.

As experiências vividas por mim, ao longo da minha trajetória atravessaram o meu corpo e assim o compuseram. As terras que habitei, a de origem e as temporárias, todas em seu princípio, indígenas, posteriormente colonizadas por europeus, foram meu território e fazem parte da constituição da pessoa que hoje sou. Seria essa a minha e também a sua história? O que sei é que meu corpo-terra fez com que mulheres desejanter de arte e revolução me encontrassem para participar do Sarau corpo terra-território. Acredito que parte de suas histórias são semelhantes à minha ou à sua (se você que lê esse texto é mulher) diante daquilo que o patriarcado cristão, branco e capitalista fez e faz conosco. Semelhantes também ao nos considerarem inferiores, objetos a serem usados para servir às necessidades do outro (homem). E temos consciência, umas mais, outras nem tanto, que a dominação que recai sobre uma mulher cis, branca e da classe média é inferior à que atinge uma indígena, uma negra, uma camponesa, uma trans.

Por isso, quando uma mulher compõe uma música, esses atravessamentos a cortam, estando elas conscientes ou não. Quando uma mulher canta, também. E seu canto, vindo antes de um lugar de passividade, que tantas vezes revelou suas fantasias com a pessoa amada, cada vez mais se parece ao canto das sereias: seduz, derruba e afoga (o patriarcado).

Esta arte musical pode ser um caminho que encontramos para expressar o que está no âmago de nossos corpos e para viver mais uma etapa de nossas curas. Entoadada, pode concretizar sonhos, como o que iniciei este relato, escrito por mim há sete anos. Tanto entoei, que se realizou. Outra cura é agrupar pessoas em círculo, num pequeno espaço enfeitado de cascas, sementes, folhas e frutos de árvores, com pessoas dispostas à troca de consciência, alegria e amor. Dispostas a liberarem e vibrarem suas vozes em coletivo, tornando a experiência com a música mais poderosa.

A escolha foi por um repertório musical que dá voz ao fardo da mulher, sobretudo a latino-americana, e mais, a mulher latino-americana inserida no meio musical, a musicista (cantora, instrumentista, compositora), sem esquecer este território corpo-terra que aqui vos fala: a musicista gaúcha. Sentir e cantar não só o fardo, mas o gozo, porque também conseguimos gozar apesar do fardo. Fardo e gozo, que catalisam expressões, transgressões, aparições e revoluções com a boca no trombone-microfone. É neste lugar em que eu estava quando fui convidada a escolher um repertório, cantá-lo e interpretá-lo no Sarau: a retomada do gozo. Um momento de retomada do meu território corpo-terra, terra-palco, corpo-pleno. Mostrar as quedas, as rejeições como também as raivas e as libertações. Minhas e nossas. Por conta própria, mas especialmente amparada por mulheres desejantes de revolução. Um convite ao meu resgate que é o resgate de todas. Um desafio e uma satisfação é cantar e tocar músicas que fortalecem o novo lugar da

mulher em suas relações. Também, uma homenagem às intérpretes que com a sua arte dão visibilidade à força, à revolta, aos sonhos e às conquistas das mulheres.

Ser mulher é ter um território corpo-terra que dói:

Abandono e rejeição: “Foi quando meu pai me disse filha, você é a ovelha negra da família. Agora é hora de você assumir e sumir” (Ovelha Negra – Rita Lee);

Exclusão: “Você ri da minha roupa, você ri do meu cabelo, você ri da minha pele, você ri do meu sorriso” (Olhos Coloridos – Sandra de Sá);

Traição: “Animal arisco, domesticado esquece o risco, me deixei enganar e até me levar por você” (Fera Ferida – Maria Bethânia);

Solidão: “O deserto que atravessei, ninguém me viu passar, estranha e só, nem pude ver que o céu é maior” (Catedral – Zélia Duncan).

Ser mulher é ter um território corpo-terra que pode despertar:

Força: Minha força não é bruta, não sou freira nem sou puta; sou rainha do meu tanque, sou Pagu indignada no palanque (Pagu – Maria Rita);

Consciência: “Tá na hora de reagir, entender que somos gigantes, ocupar o nosso lugar, acolher nossas almas” (Germinar – Flaira Ferro);

Liberdade: “Que um homem não te define, sua casa não te define, sua carne não te define, você é seu próprio lar” (Triste, Louca ou Má – Francisco El Hombre).

Ser mulher é ter um território corpo-terra que pode retomar:

Poder: “Eu vim descendo, facão na mão, zoiúda, pra matar os males do mundo. Empoderada, mulher que corta, vestida de patuás, dentro do meu altar sagrado pra quem cura” (Zoiúda – Raissa Fayet);

Indignação: “Hoje eu não quero falar de beleza, ouvir você me chamar de tristeza, eu sou um monstro” (Eu sou um monstro – Karina Bhur);

Limite: “Nem vem tirar o meu riso frouxo com algum conselho que hoje eu passei batom vermelho. Eu tenho tido a alegria como dom, em cada canto eu vejo o lado bom” (Velha e Louca – Mallu Magalhães).

Ser mulher é ter um território corpo-terra que pode gozar:

Deleite: “Eu hoje represento uma fruta, pode ser até maçã. Não, não é pecado, só um convite, venha me ver amanhã e sempre” (Luz del Fuego – Rita Lee).

Ser mulher é ter um território corpo-terra que pode amar e agradecer:

“Gracias a la vida que me ha dado tanto, me ha dado el oído que en todo su ancho, graba noche y día, grillos y canarios, martillos, turbinas, ladridos, chubascos y la voz tan tierna de mi bien amado” (Gracias a la vida – Mercedes Sosa).

Responsável por encontros de corpos-terra-territórios de mulheres, a música manifesta suas subjetividades e promove um reencontro de “quase iguais”, subvertendo a cultura de competição empurrada goela abaixo. A vida de uma mulher sendo representada por uma canção é um ato revolucionário, considerando os anos de silenciamento de suas vozes. De repente, essas vozes, essas vidas, estão sendo expostas, vistas. Ao escutar uma música que fale sobre a vida de uma mulher, eu me escuto, você se escuta, escutamos todas e percebemos o quanto somos semelhantes e por isso, podemos contar umas com as outras. Cicatrizes em um corpo e numa terra, resultantes da invasão e da exploração, criam raízes. Estas sustentam corpos com seus movimentos, seus sons e sua música atravessando as gerações. Para uma mulher existir, tantas outras resistiram, muitas outras não. Transformar o território corpo-terra em música é expor os danos feitos aos corpos e às terras. É espalhar aos ventos o resultado da expropriação de um território e de um saber com o uso de seu próprio canto. Entoar o ser explorada e o

explorar-se, cuidar dos outros e abandonar-se. As latino-americanas cantam a dor e convidam ao despertar de mulheres para defender, enfrentar, resistir, arriscar, retomar, emancipar, demarcar, plantar, amplificar, desabrochar, permanecer e gozar. Especialmente gozar.

As velhas, as tristes, as loucas, as más, feras feridas em suas romarias, em seus vilarejos. As que aguentaram o deboche de sua pele, de seu cabelo e do seu sorriso, suportando perder ou as que transgrediram e foram vistas como ovelhas negras, portanto, excluídas e abandonadas. “Uma gente que ri quando deve chorar e não vive, apenas aguenta”. Raízes e troncos que sustentam as próximas Pagus e as futuras Luz del Fuego. Reagem rejeitando o louvor à beleza, às princesas e às boazinhas (sabendo que estas também sofrem e que estes papéis são defesas contra a rejeição social), libertando seus monstros, sendo zoiúdas e ainda conseguindo agradecer à vida. Gozando de malandragem, dirigindo seus carros, tomando seus pileques e ainda tendo tempo para cantar. Por fim, entendem que são gigantes.

Em seguida é a escritora Adriana Borella Pessoa que nos apresenta Mulheres, simplesmente brilhantes.

Ao longo das décadas, as mulheres vêm tentando romper com as barreiras que as impedem de ter o seu lugar no mundo. Seu lugar de direito, como de qualquer pessoa ou ser vivo que habita este planeta. Parece inconcebível pensar que em pleno século XXI, ainda tenhamos que enfrentar as dores impostas por uma sociedade machista que se julga no direito de determinar condições e impor padrões de vida para nós, mulheres. Não é muito fácil, mas seguimos na luta.

A 4ª Mostra ObservaCampos “Meu corpo é terra-território” foi brilhante ao trazer mulheres de diferentes lugares apresentando suas experiências de vida e de trabalho. O Sarau, especificamente, foi comovente,

lindo, de puro amor e empatia. Senti-me livre para respirar aliviada ao pensar, como é bom ser mulher! Como agradeço por ser mulher e ter a sensibilidade de ouvir, abraçar e sentir o pulsar do coração de outras mulheres. Compartilhar das dores e oferecer o acalento. Ei, minha companheira mulher, você não está só. Estamos juntas. Somos corpo-luta, território de todas.

Simplesmente Eu

Quem sou eu, me pego a pensar.
Nas lutas constantes da vida,
Que deixam marcas e abrem feridas,
Procuro o meu lugar.
Um lugar que não seja perfeito,
Tenha apenas o meu jeito,
Onde posso me encontrar.

Quem sou eu, sigo a pensar
Neste mundo tão desigual,
Em que roubar e matar parece normal,
Ainda procuro o meu lugar.
Um lugar que mantenha o respeito,
Que o sublime viver seja um direito,
Onde a paz possa estar.

Quem sou eu, por muito tempo me peguei a pensar
E depois de muito refletir,
Não desejo me calar,
Sou voz que clama por justiça e união,
Na qual todos os povos são irmãs e irmãos,
Pois de todos é este lugar.

Quem sou eu, finalmente, depois de muito pensar,
Sou luta, sou sonho, sou rebeldia,
Sou paz, sou transformação, sou alegria,
Sou diferente.
Só quero meu lugar, meu espaço,

Sou gente!
Sou filha, sou mãe, sou independente.
Sou corpo – terra – território.
Sou mulher!
Sou eu, simplesmente.

Felizmente, entre tantos adjetivos e atributos que compõem o “ser-mulher”, temos a forte presença da criatividade que pode ser vista em inúmeras personagens que fizeram história, desconstruindo padrões e lutando fervorosamente, defendendo suas causas, principalmente, a de simplesmente ser mulher; de ser respeitada, valorizada e reconhecida por todo talento que possuem. Independente do querer, ou não, de uma sociedade que conserva raízes machistas, nós mulheres, estamos em todos os lugares, dando nossas contribuições, fazendo a vida acontecer. Mulheres são artistas natas, não importa o palco em que se apresentam, possuem o seu território. Mulheres pardas, brancas, pretas, indígenas. Mulheres no tanque, no escritório, no fogão. Mulheres motoristas, artistas, políticas, professoras. Simplesmente mulheres.

No Sarau, as “mulheres de pano” deram seu recado, representando importantes personagens da vida real ou apenas de ficção, mas que simbolizam a força, determinação e garra das mulheres.

Okoye, a general, trata-se de uma importante guerreira da guarda real de Wakanda. A talentosa guerreira representa cada uma de nós, mulheres, que não se abaixam ao ser ameaçadas por um império, talvez maior em força, mas não em habilidade estratégica. Ah, a inteligência das mulheres é algo indescritível.

A personagem *Helena*, da obra infantil “Um Mundo Diferente” (Pessoa, 2021) não se conforma com o mundo do jeito que está. Sonha com igualdade, respeito às diferenças e ao planeta, pensando nas gerações que virão. Nós,

mulheres, entendemos que a vida precisa continuar após nós, e com qualidade. Temos a preocupação com o planeta que queremos deixar para os que virão. Helena vai à luta por um mundo melhor.

A artista mexicana *Frida Kahlo* trouxe a força da superação diante de recorrentes golpes da vida. Hoje, ainda vemos muitas mulheres que, apesar de suas limitações, não se intimidam e enfrentam, com coragem tirada não se sabe de onde, tantos golpes. E vencem.

Não posso deixar de mencionar uma grande mulher, uma inspiração na minha vida e com certeza de outras mulheres, a arte-educadora *Ana Mae Barbosa*, a primeira Doutora em Arte-Educação do país. Que ousadia! Ir para Boston fazer Doutorado em arte na década de 70, em pleno período de ditadura civil-militar no Brasil.

E finalmente, uma personagem que se apresentou em minha vida ainda na infância e nunca mais desgrudei dela. “Pollyanna” (PORTER, 1913), uma menina-mulher que me curou, que transformou a minha vida através do “jogo do contente” que consiste em procurar encontrar algo de bom em todas as coisas, por piores que sejam. Esta é uma prova de que mulheres curam mulheres. Mulheres se doam. Mulheres são corpo-terra-território-lutas-vitórias. Mulheres são, simplesmente, brilhantes.

Ana Paim e Demétrio Andrade nos deixaram estarecidas com essa ilustração inspirada na obra de Torres Garcia, da América Invertida. A obra traz uma reflexão sobre nosso “norte” ser, na verdade, o sul, como valorização da cultura latina. Ela representa o suor e o sangue que dão forma, onde não há bordas entre o corpo, a terra e o território. A arte como expressão de insurgência diante da colonialidade que é um eco do colonialismo. Da necropolítica, do machismo, do racismo, do massacre dos povos originários.

Quando a terra sangra, sangra a carne também. E as lutas revelam corpos-territórios onde a indígena chora e sangra o território, um mapa de si mesma.



E chega um momento lindo do Sarau. Sem cercas, o fluxo é aberto. Foi lindo ver a mulherada e também suas filhas, amigos e companheiros pegando os livros e poemas e lendo mulheres: Carolina Maria de Jesus, Cidinha da Silva, Djamila Ribeiro, Conceição Evaristo, bell hooks, Luna Vitrolira, Angélica Freitas, Natália Borges Polezzo, Hilda Hilst, além de escritas e poemas próprios.

E foi na batida do fluxo aberto que Fê Schinaider e Cássio Hoffmann nos surpreenderam com suas performances. Ao som da música e letra de Caio Prado “Não recomendado” nos falaram de corpos e existências não recomendadas à sociedade. Fê começa tensa, no corpo de um homem sério e carrancudo que ao despir-se vai se libertando, tornando-se uma mulher.

Não recomendado (Caio Prado)

Uma foto, uma foto.
Estampada numa grande avenida.
Uma foto, uma foto.
Publicada no jornal pela manhã.
Uma foto, uma foto.
Na denúncia de perigo na televisão.

A placa de censura no meu rosto diz: Não recomendado à sociedade.
A tarja de conforto no meu corpo diz: Não recomendado à sociedade.

Perverso, mal amado, menino malvado, muito cuidado!
Má influência, péssima aparência, menino indecente, viado!

A placa de censura no meu rosto diz: Não recomendado à sociedade.
A tarja de conforto no meu corpo diz: Não recomendado à sociedade.

Não olhe nos seus olhos.
Não creia no seu coração.
Não beba do seu copo.
Não tenha compaixão.
Diga não à aberração.

A placa de censura no meu rosto diz: Não recomendado à sociedade.
A tarja de conforto no meu corpo diz: Não recomendado à sociedade.

Cássio arrebatava a cena com o videoclipe Não Recomendado, para situar as manas que não nascem mulher, mas escolhem ser mulher, as mulheres trans.

São elas que nos ensinam que nossa existência é, também,

trans-ito...Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=GsaR0TQNu_w

Referências

GAGO, Verónica. **A Potência Feminista ou o desejo de transformar tudo**. Editora Elefante, 2020.

POR TRÁS DAS CÂMERAS: RELATOS DA “COXIA”

Ana Paula Paim de Almeida
Cássio Adílio Hoffmann
Demétrio Ribeiro de Andrade Neto
Ismael Jesus Klein

Resumo: A 4ª Mostra ObservaCampos “Meu Corpo é Terra-Território” teve início muito antes do dia de sua abertura oficial. Para o planejamento do evento foi necessário o apoio coletivo de membros da universidade, como professores, alunos de pós-graduação, graduação, membros da secretaria da Unidade Hortênsias (UERGS), grupos de pesquisa e demais apoiadores voluntários que auxiliaram no processo de organização do evento. Organizar um evento deste porte requer uma equipe competente e engajada, e para tal, a comissão de organização do evento foi composta por pessoas que antes de tudo, estavam conectadas com a temática do mesmo. Para a execução da 4ª Mostra foi necessário um trabalho conjunto, deste modo foram criadas comissões para divisão das demandas a serem executadas, sendo estas: Comissão Organizadora, Comissão Técnico-Administrativa, Comissão Científica, Comissão Cultural e a Comissão de Tecnologia e Comunicação. Cada comissão ficou incumbida de funções específicas para o planejamento do evento. O grande objetivo da Comissão de Tecnologia e Comunicação foi o foco na experiência imersiva e dinâmica dos(das) participantes, a fim de garantir a resolução de possíveis problemas com proatividade e eficiência. Garantindo um espaço seguro e confiável para feedbacks e sugestões de melhorias. Coube à Comissão Tecnologia e Comunicação monitorar e realizar a manutenção da plataforma do evento (Even3), desde elaboração e desenvolvimento de mídias digitais, cards para a divulgação da programação detalhada e atualizada das atividades, credenciamento dos palestrantes.

Palavras-chave: Tecnologia; Comunicação; Plataformas Digitais.

Abstract: The 4th Mostra ObservaCampos " Meu Corpo é Terra-Território " began long before the day of its official opening. For the planning of the event it was necessary the collective support of members of the university, such as teachers, graduate students, undergraduate, members of the secretariat of the Unidade Hortênsias (UERGS) research groups and other volunteer supporters who helped in the event organization process. Organizing an event of this size requires a competent and engaged team, and for this, the

organizing committee of the event was composed of people who, first of all, were connected with the theme of it. For the execution of the 4th Mostra it was necessary a joint work, thus were created commissions for the division of the demands to be executed, these being Scientific Committee, Cultural Commission and the Technology and Communication Commission. Each committee was entrusted with specific functions for the planning of the event. The main objective of the Technology and Communication Commission was to focus on the immersive and dynamic experience of the participants (as) in order to ensure the resolution of possible problems with proactivity and efficiency. Ensuring a safe and reliable space for feedback and suggestion of improvements. It was up to the Technology and Communication Commission to monitor and maintain the event platform (Even3), from the preparation and development of digital media, cards for the dissemination of detailed and updated programming of activities, accreditation of speakers.

Keywords: Technology; Communication; Digital Platforms.

1. Introdução

A Organização Mundial de Saúde (OMS), em 11 de março de 2020, emitiu uma declaração de que uma crise sanitária em esfera global atingia a todos e todas, de forma que em todo o mundo foram suspensas atividades presenciais, a fim de que se evitassem os altos riscos de propagação do COVID-19.

Como efeito colateral destes protocolos sanitários e de saúde pública, foram adotadas medidas para a realização de eventos não-presenciais. As transmissões de natureza síncrona e assíncronas permitiram que através de plataformas digitais, ambientes virtuais de aprendizagem, bem como de redes sociais fossem utilizadas por instituições de ensino como ferramentas alternativas na manutenção de atividades de caráter educativo. Passado este período de adaptação, pôde-se constatar a importância dessas tecnologias no processo de aprendizagem em tempos tão desafiadores.

No ano de 2022, passados dois anos da pandemia, ocorreu a 4ª Mostra ObservaCampos, com coordenação de Patrícia Binkowski (PPGAS/UERGS) e Aline Hernandez (PPGAS/UERGS e PGDR/UFRGS), e financiamento da FAPERGS. Para tal optou-se por fazer uso de tais veículos de comunicação como forma de aproximar mundos, terras, corpos e territórios, tendo como tema central: “Meu Corpo é Terra-Território”. Com um total de 116 instituições nacionais inscritas no evento, entre universidades públicas, privadas, órgãos públicos, institutos e ONGs, e duas instituições internacionais: Universidad de O'Higgins (Chile) e École Nationale Supérieure d'Architecture de Grenoble (França). A 4ª Mostra ObservaCampos teve 391 participantes inscritos e 96 submissões de trabalhos.

O planejamento de tais eventos tem como premissa uma temática que atraia o público, portanto antes de tudo, é preciso saber qual o propósito do evento. Sendo que a relevância do evento está também atrelada aos seus financiadores e apoiadores. E no caso da 4ª Mostra, a FAPERGS junto a UERGS, foram os grandes parceiros para a realização das atividades propostas.

A instituição Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS) tem como objetivo o fomento à pesquisa em todas as áreas do conhecimento. Promovendo a inovação tecnológica do setor produtivo, o intercâmbio e a divulgação científica, tecnológica e cultural, bem como estimulando a formação de recursos humanos, o fortalecimento e a expansão da infraestrutura de pesquisa no Estado.

A 4ª Mostra em questão teve como mote promover alternativas possíveis a uma vida digna na terra, à superação de desigualdades sociais e regimes de opressão. Trata-se da proteção do corpo-terra como forma de ocupar e cuidar do território em si. Tendo como ponto de partida as

experiências das mulheres em suas comunidades e do feminismo comunitário.

Com a realização de Conferências Temáticas, Mostra de Trabalhos Acadêmicos-Científicos, Mostra Artístico-Teatral, Sarau e Show de Encerramento. Sendo a Mostra de Trabalhos Acadêmicos-Científicos realizada por meio de 3 Grupos de Trabalho (GT) com as seguintes temáticas: 1) Movimentos Sociais, Lutas, Conflitos e Participação Política; 2) Agroecologia, Biodiversidade e Sistemas Agroalimentares; e, 3) Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e Políticas Públicas. Além disso, houve duas atividades presenciais opcionais.

O evento virtual teve como objetivo promover a integração e a difusão do conhecimento acadêmico-científico, contemplando os aspectos de ensino-pesquisa-extensão, sobretudo nas Unidades da UERGS, visando priorizar a inserção da comunidade externa ao ambiente universitário.

2. A comissão de tecnologia e comunicação

A plataforma de eventos Even3 foi contratada e gerenciada pela Comissão de Tecnologia e Comunicação. Através desta ferramenta digital, foi possível automatizar a maioria das suas funções para o seu desenvolvimento, cabendo à comissão em questão sua manutenção, bem como a orientação de novos inscritos quanto ao seu cadastramento e possíveis dúvidas. O que permitiu maior dinamismo do trabalho, além de garantir maior segurança do evento em tempos de invasão de *lives*. Conforme seguem os "relatos da coxia".

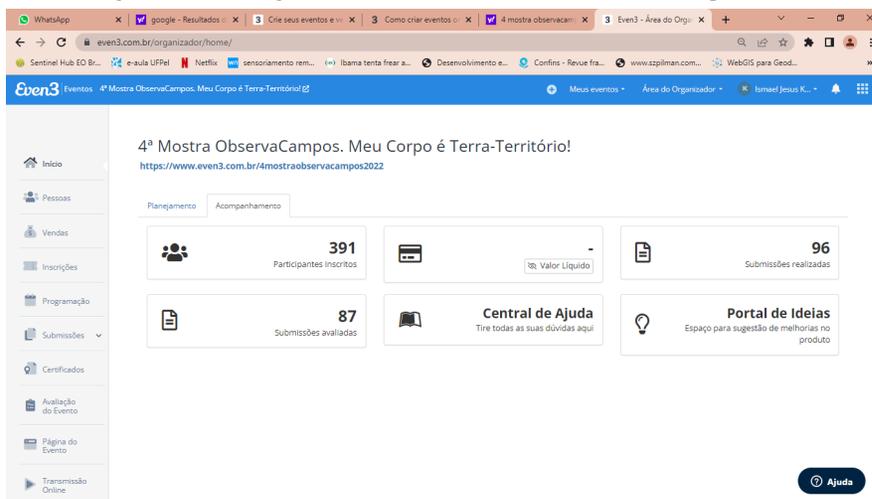
3. Gerenciamento da plataforma Even3

Para executar um evento em formato online, com diversas atividades e participantes de todo o país, foi necessário optar por uma plataforma de

gerenciamento de eventos que facilitasse a comunicação e fosse intuitiva, tanto para a comissão organizadora, quanto para palestrantes e participantes. Neste sentido optamos pela utilização da plataforma Even3. Segundo o site da Even3 mais de 10 milhões de pessoas já utilizaram a plataforma. Tal sucesso certamente está atrelado as funcionalidades e as possibilidades de criar um site exclusivo para o evento. Sejam as inscrições pagas ou gratuitas, a plataforma atende perfeitamente as necessidades de um evento virtual.

A contratação da plataforma, criação do site e gerenciamento geral foi realizado por Ismael Jesus Klein. A seguir descrevemos de forma sucinta o funcionamento da plataforma, conforme apresentada na Figura 1.

Figura 1 - Visão geral do site da 4ª Mostra ObservaCampos



Fonte: Even3, 2023.

A operacionalidade do site é feita por menus em uma plataforma de interface relativamente fácil de trabalhar. Na página inicial é disponibilizado um resumo do evento com a quantidade de inscritos, número de trabalhos submetidos, valor arrecadado em caso de eventos com inscrições pagas e a

central de ajuda. No menu “pessoas” é possível acompanhar a situação de cada inscrito no evento e notificá-las por mensagens. Todas as informações do evento podem ser exportadas em planilhas em formato Excel.

As inscrições são gerenciadas em um menu específico e a programação detalhada também pode ser inserida de forma adequada. Uma das funcionalidades mais importantes da plataforma é o módulo de submissão de trabalhos. Através da plataforma os inscritos submetem seus resumos que são avaliados conforme as áreas temáticas e critérios estabelecidos pela comissão científica. O recebimento, distribuição, avaliação e publicação dos resultados é feita de forma automatizada e garante a lisura no processo de avaliação conforme exige um evento acadêmico.

A plataforma disponibiliza também certificados de forma automática para todas as categorias de participantes. O menu de transmissão online é compatível com diversas plataformas de streaming e registra o check-in de cada participante com a finalidade de geração de certificados. Também evita que pessoas não inscritas tenham acesso a atividades restritas.

Cabe destacar que a maioria das dúvidas são sanadas por tutoriais e vídeos disponíveis na própria plataforma. Caso necessário a equipe técnica está sempre disponível através de um chat. Outro destaque é a possibilidade de ir adquirindo novos módulos conforme as demandas do evento. Por exemplo, é possível comprar mais lotes de inscrição ou submissão de trabalhos diretamente pela plataforma, conforme esgotam-se os lotes iniciais.

Por fim, a facilidade de gerenciamento da plataforma por qualquer dispositivo possibilitou que algumas ações fossem tomadas pela comissão organizadora através do aplicativo para telefones celulares.

4. A identidade visual da 4ª mostra ObservaCampos e o gerenciamento das atividades

Criar uma arte visual para um evento exige muito mais do que apenas elaborar um cartaz, e assim a 4ª Mostra ObservaCampos se tornou um grande desafio. Desde seu princípio a concepção da arte principal tinha um objetivo, o de transmitir a identidade principal do evento: “Meu corpo é Terra-Território”. Como então expressar as principais ideias da ativista indígena Lorena Cabnal em um cartaz? Como transformar o tema central em símbolos, cores, grafismos e personagens? Assim, iniciou-se aqui um processo de leitura, escuta e pesquisa.

Figura 2 – Cartaz principal da 4ª Mostra



Fonte: Cássio Hoffmann, 2022.

Partindo da concepção de representar o tema, não havia dúvidas na escolha da cor principal: ela teria que representar a Terra! Entre tons de marrom e amarelo, chegou-se então na cor final, um marrom puxando o caramelo.

Seguindo, era hora de representar então o Território, e assim surgiram símbolos como a araucária (*Araucaria angustifolia*) e o papagaio-charão (*Amazona pretrei*), ambas espécies endêmicas do sul do Brasil e que estão presentes no Território Campos de Cima da Serra. A ideia

principal neste caso, foi destacar a principal região em que o Grupo de Pesquisa ObservaCampos está inserido. Neste momento, já estavam representados a “Terra-Território”, faltando assim agora destacar o “Meu Corpo”. E assim, foi o momento de representar a experiência de mulheres em seus territórios: a figura de uma mulher indígena. Ao final, foi o momento de inserir outros símbolos, como as folhagens, uma flor e um anis estrelado, elementos que reforçam a ideia de Corpo-Terra-Território. E assim criou-se a identidade visual da 4ª Mostra ObservaCampos.

Quanto à produção de mídia social, após a construção da identidade visual principal, inicia-se a produção das demais mídias sociais, tais como *cards* e vídeos, estes por sua vez tiveram a missão de destacar cada atividade da programação do evento. A 4ª mostra teve três atividades bem definidas: as conferências (abertura e noites de prosa), a mostra de trabalhos e os momentos culturais. Para isso, cada um destes três momentos iria se diferenciar nos *cards* através de diferentes cores. Os *cards* da conferência de abertura e noites de prosa seguiram mantendo a cor marrom e as representações da identidade visual principal; a mostra de trabalho foi representada com *cards* de cor cinza claro também mantendo as representações visuais; a programação cultural foi representada pelo cinza mais escuro, de modo a dar destaque aos elementos dos *cards*, trazendo assim uma concepção mais artística. Todos os *cards* foram produzidos através do Canva, uma ferramenta gratuita de design gráfico online, através dessa plataforma é possível criar apresentações, infográficos, pôsteres e outros conteúdos visuais.

Figura 3 - Exemplo dos cards elaborados por meio do Canva



Fonte: Cássio Hoffmann, 2022.

A divulgação do evento online ocorreu através das redes do ObservaCampos (@observacampos), principalmente no *Instagram* e *Facebook*. Nelas foram possíveis realizar as divulgações de todos os cards, compartilhando o evento de um modo mais prático e visual. Desde a sua concepção a 4ª Mostra foi pensada para ocorrer, em sua grande parte, de maneira online. Assim, todas as transmissões das conferências, noites de prosa, mostra de trabalhos e programação cultural teriam de ocorrer em diferentes plataformas, e ao mesmo tempo estarem disponíveis para o acesso dos participantes.

Com exceção apenas da mostra de trabalhos, todos os outros momentos foram transmitidos no canal do *YouTube* do ObservaCampos, através da plataforma *StremYard*, um estúdio de gravações e transmissões ao vivo. Entre as possibilidades desta ferramenta, destaca-se a transmissão estável para redes como o *YouTube*, *Facebook*, *LinkedIn* e outras. A mostra de trabalhos ocorreu através da plataforma *Google Meet*, serviço de comunicação por vídeo desenvolvido pelo *Google*, a ferramenta permite a interação entre os participantes através da câmera, áudio e compartilhamento de tela, sendo assim ideal para esta programação.

De modo geral, os momentos de transmissão das atividades ocorreram com muita estabilidade, e longe de contratemplos. As plataformas

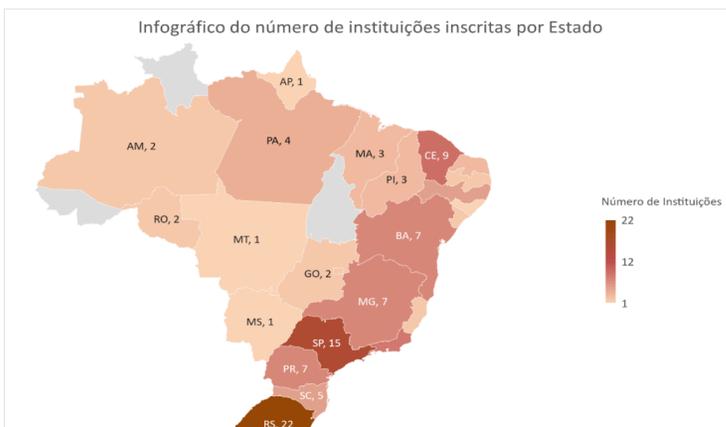
utilizadas mostraram-se suficientes para cada momento, sendo também ferramentas fáceis para a utilização dos usuários, neste caso os conferencistas de cada momento. Assim, a 4ª mostra ObservaCampos provou ser possível a realização de um evento de grande porte, e de programação consideravelmente completa, totalmente online.

5. Manutenção e suporte técnico

No decorrer do processo, foi dado o aporte técnico para as inscrições nas atividades, comunicação, instrução e esclarecimentos de dúvidas dos inscritos, bem como a emissão de certificados na plataforma ao fim do evento. Também como parte da manutenção da plataforma, foi realizada a apresentação de resumo da experiência acadêmica e profissional dos palestrantes para apreciação do público. Além disto, os membros da Comissão de Tecnologia e Comunicação, Ana Paula Paim de Almeida e Demétrio Ribeiro de Andrade Neto, foram responsáveis pelo processamento e síntese dos dados construídos durante e após o evento, como indicadores de qualidade e alcance do mesmo.

O uso de ferramentas online também proporciona ampla interação entre participantes de diversas partes do país e além. Como consta no infográfico abaixo:

Figura 5 – Infográfico do número de instituições inscritas por Estado



Fonte: Elaborado por Ana Paula Paim de Almeida, 2023.

Eventos como a Mostra ObservaCampos, promovem a disseminação de conhecimento e conexão de pessoas, com um alcance ainda maior, fruto das tecnologias de comunicação da atualidade. Além disso, há um considerável ganho de visibilidade das instituições e a construção de uma rede que estimula a criação de comunidades acadêmicas interdisciplinares.

Ao fim, após reunir os “relatos de trás da coxia”, concluímos que um evento deste porte traz consigo o trabalho desafiador de garantir qualidade e excelência à altura dos participantes. Bem como o uso das tecnologias é de extrema importância para aproximar comunidades, estados, nações e pessoas. Porém cada um dos envolvidos é essencial no processo, de forma que nenhuma tecnologia, por mais facilitadora que seja, substitui a empatia e o olhar sensível de quem está “por trás das câmeras”. Afinal, para além das telas somos todos e todas corpo-terra-território.

Referências

OLIVEIRA, Pedro Ivo de. **Organização Mundial de Saúde declara pandemia do novo Coronavírus**. Agência Brasil, Brasília, 11 de março de 2020.

Disponível em: [Referências de sites, blogs, páginas da internet nas normas ABNT](#). Acesso em: 04 mar. 2022.

ÍNDICE DE AUTORAS(ES)

Adriana Borella Pessoa - Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul Professora da rede pública estadual do RS. É Especialista em Arte/Educação: Arte, Ensino e Linguagens Contemporâneas pela Universidade FEEVALE. Escritora de Literatura Infanto-juvenil. Atua como docente colaboradora no curso de Pedagogia na UERGS - Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Mestre pelo Programa PPGAS - Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sustentabilidade pela UERGS. Membro do Conselho Municipal de Cultura de São Francisco de Paula.

Adriana Carla Dias Trevisan - Eng. Agrônoma pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas (PGA-UFSC) e Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental (PPGEA-UFSC). Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sustentabilidade (PPGAS) da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS).

Aline Reis Calvo Hernandez - Graduada em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS). Mestre em Educação pela PUC. Doutora em Psicologia Social e Metodologia pela Universidad Autónoma de Madrid (2005), Pós-Doutora em Psicologia Social pela PUC. Professora Adjunta da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) na Faculdade de Educação/DEBAS, Professora no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da UFRGS. Professora Colaboradora do Mestrado em Ambiente e Sustentabilidade (PPGAS) da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS). Líder do grupo de pesquisa Psicologia Política, Educação, Histórias e Memórias do Presente POLEMHIS (CNPq), vice-líder do grupo de pesquisa ObservaCampos Observatório de Políticas e Ambiente (CNPq).

Ana Paula Paim de Almeida - Graduada em Gestão Ambiental pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), membro do grupo de pesquisa Observatório de Políticas e Ambiente- ObservaCampos.

Cássio Adílio Hoffmann - Graduado em Gestão Ambiental pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), membro do Grupo de Pesquisa Observatório de Políticas e Ambiente-ObservaCampos.

Charles Evandre Vieira Ferreira - Mestre em Ambiente e Sustentabilidade pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS (2020). Graduado em Direito pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB (2014), membro do Grupo de Pesquisa de Direito Penal Econômico Estratégico pelo Centro de Referência de Direitos Humanos (CRDHA), atualmente integra o Observatório de Políticas e Ambiente - ObservaCampos (UERGS).

Clara Natalia Steigleder - Cientista Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Mestre em Sociologia e Doutora em Planejamento Urbano e Regional (UFRGS). Professora na Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e colaboradora na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS). Coordenadora da Especialização em Gestão para a Sustentabilidade na UFPEL, membro do Laboratório de Estudos Avançados Multidisciplinares (LEAM/UERGS).

Dayana Cristina Mezzonato Machado - Formada em Agronomia pela Universidade Federal de Viçosa – MG, Especialista em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo pela Universidade Federal de Santa Maria, Mestre e doutorado em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Vive e pesquisa no Assentamento Filhos de Sepé, em Viamão no Rio Grande do Sul.

Daniela Mueller de Lara - Engenheira Ambiental e Mestre em Sistemas e Processos Industriais pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), Doutora em Ambiente e Desenvolvimento (PPGAD/Univates) realizando doutoramento sanduíche no Senckenberg Forschungsinstitut und Naturmuseum (Frankfurt am Main – Alemanha). Professora do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sustentabilidade (PPGAS) da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS).

Demétrio Ribeiro de Andrade Neto - Graduado em Gestão Ambiental pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) com especialização *latu sensu* em Geografia Humana e Econômica pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER), participante dos grupos de pesquisa Observatório de Políticas e Ambiente - ObservaCampos; e Psicologia Política, Educação, Histórias e Memórias do Presente (POLEMHIS).

Elaine Biondo - Bióloga pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Mestre em Zootecnia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Doutora em Ciências: Botânica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGBotânica/UFRGS). Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sustentabilidade (PPGAS) da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS).

Gabriela Coelho-de-Souza - Licenciada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pós-Doutorado em Desenvolvimento Rural. Professora do Departamento de Economia e Relações Internacionais. Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Sociobiodiversidade, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional - NesSsAN e do Círculo de Referência em Agroecologia, Sociobiodiversidade, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional - AsSsAN Círculo (UFRGS). Pesquisadora do Núcleo de Estudos em Decolonialidade, Etnoecologia, SocioBioCotidiano e Movimentos para a Agrobiodiversidade (DESMA).

Gisele Bloete - Cantora e Compositora de música popular brasileira, educadora musical e graduanda em Licenciatura em Música pela UFRGS.

Ismael Jesus Klein - Licenciado em Ciências da Natureza pela Universidade Federal do Rio grande do Sul (UFRGS), graduado em Gestão Ambiental, especialista em Educação para a Sustentabilidade e Mestre em Ambiente e Sustentabilidade pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), membro do grupo de pesquisa Observatório de Políticas e Ambiente-ObservaCampos.

Josiane Carine Wedig - Doutora pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). Professora do Departamento de Ciências Humanas e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (PPGDR/UTFPR). Líder do Grupo de Pesquisa Gênero, Juventude e Cartografias da Diferença (Artemis).

Kellin Mello - Psicóloga formada pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), atua com psicoterapia individual de jovens, adultos e idosos; facilita grupos de Comunicação Não-Violenta (grupoterapia); musicista em clínica de Oncologia, atuando como psicóloga e musicista em sala de quimioterapia.

Kerexu Takuá - Consultora em educação indígena, escritora e pedagoga, coordenadora do Centro de Referência Indígena do Rio Grande do Sul, coordena o Levante Indígena Urbano do Rio Grande do Sul e a Rede Indígenas do RS.

Larisa da Veiga Vieira Bandeira - Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestra e doutora em Educação pelo PPGEDu/UFRGS. Atua como docente colaboradora no curso de

Especialização em Educação e Cultura na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS). Pós-doutoranda na Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) na linha de pesquisa Educação, Cultura e Produção de Sujeitos.

Letícia Mairesse - Mestre em Ambiente e Sustentabilidade (UERGS), Graduada em Ciências Biológicas (ULBRA). Especialista em Educação ambiental (UFSM). Extensionista Rural Social Emater/RS-Ascar

Lilian Aldina Pereira Mendonça e Mendoza (Lilian Mariacó Kurumá Katchaki) - Economista pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Mestra pelo Programa de Pós-graduação em Administração e Desenvolvimento Rural (PADR/UFRPE) e Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS).

Lilith Schneider Bizarro - Bióloga pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Mestra em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pesquisadora do Núcleo de Estudos em Decolonialidade, Etnoecologia, SocioBioCotidiano e Movimentos para a Agrobiodiversidade (DESMA) e do AsSsAN Círculo (UFRGS).

Luana Silva da Rosa - Doutoranda em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS). Bióloga, possui Mestrado Profissional em Ambiente e Sustentabilidade pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (PPGAS/UERGS). Membro dos grupos de pesquisa Observatório de Políticas e Ambiente (ObservaCampos/UERGS) e Tecnologia, Meio Ambiente e Sociedade (TEMAS/UFRGS).

Mariana Muehleberg Soares - Bióloga pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Mestranda em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas

em Sociobiodiversidade, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional - NesSsAN, e do AsSsAN Círculo (UFRGS).

Martha Giudice Narvaz - Doutora em Psicologia e Pós-doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora do Mestrado Profissional em Educação, da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) e líder do grupo de pesquisa Gênero e Diversidades.

Patrícia Binkowski - Professora adjunta da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS). Professora Permanente no Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sustentabilidade (UERGS). Engenheira Agrônoma pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Mestra e Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS). Líder do grupo de pesquisa Observatório de Políticas e Ambiente - ObservaCampos (CNPq/UERGS) e vice-líder do grupo de pesquisa Psicologia Política, Educação e Histórias do Presente (CNPq/UFRGS). É integrante do Grupo de Trabalho "Metabolismo social y Justicia Ambiental" do Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO).

Pâmela Marconatto Marques - Professora Adjunta no Departamento de Economia e Relações Internacionais e Professora da Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Doutora em Sociologia pela UFRGS, na linha de pesquisa Minorias Sociais: estigmatização, discriminação, desigualdade e resistência. Pós-Doutora (PPDJ-CNPQ) no mesmo programa, com pesquisa de campo junto às Nações Unidas (Genebra, Suíça) e ao Mouvement politique des objecteurs de croissance (mpOC), em Liège, Bélgica. Integra os GTs CLACSO Pensamiento crítico caribeo sobre raza y racismo e Autonomias, Territorios y Memorias:

geopolíticas em disputa; e o Laboratório Urgente de Teorias Armadas (LUTA - NEAB/UFRGS).

Raquel da Fonseca Holz - Engenheira Civil pela Universidade Católica de Pelotas (UCPel), Mestra em Engenharia Oceânica (PPGEO/FURG) e Doutora em Engenharia de Produção e Transportes (PPGEP/UFRGS). Professora Associada da UFPel e diretora adjunta do Centro de Integração do Mercosul (CIM). Integrante do Grupo de Pesquisa Políticas, Gestão Pública e Desenvolvimento (UERGS) e líder do Grupo de Pesquisa em Trânsito e Transportes - GPTrans (UFPel). Coordenadora Adjunta do Curso de Especialização em Gestão da Sustentabilidade do Centro de Integração do Mercosul.

Raquel Dal Magro Domingues - Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Pós-Graduada em Direitos Humanos pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestranda em Ambiente e Sustentabilidade (PPGAS) da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS).

Tatiana Cardoso da Silva - Professora, diretora, atriz e pesquisadora. Doutora e Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Artes Cênicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Bacharel em Artes Cênicas pela UFRGS. Professora adjunta do curso Graduação em Teatro: Licenciatura da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. Coordenadora do grupo de pesquisa GESTA. Atriz do Grupo Internacional Vindenes Bro, dirigido por Iben Nagel Rasmussen, Odin Teatret Dinamarca (desde 1993).

Tatiane Takahashi Nunes - Licenciatura em Ciências Biológicas pela Universidade CESUMAR (UniCESUMAR). Especialista em Análise Ambiental

em Ciências da Terra pela Universidade Estadual de Londrina (UEL).
Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sustentabilidade (PPGAS) da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS/Hortênsias).

Zenicléia Angelita Deggerone - Administradora pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), Mestra em Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade do Vale do Taquari (UNIVATES), Doutora em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS). Professora Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sustentabilidade (PPGAS) da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS).



REALIZAÇÃO:



FINANCIAMENTO:



248

